



ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS

ALINE CHRISTIEN DE FIGUEIREDO RONDON

ANDREA DA SILVA XAVIER

SILVIA MARIA SARUBI DE LIRA

(Organizadores)

**MANUAL DE ORIENTAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO DE
PESQUISA, TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) E ARTIGO
CIENTIFICO PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO (LICENCIATURAS E
BACHARELADOS) E PÓS-GRADUAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO
AMAZONAS**

Manaus

2018



ALINE CHRISTIEN DE FIGUEIREDO RONDON

ANDREA DA SILVA XAVIER

SILVIA MARIA SARUBI DE LIRA

(Organizadores)

**MANUAL DE ORIENTAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO DE
PESQUISA, TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) E ARTIGO
CIENTIFICO PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO (LICENCIATURAS E
BACHARELADOS) E PÓS-GRADUAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO
AMAZONAS**

Manaus

2018

F311 Rondon, Aline Christien de Figueiredo

Manual de orientação para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para os cursos de graduação (licenciaturas e bacharelados) da Escola Superior Batista do Amazonas/ Aline Christien de Figueiredo Rondon/ Andrea da Silva Xavier/ Silvia Maria Sarubi de Lira/

_Manaus: ESBAM, 2018.

p. ilustr.

1. Trabalho Acadêmico-Manual I. Autor II. Autor III. Autor IV. Autor
III. Título.

CDD 001.42

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	7
	PARTE I: PROJETO DE PESQUISA	10
	ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA	11
1	ESPECIFICAÇÕES PARA O PROJETO DE PESQUISA	11
1.1	FORMATAÇÃO, DIGITAÇÃO E IMPRESSÃO DO PROJETO DE PESQUISA	11
1.2	DA ORGANIZAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA	14
	INTRODUÇÃO	14
	TEMA	14
	Delimitação do Tema	14
	PROBLEMA	14
	HIPÓTESES OU QUESTÕES NORTEADORAS	15
	JUSTIFICATIVA	16
	OBJETIVOS	17
	Objetivo Geral	17
	Objetivos Específicos	17
	REVISÃO DE LITERATURA	17
	MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA	20
	CRONOGRAMA	25
	REFERENCIAS	26
	ANEXO A: MODELO DE PROJETO DE PESQUISA: CAPA E FOLHA DE ROSTO	28
	ANEXO B: MODELO DE SUMÁRIO	30
	ANEXO C: MODELO DE PROJETO DE PESQUISA	31
	ANEXO D: MODELO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO	37
	PARTE II: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - MONOGRAFIA	38
2	ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC – ESTILO MONOGRAFIA)	39
2.1	DA ORGANIZAÇÃO DO TCC, ESTILO MONOGRAFIA	40
2.1.1	Formato, digitação e impressão	40
2.1.2	Espaçamento	40
2.1.2.1	Notas de rodapé	41
2.1.2.2	Indicativos de seção	41
2.1.2.3	Títulos sem indicativo numérico	41
2.1.3	Paginação	42
2.1.4	Numeração Progressiva	42
2.1.5	Parte Externa	44
2.1.5.1	Capa	44
2.1.5.2	Lombada	44
2.1.6	Parte Interna	44
2.1.6.1	Elementos pré-textuais	45

2.1.6.1.1	<i>Folha de rosto</i>	45
2.1.6.1.1.1	<i>Anverso</i>	45
2.1.6.1.1.2	<i>Verso</i>	45
2.1.6.1.2	<i>Errata</i>	46
2.1.6.1.3	<i>Folha de aprovação</i>	46
2.1.6.1.4	<i>Dedicatória</i>	47
2.1.6.1.5	<i>Agradecimentos</i>	47
2.1.6.1.6	<i>Epígrafe</i>	47
2.1.6.1.7	<i>Resumo na língua vernácula</i>	47
2.1.6.1.8	<i>Resumo em língua estrangeira</i>	47
2.1.6.1.9	<i>Lista de Ilustrações</i>	47
2.1.6.1.10	<i>Lista de tabelas</i>	49
2.1.6.1.11	<i>Lista de abreviaturas, siglas e símbolos</i>	50
2.1.6.1.12	<i>Equações e fórmulas</i>	51
2.1.6.1.13	<i>Sumário</i>	51
2.1.7	Elementos textuais	51
2.1.7.1	Introdução	51
2.1.7.2	Desenvolvimento	51
2.1.7.2.1	<i>Referencial teórico</i>	52
2.1.7.2.1.1	<i>Citações</i>	52
2.1.7.2.2	<i>Metodologia</i>	54
2.1.7.2.3	<i>Resultados e Discussão</i>	57
2.1.7.2.4	<i>Conclusão</i>	58
2.1.8	Elementos pós-textuais	58
2.1.8.1	Referencias	58
2.1.8.2	Glossário	58
2.1.8.3	Apêndice	59
2.1.8.4	Anexo	59
2.1.8.5	Índice	59
2.2	ESTRUTURA DE UM TRABALHO ACADÊMICO	59
2.3	DA AVALIAÇÃO	61
2.3.1	Exemplares provisórios	61
2.3.2	Versão definitiva	61
2.4	DA APRESENTAÇÃO DE DEFESA DE TCC	62
2.4.1	Slide	62
2.4.2	Pôster	63
2.4.3	Postura do aluno no ato da apresentação	64
ANEXO A: MODELO DE MONOGRAFIA CONFORME A NBR 14724/2011		65
ANEXO B: REGRAS GERAIS PARA APRESENTAÇÃO DE REFERENCIAS		89
ANEXO C: O QUE É CONSIDERADO PLÁGIO		111
ANEXO D: CONECTORES		114
ANEXO E: MODELO DE BANNER		117

	ANEXO F: MODELOS DE FICHA: REQUERIMENTO DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	118
	ANEXO G: FICHAS DE AVALIAÇÃO: AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO ESCRITA	119
	ANEXO H: FICHA DE AVALIAÇÃO: ATRIBUIÇÃO DA NOTA FINAL	120
	ANEXO I: FICHA DE AVALIAÇÃO: ROTEIRO DE AVALIAÇÃO	121
	ANEXO J: TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRONICA NA BIBLIOTECA DA ESBAM	122
	PARTE III: ARTIGO CIENTIFICO	123
3	DA ORGANIZAÇÃO DO TCC (ARTIGO)	124
3.1	TÍTULO E SUBTÍTULO EM LINGUA VERNACULA	125
3.2	AUTOR (ES)	125
3.3	RESUMO NA LÍNGUA DO TEXTO	126
3,4	PALAVRAS-CHAVE NA LÍNGUA DO TEXTO	126
3.5	BREVE CURRÍCULO DOS AUTORES	127
3.6	TÍTULO E SUBTÍTULO EM LINGUA ESTRANGEIRA	129
3.7	RESUMO EM LINGUA ESTRANGEIRA	129
3.8	PALAVRAS-CHAVE EM LINGUA ESTRANGEIRA	129
3.9	OS ELEMENTOS QUE COMPÕEM O TEXTO	130
3.10	ELEMENTOS DA REFERENCIA	132
3.10.1	Regras gerais de apresentação	133
	ANEXO A: MODELO DE ARTIGO	134

APRESENTAÇÃO

Este Manual de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso apresenta procedimentos de normatização para produção do Trabalho de Conclusão de Curso, o qual é um componente que integra as exigências de todos os cursos de Graduação e de Pós-Graduação da Escola Superior Batista do Amazonas (ESBAM). Faz parte da disciplina de Metodologia do Trabalho Científico ou Metodologia da Pesquisa Científica, que tem como objetivo sistematizar as regras regidas para a produção de um trabalho científico, desde o seu delineamento, que é o Projeto de Pesquisa, até o texto final, em forma de Monografia ou Artigo Científico para os Cursos de **Administração de Empresas, Medicina Veterinária, Licenciatura em Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Letras, Pedagogia, Sistemas de Informação, Direito, Psicologia, Serviço Social, Matemática e Engenharia Civil da Escola Superior Batista do Amazonas.**

Os itens apresentados neste Manual são direcionados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), dentre elas: 14724/2011 – Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Terceira Edição de 17.03.2011, publicada em 17.04.2011. Esta Norma especifica os princípios gerais para a elaboração de trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e outros), visando sua apresentação à instituição (banca, comissão examinadora de professores, especialistas designados e/ou outros). Esta Norma aplica-se, no que couber, aos trabalhos acadêmicos e similares, em classe e extraclasse.

Havendo duas modalidades de Trabalho de Conclusão de Curso na ESBAM: a) Monografia e b) Artigo Científico. Ambas modalidades caracterizam-se como trabalhos científicos e, dada a sua relevância, “geram exigências maiores de disciplina, rigor, seriedade, metodicidade e sistematização de procedimentos”, como afirma Severino (2007).

Os documentos relacionados a seguir são indispensáveis à aplicação deste documento. Para referências datadas aplicam-se somente as edições citadas. Para referências não datadas aplicam-se as edições mais recentes do referido documento (incluindo emendas).

ABNT NBR 6023, Informação e documentação – Referências – Elaboração.

ABNT NBR 6024, Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento escrito – Apresentação.

ABNT NBR 6027, Informação e documentação – Sumário – Apresentação.

ABNT NBR 6028, Informação e documentação – Resumo – Procedimento.

ABNT NBR 6034, Informação e documentação – Índice – Apresentação.

ABNT NBR 10520, Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação.

ABNT NBR 12225, Informação e documentação – Lombada – Apresentação.

Código de Catalogação Anglo-Americano. 2. ed. rev. 2002. São Paulo: FEBAB, 2004.

IBGE. Normas de apresentação tabular. 3. ed. Rio de Janeiro, 1993

Além dessas normas o aluno e seu orientador devem também observar o que a Lei preconiza sobre plágio. O artigo 184 do Código Penal diz: “Violar direito autoral: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa”, bem como poderá sofrer ação por danos morais inciso VII da Lei 9.610/98.

Observando o que diz Chaves (**Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, n. 2632, 15 set. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/17401>>. Acesso em: 10 mar. 2016) sobre a responsabilidade do professor quando do aceite de orientação:

Quando o professor assina o termo de compromisso, naquele momento ele deixa bem claro que está ciente de seus direitos e deveres, os quais estão normatizados no regulamento de trabalho de conclusão de curso – TCC, dos cursos de cada Faculdade ou Universidade; logo ele está obrigado a empenhar tal papel depois de assinar o termo. Em algumas Instituições o professor orientador pode solicitar sua liberação do compromisso de orientar o aluno sempre que o mesmo não observar o cronograma previsto no projeto ou não atender às orientações do professor. Mas, ao saber que o aluno plagiou a monografia ou até mesmo que a comprou feita, e em nenhum momento são vistas ações por parte do professor orientador, para demonstrar que a atitude de seu orientando foi eticamente e moralmente errada, deve-se constatar que o mesmo está sendo "cúmplice" de seu aluno em tal prática; mas não de forma comissiva e, sim, omissiva por não interferir no resultado que se quer evitar, qual seja a de o aluno apresentar um trabalho que não é de sua autoria.

Essas recomendações dizem respeito a apropriação indevida da produção intelectual de outrem, ou a compra do projeto de pesquisa, artigo e monografia.

Lembrando ao orientador se detectado o plágio e compra, este deve imediatamente tomar as providências cabíveis para que não seja considerado conivente, evitando assim ser também penalizado como coautor do erro. Recomenda-se que o professor no papel de orientador esteja atento as penalidades que, poderá estar sujeito ao não observar as orientações especificadas neste Manual, e esclareça a seus orientandos os perigos do plágio e compra de monografia ou outro formato de TCC.

Recomenda-se também que o professor no papel de orientador esteja atento a essas penalidades, especificando claramente aos seus orientandos os perigos do plágio. Lembrando ao orientador se detectado o plágio, este, deve imediatamente tomar as providências cabíveis para que não seja considerado conivente, evitando assim ser também penalizado como coautor do erro.

Assim, recomenda-se que docentes, como orientadores, e discentes em fase de produção de TCC o uso deste Manual de Orientações para a sistematização dos trabalhos finais.

Nas duas modalidades aceitas em nossa Instituição há a transversalidade inerente à produção científica e assim, optou-se por setorizar o trabalho em quatro partes. Como segue: Parte I, versando sobre o Projeto de Pesquisa; Parte II, Monografia; Parte III, Artigo Científico e, finalizando com orientações comuns para a elaboração dos trabalhos. Em decorrência disso, nas próximas seções trataremos de aspectos específicos de cada uma dessas modalidades.

PARTE I

PROJETO DE PESQUISA

ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, é necessário o planejamento da pesquisa ou o **Projeto de Pesquisa**, observando as orientações da NBR 15287/2005 – Projeto de Pesquisa – Apresentação.

O Projeto de Pesquisa é um documento em que o aluno esboça, delimita e expõe ao seu professor/orientador seu objeto de estudo, explicitando o tipo de abordagem que pretende desenvolver referente ao assunto sobre o qual discorrerá, sendo uma declaração de intenções. Deve ser feito sob a coordenação de um orientador.

Orientador - professor responsável pela orientação do aluno, segundo afinidade teórica e ou prática deste com o tema.

O Projeto de Pesquisa será apresentado ao orientador de TCC, no período estipulado pelo calendário escolar da Instituição, em 1 via, para aprovação. Após a aprovação o aluno começará a pesquisa para a produção do TCC no formato monografia.

O projeto também é uma tarefa de convencimento de um leitor, à um orientador onde, aquilo que se quer realizar é factível, exequível, mas, sobretudo, que vale a pena ser feito. Para que o escritor possa convencer o leitor de que seu trabalho pode e deve ser escrito e executado, o mesmo deve estar bem fundamentado nas teorias que o embasam, na possibilidade de sua execução prática e por fim, no interesse que esse trabalho possa ter para seu campo de estudo/trabalho.

1 ESPECIFICAÇÕES PARA O PROJETO DE PESQUISA

Segundo a NBR 15287/2011: projeto de pesquisa compreende uma das fases da pesquisa, estabelece que a estrutura do projeto de pesquisa deverá contemplar um núcleo básico ou uma estrutura básica composta por: CAPA, FOLHA DE ROSTO, SUMARIO, LISTAS (se caso houver); INTRODUÇÃO, REVISÃO DE LITERATURA ou REFERENCIAL TEÓRICO, METODOLOGIA, CRONOGRAMA e REFERÊNCIAS.

1.1 FORMATAÇÃO, DIGITAÇÃO E IMPRESSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Os textos devem ser digitados em cor preta, podendo utilizar outras cores somente para as ilustrações. Se impresso, utilizar papel branco ou reciclado, no formato A4 (21 cm × 29,7 cm).

As margens devem ser: superior e esquerda de 3 cm e direita e inferior de 2 cm.

Na Folha de Rosto deve constar o tipo do trabalho, o nome da instituição e a área de concentração, tudo alinhado no meio da mancha gráfica à direita.

Recomenda-se, quando digitado, a fonte em tamanho 12 para todo o trabalho, inclusive capa, excetuando-se citações com mais de três linhas, notas de rodapé, paginação, legendas e fontes das ilustrações e das tabelas, que devem ser em tamanho menor e uniforme.

Quanto ao espaçamento do texto para o projeto de pesquisa, o mesmo deve ser digitado com espaçamento 1,5 entre as linhas, excetuando-se as citações de mais de três linhas, notas de rodapé, referências, legendas das ilustrações e das tabelas, natureza (tipo do trabalho, objetivo, nome da instituição a que é submetido e área de concentração), que devem ser digitados em espaço simples.

Na folha de rosto, o tipo do trabalho, o objetivo, o nome da instituição e a área de concentração devem ser alinhados do meio da mancha gráfica para a margem direita.

As referências no final do trabalho devem ser digitadas em tamanho 12, com espaçamento simples (1,0) entre linhas e separadas entre si por um espaço simples em branco.

O indicativo numérico, em algarismo arábico, de uma seção precede seu título, alinhado à esquerda, separado por um espaço de caractere. Os títulos das seções primárias devem começar em página ímpar (anverso), na parte superior da mancha gráfica e ser separados do texto que os sucede por um espaço entre as linhas de 1,5. Da mesma forma, os títulos das subseções devem ser separados do texto que os precede e que os sucede por um espaço entre as linhas de 1,5. Títulos que ocupem mais de uma linha devem ser, a partir da segunda linha, alinhados abaixo da primeira letra da primeira palavra do título.

Os títulos, sem indicativo numérico – lista de ilustrações, lista de abreviaturas e siglas, lista de símbolos, sumário, glossário, apêndice (s), anexo (s) e índice (s) – devem ser centralizados.

As folhas ou páginas devem ser contadas, mas não numeradas. As Folhas **contadas e não numeradas** são: Folha de Rosto, Lista de Ilustrações, Lista de Abreviaturas e Siglas, Lista de Símbolos, Sumário.

Para as Folhas **contadas e numeradas** temos: Introdução, Revisão da Literatura, Material e Métodos ou Metodologia, Cronograma, Referências Bibliográficas, Apêndices e Anexos.

Para trabalhos digitados todas as folhas, a partir da folha de rosto, devem ser contadas sequencialmente, considerando somente o anverso. A numeração **deve figurar** a partir da primeira folha da parte textual, em algarismos arábicos, no canto superior direito da folha, a 2 cm da borda superior ficando o último algarismo a 2 cm da borda direita da folha.

Quando o trabalho for digitado em anverso e verso, a numeração das páginas deve ser colocada no anverso da folha, no canto superior direito; e no verso, no canto superior esquerdo.

Em relação a numeração, a NBR 6024 (2003) recomenda que, para evidenciar a sistematização do conteúdo do trabalho, deve-se adotar a numeração progressiva para as seções textuais. Os títulos das seções primárias devem ser precedidos do indicativo numérico e separados dele, unicamente, por um espaço de caractere.

Por serem as principais divisões de um texto iniciam em folha distinta e recebem números inteiros a partir no número 1 (um). O indicativo da seção secundária é constituído pelo indicativo da seção primária a que pertence, seguido do número que lhe for atribuído na sequência do assunto e separado por um ponto.

Quando o texto exigir a inserção de uma subdivisão sem título, usam-se as alíneas indicadas por letra minúscula seguida de parênteses com o trecho iniciando em letra maiúscula e terminando em ponto e vírgula, exceto a última que termina em ponto.

Quando houver necessidade, a alínea pode ser subdividida em sub-alíneas que devem começar com um hífen colocado abaixo e na mesma direção da primeira letra do texto da alínea correspondente, e dele separado por um espaço de caractere. Os textos das sub-alíneas começam com letra minúscula.

Os títulos das seções textuais que recebem indicativos numéricos devem ser alinhados na margem esquerda, precedidos da numeração correspondente e separados dela por um espaço, sem adição de ponto, traço, etc., escritos no mesmo corpo de letra do trabalho, podendo receber destaque gradativo, usando letras maiúsculas em negrito, maiúsculas, minúsculas em negrito, itálico, e minúsculas normais.

Exemplo de numeração progressiva das seções:

1, 2, 3, 4, 5 etc.

MAIÚSCULO E NEGRITO

1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5 etc.

MAIÚSCULO

1.1.1, 1.2.1, 1.3.1, 1.4.1, 1.5.1 etc	Minúsculo e negrito
1.1.1.1, 1.2.1.1, 1.3.1.1, 1.4.1.1, 1.5.1.1 etc.	Minúsculo
1.1.1.1.1, 1.2.1.1.1, 1.3.1.1.1, 1.4.1.1.1, 1.5.1.1.1 etc	<i>Minúsculo e itálico</i>

1.2 DA ORGNIZAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

No item INTRODUÇÃO, o mesmo não contempla contextualização e sim, a exposição do tema e delimitação do tema, como também o problema, as hipóteses ou questões norteadoras, justificativa, os objetivos que são divididos em: geral e específicos. Sendo apresentado de acordo com sua numeração de entrada para cada item como segue.

1. INTRODUÇÃO

1.1 TEMA: É o assunto que se deseja provar ou se desenvolver. O tema é o objeto de estudo.

Exemplo: Planejamento tributário

1.1.1 **Delimitação do tema:** Fixa os limites da pesquisa no aspecto tempo e espaço geográfico.

Exemplo: Como alternativa para a economia tributária, visando resultados positivos de caixa.

1.2 PROBLEMA: Elemento obrigatório. Um problema pode ser definido tanto a partir da observação, quanto da teoria, ou ainda de um método que se queira testar. No contexto de um projeto o problema é uma situação não resolvida, mas também pode ser a identificação de oportunidades até então não percebidas pela organização.

Nada impede que o interesse parta de uma preocupação acadêmica. A problemática pode referir-se a controvérsias teóricas sobre determinada questão, ou à possibilidade de testar um modelo ou instrumento. Apresenta como finalidade estabelecer a situação que está causando o interesse pelo estudo. Consiste na pergunta a ser respondida ao final da pesquisa.

O problema é a mola propulsora de todo o trabalho de pesquisa. Indica especificamente qual a dificuldade que se pretende resolver. Consiste em um enunciado explicitado de forma clara, compreensível e operacional. Deverá restringir-se a um

determinado contexto: grupo de sujeitos, numa localidade, num tempo determinado. Para formulá-lo você precisa indagar: Qual a minha interrogação? Que pergunta quero responder?

A formulação e a descrição do problema da pesquisa não são estabelecidas de forma mecânica ou inquestionável, podendo sofrer alterações à medida que se avança no processo ou adiante da possibilidade de mais de uma solução para o problema.

Exemplo de problema

É possível através do planejamento tributário a economia tributária nas empresas, uma vez que no Brasil por causa da alta carga tributária dificulta o crescimento econômico das empresas?

1.3 HIPÓTESES OU QUESTÕES NORTEADORAS: Elemento obrigatório em pesquisas de abordagem quantitativa. Hipótese é sinônimo de suposição. Neste sentido, Hipótese é uma possível resposta ao problema estabelecido. É uma pré-solução para o Problema levantado. Representa uma ideia que deverá, ao final da pesquisa, ser demonstrada, podendo atingir um resultado verdadeiro ou falso que tem por objetivo apresentar a solução de um problema ou reforçar algo já demonstrado, este item responde ao problema, visa respondê-lo, ou seja, corresponde à descrição ou ao enunciado sobre o problema a ser investigado.

No caso de pesquisas qualitativas, as hipóteses são substituídas por questões norteadoras, que deverão ser respondidas ao término da pesquisa, no trabalho final (artigo). As questões norteadoras são formuladas sem um número pré-estabelecido, entretanto podem variar de 5 a 8 questões.

Exemplo de hipóteses

As hipóteses respondem inicialmente ao problema: 1) O planejamento tributário possibilita a economia tributária nas empresas, evitando assim o fechamento de empresas com poucos dias ou poucos anos de abertura. 2) O planejamento tributário não possibilita a economia tributária nas empresas, por conseguinte não evita o fechamento de empresas com poucos dias ou poucos anos de abertura

Exemplo de questões norteadoras

- 1 O planejamento tributário possibilita a economia tributária nas empresas?
- 2 O planejamento tributário é a solução para o não fechamento de empresas com poucos dias ou poucos anos de abertura?
- 3 No Brasil por causa da alta carga tributária dificulta o crescimento econômico das empresas?

4 Toda empresa tem uma estrutura de custos, na qual se inclui o custo tributário, que representa a boa parcela de consumo do lucro?

5 Toda empresa também busca meios legais que possam diminuir o custo tributário?

1.4 JUSTIFICATIVA: Elemento obrigatório que consiste na apresentação das razões que levam o discente/pesquisador a escolher o tema, destacando a sua importância, a fim de demonstrar os benefícios e resultados que a pesquisa trará.

Para elaborar a justificativa o discente/pesquisador responderá as seguintes perguntas que darão forma ao texto:

- Qual assunto será investigado?
- Por que o escolheu?
- O que espera alcançar com essa investigação?
- Que questão será investigada?
- Qual a relevância científica e social do tema?

Desta forma, simplificada, a justificativa deve responder:

- o que fazer?
- por que fazer?
- para quem fazer?
- para quem fazer?

Exemplo de Justificativa

Toda empresa tem uma estrutura de custos, na qual se inclui o custo tributário, que representa a boa parcela de consumo do lucro. Toda empresa também busca meios legais que possam diminuir o custo tributário. Dessa, e por essa necessidade surge a figura do planejamento tributário com o objetivo de projetar os custos relativos ao pagamento dos tributos.

A Lei 6.404/76 (Lei das S/A) no artigo 153 prevê que a empresa através de seus sócios e administradores a obrigação de realizar o planejamento tributário. No Brasil, existe uma alta carga tributária que dificulta o crescimento econômico das empresas. A finalidade desta pesquisa é analisar o planejamento tributário com vistas a economia tributária, especificamente, como alternativa para que o planejador tributário projete ações que evitem a incidência, diminua, ou postergue o pagamento do tributo, justificando-se assim, a realização do mesmo.

1.5 OBJETIVOS: PARA QUÊ? Elemento obrigatório. Define com precisão e clareza, as metas, propósitos e resultados concretos a que se pretende chegar. Por ordem de abrangência podem ser divididos em:

1.5.1 Objetivo Geral: intenção global da investigação, propósito central do trabalho, pretensão com a pesquisa, sendo formulado a partir do problema. Mas ele não mostra quais são as etapas intermediárias para a consecução do trabalho. Ele revela o fim, não o caminho.

Observação: Usar somente um objetivo geral.

1.5.2 Objetivos Específicos: Expressam direcionamentos mais limitados, metas específicas pretendidas, sendo formulados a partir das hipóteses ou questões norteadoras. mostram todas as etapas do caminho a ser percorrido durante o processo de pesquisa. Esse caminho pode e deve ser detalhado ao máximo, por dois motivos: primeiro, pois revela a quantidade de trabalho a ser realizada pelo pesquisador, portanto mostra ao leitor que atingir o grande objetivo não será uma tarefa trivial; e segundo, pois mostra ao próprio pesquisador a quantidade de trabalho para que se possa orçar o tempo necessário para a consecução do trabalho.

Observação: Usar de 3 a 4 objetivos específicos. No caso de questões norteadoras, usar de 5 a 8 questões.

Exemplo de objetivo geral

Analisar o planejamento tributário com vistas a economia tributária.

Exemplo de objetivos específicos

Distinguir planejamento tributário de economia tributária.

Explicar porque o planejamento tributário é uma alternativa para a economia de tributos.

Demonstrar a redução da carga tributária através do planejamento tributário. Diferenciar o que é evasão fiscal, sonegação, inadimplência fiscal, simulação e fraude à Lei.

REVISÃO DE LITERATURA OU REFERENCIAL TEÓRICO

Elemento obrigatório. É a parte principal do projeto, pois irá apresentar o embasamento teórico ao tema. Logo, deve apresentar os estudos já realizados por outros autores acerca do tema ou do problema em questão. A partir das concepções dos autores, construir-se-á o referencial teórico que auxiliará na descoberta dos caminhos vivenciados

sobre o assunto, bem como subsidiará a construção de suas próprias conclusões sobre o que está sendo abordado. É o que já foi escrito sobre o tema.

Exemplo de embasamento teórico

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: O QUE É?

Toda empresa possui sua estrutura de custos, dentro da qual está incluso o custo tributário, o que representa boa parcela de consumo do lucro. Com objetivo de reduzir tais custos, houve a necessidade de buscar meios legais, meios esses que possibilitassem a redução do custo tributário. Nasce então, a figura do planejamento tributário, onde se dá o ato de projetar o pagamento do tributo.

No entanto, para se livrar do famigerado fardo tributário as empresas têm duas vias, quais sejam: a legalidade e a ilegalidade. Ao escolher a segunda, estará optando pela sonegação, evasão fiscal, ou fraude fiscal, ao passo que seguindo o caminho legal estará se utilizando da elisão fiscal, também chamada de economia legal, que se traduz no Planejamento tributário.

Para se entender melhor o que é planejamento tributário buscou-se no Código Tributário Nacional (CNT) o que é tributo. No artigo 3º do Código encontra-se a seguinte definição: “Art. 3º - Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Com base na definição do CNT, sobre tributo, é possível entender com mais precisão o que é planejamento tributário. Fabretti (2006, p.32) diz que:

Planejamento tributário é o estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas, denomina-se Planejamento Tributário, que exige antes de tudo, bom senso do planejador.

É uma atividade empresarial que é desenvolvida somente de forma preventiva, projetando os atos e fatos administrativos com a finalidade de informar quais os ônus tributários em cada uma das ações disponíveis (OLIVEIRA, 2003).

Planejamento Tributário é a atividade empresarial que, desenvolvendo-se de forma estritamente preventiva, projeta os atos e fatos administrativos com o objetivo de informar quais os ônus tributários em cada uma das opções legais disponíveis. O objeto do

planejamento tributário é, em última análise, a economia tributária. Cotejando as várias opções legais, o administrador obviamente procura orientar os seus passos de forma a evitar, sempre que possível, o procedimento mais oneroso do ponto de vista fiscal (OLIVEIRA, 2003).

O planejamento tributário tornou-se uma ferramenta de fundamental importância para a redução das despesas e, conseqüentemente, para a tomada de decisão dos empreendedores, consistindo em excluir, diminuir e retardar os tributos.

Na visão de Borges (2002, p.75), planejamento tributário:

É uma técnica que projeta as operações, visando conhecer as obrigações fiscais pertinentes a cada uma das alternativas legais que lhes são aplicáveis, para, em seguida, adotar aquela que possibilita emprego de procedimento tributário legitimamente inserido na esfera de liberdade fiscal.

O profissional que for executar um planejamento tributário deverá dominar a legislação vigente e saber como melhor aplicá-la no contexto da entidade estudada, para dentre as alternativas escolher aquela que diminuirá ou retardará o ônus fiscal.

Borges (2002, p. 75) diz que há três tipos de planejamento tributário:

1) Planejamento, que tem por objetivo a anulação do ônus fiscal: nesse caso, o planejamento é voltado a impedir a concretização das hipóteses legais de incidências tributárias, mediante o emprego de estruturas e formas jurídicas, articulando o empreendimento ou a atividade econômico-mercantil. 2) Planejamento que tem por objetivo a redução do ônus fiscal: o planejamento tributário deve organizar o empreendimento ou atividade econômico-mercantil, de modo que possibilite a concretização de hipóteses legais de incidência tributária, resultando em uma redução do ônus fiscais. 3) Planejamento que tem por objetivo o adiamento do ônus fiscal: esse planejamento visa que o empreendimento ou a atividade econômica mercantil se encontre em uma das seguintes situações: - deslocamento da ocorrência do fato gerador; - procrastinação do lançamento ou pagamento do imposto.

Segundo Chaves (2010, p.31) planejamento tributário “é a escolha da ação menos onerosa em termos tributários; o contribuinte tem que evitar a simulação fiscal”.

Silva Junior (2003, p.38) ressalta que quando se refere a planejamento tributário “significa que devemos analisar examinar e refletir sobre as operações e fatos com antecedência, para anteciparmos a solução que melhor se ajuste ao potencial problema identificado”.

É importante ressaltar que o planejamento tributário evitará possíveis prejuízos a empresa. A Lei 6.404/1976 que dispõe sobre as Sociedades por Ações, estabelece a

obrigatoriedade do planejamento tributário por parte dos administradores de qualquer companhia.

Young (2008, p.85) afirma que o planejamento tributário “visa em especial a três aspectos: evitar a incidência do fato gerador; reduzir o valor do tributo a pagar, seja através da aplicação da alíquota ou formação da base de cálculo; e postergar o pagamento do tributo, sem, contudo, ocorrer a incidência de penalidades fiscais (multa e juros)”.

No dizer de Gubert (2005, p.152-153, apud YOUNG, 2008, p.99) Planejamento Tributário “é o conjunto de condutas, comissivas ou omissivas, da pessoa física ou jurídica, realizadas antes ou depois da ocorrência do fato gerador, destinadas a reduzir, mitigar, transferir ou postergar legal e lícitamente os ônus dos tributos”.

O planejamento tributário, portanto, é um conjunto de prerrogativas legais que visam mitigar a geração de tributos, cabendo ao gestor tributário da empresa conhecer a legislação vigente e buscar brechas e oportunidades que lhes permita reduzir ao máximo o peso fiscal imposto pelo ente tributante.

3 MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA

A utilização do termo “Material e Métodos” ou “Metodologia” irá depender do tipo de trabalho que for realizado. É como será realizada a pesquisa. Trabalhos que envolvam o uso de materiais para execução dos mesmos atrelados a um método qualquer, empregar o primeiro termo como título do item. Caso o trabalho seja executado apenas por meio de métodos e teorias emprega-se o termo “Metodologia” com maior acerto.

Metodologia segundo o Dicionário Didático (2009, p.535) é “conjunto dos métodos seguidos em uma disciplina ou em uma atividade”. Para a realização de uma pesquisa, estudo ou trabalhos escolares precisa-se utilizar método ou métodos para que se obtenha êxito. Portanto, método conforme o Dicionário Didático (2009, p.535) é “procedimento sistemático e ordenado para realizar algo ou procedimento científico que se segue para descobrir a verdade e ensiná-la: [...] método dedutivo, [...] método indutivo”.

Em síntese, metodologia ou material e métodos é a descrição do tratado sistematizado da pesquisa que evidencia quais os métodos e as técnicas que serão utilizados.

ITENS A SEREM ORGANIZADOS NA METODOLOGIA

3.1 Caracterização da Área de Estudo ou Caracterização do Estudo

Neste item será descrito o local onde o estudo será realizado. As descrições da área de estudo estão relacionadas aos aspectos de meio físico, social, econômico ou de relações ambientais.

Tipo De Pesquisa Quanto À Coleta De Dados

Neste item especifica-se o tipo de pesquisa que será desenvolvido (campo, laboratório, documental ou bibliográfica) ou as suas combinações, identificando a forma de estudo que se realizará (exploratório, descritivo, analítico, explicativo ou experimental). Incluem-se nesta parte, de um modo geral, os materiais, o delineamento experimental, as técnicas.

O levantamento de dados em abordagens quantitativas é o primeiro passo de qualquer pesquisa científica, é feito a partir da pesquisa documental ou de fontes primárias, pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias e a pesquisa de campo. A pesquisa documental e bibliográfica é primordial para pesquisas de campo porque serve de direção para se obter informações sobre o objeto de estudo, além de se poder dar opinião sobre o assunto

Métodos Científicos

Aqui descreve-se os métodos a serem utilizados na pesquisa. E os métodos utilizados para conduzir o trabalho, descritos de maneira detalhada e suficiente para tornar possível à repetição do estudo por outros pesquisadores, com a mesma precisão.

Lakatos; Marconi (2003, p.83) definem método como: “O conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros - traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões dos cientistas”.

Os métodos utilizados na pesquisa dependerão do tipo da abordagem científica escolhida, isto é, tratamento que o pesquisador dará ao assunto ou ao tema. Em pesquisa científica as abordagens são divididas em abordagem qualitativa e quantitativa.

Assim, organizou-se os tipos de métodos a serem utilizados tanto na abordagem qualitativa e quantitativa. Veja-se: os dados coletados sobre este assunto foram obtidos em FEITOSA, Maria Lenir Oran Fonseca Feitosa (Organizadora). **Metodologia do trabalho científico**. Manaus: ESBAM, 2012.

Primeiramente descreve-se os métodos inerentes a abordagem quantitativa. De modo geral são incluídos na metodologia de abordagens quantitativas métodos também especificados como abordagem e de procedimentos, a área da pesquisa, tipo de pesquisa, instrumentos de coleta de dados, universo e amostra.

O método de abordagem de pesquisas quantitativas é o dedutivo, logo ao usar este método nas mesmas, se terá um conjunto de premissas que deverão fundar todos os procedimentos que se optou por utilizar. Método dedutivo segundo o Dicionário Didático (2009, p. 238) é um “método de raciocínio que consiste em partir de um princípio geral conhecido e avançar logicamente até alcançar uma conclusão particular desconhecida”. Lakatos; Marconi (2003, p.54) simplificam a definição ao dizer que método dedutivo “parte do geral para o específico”.

Os métodos de procedimentos usados na pesquisa quantitativa são: estatístico, comparativo, histórico. A utilização do método depende do tipo de pesquisa realizada, pois há outros métodos para serem usados na pesquisa quantitativa como: o experimental e o funcionalista.

Observação: recomenda-se que o aluno pesquise fontes documentais sobre as definições dos diversos métodos aqui citados.

TIPOS DE PESQUISA

Pesquisa é definida como o procedimento realizado com objetivo de adquirir conhecimento sobre algo. Neste sentido, encontram-se dois tipos de Pesquisa: Pesquisa Quantitativa e Pesquisa Qualitativa.

Os tipos de pesquisa quanto à forma de estudo usada com a pesquisa quantitativa são: pesquisa descritiva, pesquisa exploratória e pesquisa experimental.

A **pesquisa descritiva** também chamada quantitativo-descritiva tem por finalidade o delineamento ou a análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave. É subdividida em quatro momentos: estudos de verificação de hipótese, estudos de avaliação de programa, estudos de descrição de população e estudos de relações de variáveis.

A **pesquisa exploratória** corresponde ao estudo de investigações empíricas, tendo como objetivo a formulação de questões ou de um problema com três finalidades: desenvolvimento de hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos. Neste tipo de pesquisa obtêm-se como resultados, descrições tanto quantitativas quanto qualitativas do objeto em estudo.

Pesquisa Experimental consiste em estudos investigativos de pesquisa empírica que tem como objeto principal o teste de hipóteses que dizem respeito a relações de tipo causa-

efeito. Todos os estudos desse tipo utilizam projetos experimentais que incluem os seguintes fatores: grupo controle, seleção da amostra por técnica probabilística e manipulação de variáveis independentes com a finalidade de controlar ao máximo os fatores pertinentes. Os estudos experimentais tanto podem ser desenvolvidos em campo, chamado de ambiente natural, como também em laboratórios onde o ambiente é rigorosamente controlado.

Instrumentos de Coleta de Dados da Pesquisa Quantitativa

Os elementos para a coleta de dados na pesquisa quantitativa são os questionários fechados, os elementos básicos para a análise dos dados são as escalas, os números, as estatísticas etc.

Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia ao informante por meio do correio, via e-mail, ou por um portador, depois de preenchido é devolvido ao pesquisador.

A Pesquisa qualitativa é a modalidade de pesquisa na qual os dados são coletados por meio de interações sociais, (por exemplo: estudos etnográficos e pesquisas participantes), e analisados subjetivamente pelo pesquisador.

A pesquisa qualitativa estuda os fenômenos. O estudo de um fenômeno remete à interpretação de um fato feita por um observador, isto é, o fenômeno tratando-se da interpretação subjetiva do fato.

O pressuposto metodológico da pesquisa qualitativa é o indutivo. O método indutivo analisa o objeto em estudo particularmente, para se tirar conclusões gerais, ou seja, parte do particular para o geral. Enquanto na dedução a certeza das premissas é transferida para a conclusão, em virtude do emprego correto das regras lógicas, na indução, uma vez que as premissas sejam consideradas verdadeiras, a conclusão será provavelmente verdadeira. O método indutivo é o resultado das observações sobre determinado fato, tem por finalidade a obtenção de resultados capazes de explicar a realidade. A indução é um processo inferencial capaz de gerar informações novas, ao contrário da dedução que simplesmente reorganiza o conhecimento já existente.

Questões norteadoras no lugar das hipóteses nas pesquisas qualitativas.

Nas pesquisas de abordagem qualitativa as hipóteses são substituídas por questões norteadoras. Estas questões podem ser formuladas entre 5 a 8 perguntas, Gonçalves (2003, p.44) diz que:

as hipóteses usadas na pesquisa quantitativas são substituídas por questões norteadoras. Estas questões são formuladas sem um número pré-estabelecido, entretanto como diz Gonçalves (2003, p. 44) podem variar de 5 a 8 perguntas, organizadas cronologicamente e hierarquicamente de acordo com o assunto em questão. Para toda questão formulada, respostas serão dadas como solução do assunto, isto é para toda questão formulada uma resposta será encontrada.

Os instrumentos de coleta de dados na pesquisa qualitativa são: entrevistas abertas e não direcionadas; histórias de vida; análise de discurso; estudo de casos e observação participante.

Entrevistas abertas e não direcionadas, aberta ou informal: Consiste em uma conversação envolvendo duas ou mais pessoas com o propósito de se obter informações para uma investigação. O entrevistador tem um objetivo específico, que procura atingir sem impor uma estrutura ao respondente. Este tipo de entrevista é o mais sujeito a vieses ou erros resultantes da inexperiência.

Observação não participante e participante: É uma técnica de coletas de dados para obter informações e utiliza os sentidos para captar aspectos da realidade. Não se resume apenas a ver ou ouvir superficial. Diferente das percepções cotidianas, não intencionais (espontâneas) e passivas, compreende uma busca deliberada, levada a efeito com cautela e predeterminação. Ela é o instrumento básico de coleta de dados em todas as ciências. Esta modalidade de observação pode ser sistemática ou assistemática. Segue uma ordenação e busca atingir um fim determinado. A observação não participante é usada também em pesquisas quantitativas, e é conhecida como observação in loco (no lugar).

Análise de discurso: Recobre um amplo espectro de teorias e práticas que corresponde a objetivos e finalidades muito diversas e nutrem uma diversidade de orientações de pesquisa e disciplinas.

Estudo de caso: Pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida, como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social. Visa conhecer o seu “como” e os seus “porquês”, evidenciando a sua unidade e identidade próprias. Trata-se de um tipo de pesquisa que tem sempre um forte cunho descritivo. No entanto, um estudo de caso não tem que ser meramente descritivo.

História de vida: História de vida é um relato retrospectivo da experiência pessoal de um indivíduo, oral ou escrito, relativo a fatos e acontecimentos que foram significativos e constitutivos de sua experiência vivida. História de vida pode significar muitas coisas, dependendo dos objetivos ou dos pressupostos teóricos do pesquisador. As particularidades expressam-se em diferentes termos correlatos, para discriminar diferentes particularidades

teórico-metodológicas, tais como autobiografia, biografia, história de vida, relatos de vida, memória, história oral, abordagem biográfica, método biográfico, etnobiografia etc., todas, com suas especificidades, visando descobrir as possibilidades heurísticas das trajetórias de vida pessoais, inseridas em uma realidade histórica e social.

Métodos específicos da pesquisa qualitativa: Método etnográfico e clínico, outros métodos como o método histórico, comparativo, monográfico, método tipológico, método funcionalista e método estruturalista são específicos da pesquisa qualitativa.

OBSERVAÇÃO: recomenda-se que o aluno/pesquisador, para melhor compor seu conhecimento sobre métodos e técnicas de pesquisa procure outras fontes informacionais.

Universo e Amostra

Por universo da pesquisa entende-se como a população total ou os indivíduos denominados de sujeitos da pesquisa envolvidos na pesquisa. Exemplo: Alunos da sala de aula num total de 50 alunos.

Gressler (2004, p.139) diz que Universo ou população, “é o agregado de todos os elementos que possuem determinadas características, conforme definidas no próprio corpo de pesquisa”. Exemplo: “se o aluno do ensino fundamental é o elemento, então o alunado do ensino fundamental é o universo ou população”.

Gressler (2004, p.139) diz que “amostra é a menor representação de um todo maior”. Portanto, a amostra diz respeito a representação real ou os sujeitos participantes realmente da pesquisa. Exemplo: dos 50 alunos envolvidos na pesquisa, obteve-se informação real de 20 alunos. Estes são a amostra real da pesquisa.

4 CRONOGRAMA

Gressler (2004, p.188) diz que “o cronograma expõe a divisão da pesquisa em etapas e a previsão do tempo necessário para cada etapa”. É um elemento obrigatório, porque estabelece as atividades e os períodos que serão desenvolvidos na pesquisa. Abaixo, exemplo de cronograma para a elaboração do projeto de pesquisa. Refere-se ao período em que a sua pesquisa será desenvolvida, quando ela será desenvolvida, em meses.

Exemplo de Cronograma:

Atividades	Meses/2018					
	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Revisão Bibliográfica	X	X	X	X	X	
Elaboração do instrumento da pesquisa	X					
Aplicação da metodologia e/ou questionário		X				

Levantamento/Análise de dados			X			
Discussão dos dados				X		
Revisão da pesquisa				X		
Digitização/entrega do projeto	X	X				
Entrega do projeto do TCC/Artigo					X	
Defesa do TCC						X

REFERÊNCIAS

Elemento obrigatório, segundo a NBR 6023/2002 corresponde “ao conjunto padronizado de elementos descritivos retirados de um documento, que permite sua identificação individual”.

Vale ressaltar que as referências num projeto são mais pontuais e estão focadas e estritamente associadas às definições de termos e conceitos, a dados de outros autores e técnicas a serem empregadas.

Assim, a quantidade de referências necessárias é muito menor do que num trabalho finalizado, mas são fundamentais, pois revelam aquilo que o autor do projeto julga ser importante para a consecução do seu trabalho.

Também se deve notar que a qualidade das referências aqui citadas também revela as opiniões e pontos de vista do autor do trabalho, bem como dão indícios do seu filtro crítico na escolha de trabalhos e autores que julgar importante. Verificar a norma NBR 6023/2002 para mais informações.

OBSERVAÇÃO: as referências abaixo foram citadas no texto deste Manual.

Exemplo de Referências:

REFERÊNCIAS

BORGES, Humberto Nonavides. Planejamento tributário: IPI, ICMS, ISS e IR. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. Código Tributário Nacional de 1966. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm Acesso em: 06 de ag. 2015.

BRASIL. Lei 6.404/1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm > Acesso em: 4 de set. 2015.

CHAVES, F.C. Planejamento tributário na prática: gestão tributaria aplicada. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DICIONÁRIO DIDÁTICO. São Paulo: Edições SM, 2009.

FABRETTI, Láudio Camargo. Legislação Tributária. 9. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

FEITOSA, Maria Lenir (Org.). Metodologia do trabalho científico. Manaus: ESBAM, 2012.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de Projetos de Pesquisa Científica. São Paulo: AVERCAMP, 2003.

GRESSLER, Lori Alice. Introdução à pesquisa: projetos e relatórios. São Paulo: Loyola, 2004.

LAKATOS, Eva Mari; MARCONI, Maria de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 4.ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, José Jaime de Macêdo. Código Tributário Nacional. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

SILVA JÚNIOR, J. B. (Coord.). Prática contábil: assuntos tributários. São Paulo: Atlas, 2003.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. Planejamento Tributário. 4. ed. Curitiba: Editora Juruá, 2008.

ANEXO A: MODELO DE PROJETO DE PESQUISA (CAPA E FOLHA DE ROSTO)
ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO
NOME DO ALUNO

**PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO ALTERNATIVA PARA A ECONOMIA
TRIBUTÁRIA, VISANDO RESULTADOS POSITIVOS DE CAIXA**

Manaus

2018

(FOLHA DE ROSTO)
NOME DO ALUNO

**PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO ALTERNATIVA PARA A ECONOMIA
TRIBUTÁRIA, VISANDO RESULTADOS POSITIVOS DE CAIXA**

Projeto de pesquisa apresentado para execução de
TCC do Curso de Graduação em Direito da Escola
Superior Batista do Amazonas (ESBAM).

Orientador (a): _____

Manaus

2018

ANEXO B: MODELO DE SUMÁRIO
SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	n° pg
1.1	TEMA	n° pg
1.1.1	Delimitação do Tema	n° pg
1.2	PROBLEMA	n° pg
1.3	HIPÓTESES	n° pg
1.4	JUSTIFICATIVA	n° pg
1.5	OBJETIVOS	n° pg
1.5.1	Objetivo Geral	n° pg
1.5.2	Objetivos Específicos	n° pg
2	REFERENCIAL TEÓRICO	n° pg
2.1	LICITAÇÃO	n° pg
2.1.1	O que é?	n° pg
2.2	CONTRATO	n° pg
2.3	CONTRATAÇÃO DIRETA	n° pg
3	MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA	n° pg
3.1	LOCAL DE COLETA	n° pg
4	CRONOGRAMA	n° pg
	REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	n° pg
	ANEXO A	n° pg
	ANEXO B	n° pg

ANEXO C: MODELO DE PROJETO DE PESQUISA

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA

Planejamento tributário

1.1.1 Delimitação do tema

Como alternativa para a economia tributária, visando resultados positivos de caixa.

1.2 PROBLEMA

É possível através do planejamento tributário a economia tributária nas empresas, uma vez que no Brasil por causa da alta carga tributária dificulta o crescimento econômico das empresas?

1.3 HIPÓTESES

1) O planejamento tributário possibilita a economia tributária nas empresas, evitando assim o fechamento de empresas com poucos dias ou poucos anos de abertura.

2) O planejamento tributário não possibilita a economia tributária nas empresas, por conseguinte não evita o fechamento de empresas com poucos dias ou poucos anos de abertura.

1.4 JUSTIFICATIVA

Toda empresa tem uma estrutura de custos, na qual se inclui o custo tributário, que representa a boa parcela de consumo do lucro. Toda empresa também busca meios legais que possam diminuir o custo tributário. Dessa, e por essa necessidade surge a figura do planejamento tributário com o objetivo de projetar os custos relativos ao pagamento dos tributos.

A Lei 6.404/76 (Lei das S/A) no artigo 153 prevê que a empresa através de seus sócios e administradores a obrigação de realizar o planejamento tributário. No Brasil, existe uma alta carga tributária que dificulta o crescimento econômico das empresas.

A finalidade desta pesquisa é analisar o planejamento tributário com vistas a economia tributária, especificamente, como alternativa para que o planejador tributário projete ações que evitem a incidência, diminua, ou postergue o pagamento do tributo, justificando-se assim, a realização do mesmo.

1.5 OBJETIVOS

1.5.1 Objetivo geral

Analisar o planejamento tributário com vistas a economia tributária.

1.5.2 Objetivos específicos

Distinguir planejamento tributário de economia tributária.

Explicar porque o planejamento tributário é uma alternativa para a economia de tributos.

Demonstrar a redução da carga tributária através do planejamento tributário. Diferenciar o que é evasão fiscal, sonegação, inadimplência fiscal, simulação e fraude à Lei. 2

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: O QUE É?

Toda empresa possui sua estrutura de custos, dentro da qual está incluso o custo tributário, o que representa boa parcela de consumo do lucro. Com objetivo de reduzir tais custos, houve a necessidade de buscar meios legais, meios esses que possibilitassem a redução do custo tributário. Nasce então, a figura do planejamento tributário, onde se dá o ato de projetar o pagamento do tributo.

No entanto, para se livrar do famigerado fardo tributário as empresas têm duas vias, quais sejam: a legalidade e a ilegalidade. Ao escolher a segunda, estará optando pela sonegação, evasão fiscal, ou fraude fiscal, ao passo que seguindo o caminho legal estará se utilizando da elisão fiscal, também chamada de economia legal, que se traduz no Planejamento tributário.

Para se entender melhor o que é planejamento tributário buscou-se no Código Tributário Nacional (CNT) o que é tributo. No artigo 3º do Código encontra-se a seguinte definição: “Art. 3º - Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Com base na definição do CNT, sobre tributo, é possível entender com mais precisão o que é planejamento tributário, Fabretti (2006, p.32) diz que:

Planejamento tributário é o estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas, denomina-se Planejamento Tributário, que exige antes de tudo, bom senso do planejador.

É uma atividade empresarial que é desenvolvida somente de forma preventiva, projetando os atos e fatos administrativos com a finalidade de informar quais os ônus tributários em cada uma das ações disponíveis. (OLIVEIRA, 2003).

Planejamento Tributário é a atividade empresarial que, desenvolvendo-se de forma estritamente preventiva, projeta os atos e fatos administrativos com o objetivo de informar quais os ônus tributários em cada uma das opções legais disponíveis. O objeto do planejamento tributário é, em última análise, a economia tributária. Cotejando as várias opções legais, o administrador obviamente procura orientar os seus passos de forma a evitar, sempre que possível, o procedimento mais oneroso do ponto de vista fiscal. (OLIVEIRA, 2003).

O planejamento tributário tornou-se uma ferramenta de fundamental importância para a redução das despesas e, conseqüentemente, para a tomada de decisão dos empreendedores, consistindo em excluir, diminuir e retardar os tributos. Na visão de Borges (2002, p.75), planejamento tributário:

É uma técnica que projeta as operações, visando conhecer as obrigações fiscais pertinentes a cada uma das alternativas legais que lhes são aplicáveis, para, em seguida, adotar aquela que possibilita emprego de procedimento tributário legitimamente inserido na esfera de liberdade fiscal.

O profissional que for executar um planejamento tributário deverá dominar a legislação vigente e saber como melhor aplicá-la no contexto da entidade estudada, para dentre as alternativas escolher aquela que diminuirá ou retardará o ônus fiscal. Borges (2002, p. 75) diz que há três tipos de planejamento tributário:

- 1) Planejamento, que tem por objetivo a anulação do ônus fiscal: nesse caso, o planejamento é voltado a impedir a concretização das hipóteses legais de incidências tributárias, mediante o emprego de estruturas e formas jurídicas, articulando o empreendimento ou a atividade econômico-mercantil.
- 2) Planejamento que tem por objetivo a redução do ônus fiscal: o planejamento tributário deve organizar o empreendimento ou atividade econômico-mercantil, de modo que possibilite a concretização de hipóteses legais de incidência tributária, resultando em uma redução do ônus fiscais.
- 3) Planejamento que tem por objetivo o adiamento do ônus fiscal: esse planejamento visa que o empreendimento ou a atividade econômica mercantil se encontre em uma das seguintes situações: - deslocamento da ocorrência do fato gerador; - procrastinação do lançamento ou pagamento do imposto.

Segundo Chaves (2010, p.31) planejamento tributário “é a escolha da ação menos onerosa em termos tributários; o contribuinte tem que evitar a simulação fiscal”.

Silva Junior (2003, p.38) ressalta que quando se refere a planejamento tributário “significa que devemos analisar examinar e refletir sobre as operações e fatos com antecedência, para anteciparmos a solução que melhor se ajuste ao potencial problema identificado”.

É importante ressaltar que o planejamento tributário evitará possíveis prejuízos a empresa. A Lei 6.404/1976 que dispõe sobre as Sociedades por Ações, estabelece a obrigatoriedade do planejamento tributário por parte dos administradores de qualquer companhia.

Young (2008, p.85) afirma que o planejamento tributário “visa em especial a três aspectos: evitar a incidência do fato gerador; reduzir o valor do tributo a pagar, seja através da aplicação da alíquota ou formação da base de cálculo; e postergar o pagamento do tributo, sem, contudo, ocorrer a incidência de penalidades fiscais (multa e juros)”.

No dizer de Gubert (2005, p.152-153, apud YOUNG, 2008, p.99) Planejamento Tributário “é o conjunto de condutas, comissivas ou omissivas, da pessoa física ou jurídica, realizadas antes ou depois da ocorrência do fato gerador, destinadas a reduzir, mitigar, transferir ou postergar legal e lícitamente os ônus dos tributos”.

O planejamento tributário, portanto, é um conjunto de prerrogativas legais que visam mitigar a geração de tributos, cabendo ao gestor tributário da empresa conhecer a legislação vigente e buscar brechas e oportunidades que lhes permita reduzir ao máximo o peso fiscal imposto pelo ente tributante.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa será caracterizada como pesquisa qualitativa e como método de abordagem o indutivo.

Gressler (2004, apud SOUZA e FEITOSA, 2012) é de opinião que a pesquisa qualitativa visa a compreensão de uma realidade específica, ideográfica, cujos significados são vinculados a um dado contexto. Pesquisa qualitativa pode ser considerada um estudo dinâmico, flexível, o raciocínio é dialético e também fenomenológico, a visão da realidade é o todo, sendo subjetiva, múltipla e analisada a partir da visão dos sujeitos.

O método indutivo permite que se possa analisar o objeto para se tirar conclusões gerais, ou seja, parte do particular para o geral. Na indução, uma vez que as premissas sejam consideradas verdadeiras, a conclusão será provavelmente verdadeira. (SOUZA; FEITOSA, (Orgs.), 2012).

3.2 MÉTODOS DE PROCEDIMENTO

Os métodos de procedimentos têm papéis mais concretos quanto às etapas de investigação. A finalidade desses métodos é restringir as explicações dos fenômenos e serem menos abstratos, por serem técnicas de uso mais abrangente, pressupõe atitudes concretas em relação ao fenômeno estudado e por isso estão limitados a um domínio particular. (SOUZA e FEITOSA (Org.), 2012).

O método de procedimento desta pesquisa será o método comparativo que consiste em analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais. Pode ser utilizado em todas as fases e níveis de investigação num estudo descritivo, para averiguar analogia entre elementos de uma estrutura.

4 CRONOGRAMA

Atividades	Meses/2018					
	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Revisão Bibliográfica	X	X	X	X	X	
Elaboração do instrumento da pesquisa	X					
Aplicação de questionário		X				
Análise de dados coletados			X			
Discussão dos dados				X		
Revisão da pesquisa				X		
Entrega do projeto	X	X				
Defesa do TCC						X

REFERÊNCIAS

BORGES, Humberto Nonavides. Planejamento tributário: IPI, ICMS, ISS e IR. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. Código Tributário Nacional de 1966. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm Acesso em: 06 de ag. 2015.

BRASIL. Lei 6.404/1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm > Acesso em: 4 de set. 2015.

CHAVES, F.C. Planejamento tributário na prática: gestão tributaria aplicada. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DICIONÁRIO DIDÁTICO. São Paulo: Edições SM, 2009.

FABRETTI, Lúaudio Camargo. Legislação Tributária. 9. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

FEITOSA, Maria Lenir (Org.). Metodologia do trabalho científico. Manaus: ESBAM, 2012.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de Projetos de Pesquisa Científica. São Paulo: AVERCAMP, 2003.

GRESSLER, Lori Alice. Introdução à pesquisa: projetos e relatórios. São Paulo: Loyola, 2004.

LAKATOS, Eva Mari; MARCONI, Maria de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 4.ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, José Jaime de Macêdo. Código Tributário Nacional. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

SILVA JÚNIOR, J. B. (Coord.). Prática contábil: assuntos tributários. São Paulo: Atlas, 2003.

ANEXO D: MODELO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO
ACEITE DE ORIENTAÇÃO

Eu _____,

(nome do professor/orientador, Titulação)

em _____, pela _____

(nome da especialidade de título)

(nome do local de obtenção da titulação)

aceito orientar o Trabalho de Conclusão de Curso do(a) Aluno(a) _____

Intitulado _____

do Curso de Graduação em _____ ofertado pela
escola Superior Batista do Amazonas.

Comprometo-me a entregar ao final da apresentação do TCC, no prazo estipulado pela
ESBAM, as fichas de avaliação com as considerações e conceituação da Banca Examinadora e
o CD com a gravação da monografia à Coordenação do Curso.

Manaus, _____ de _____ de 20__

Assinatura do Professor (a) Orientador (a)

PARTE II

TRABALHO DE

CONCLUSÃO DE CURSO -

MONOGRAFIA

2 ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC – ESTILO MONOGRAFIA)

Trabalho de conclusão de curso de graduação, trabalho de graduação interdisciplinar, trabalho de conclusão de curso de especialização e/ou aperfeiçoamento é um documento que apresenta o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa, e outros ministrados. Deve ser feito sob a coordenação de um orientador.

Orientador - professor responsável pela orientação do aluno, segundo afinidade teórica e ou prática deste com o tema.

Para a elaboração do TCC, é necessário o planejamento da pesquisa ou o Projeto de Pesquisa, observando as orientações da NBR 15287/2005 – Projeto de Pesquisa – Apresentação, o qual foi tratado na Parte I deste Manual e que deve ter sido apresentado ao orientador de TCC, no período estipulado pelo calendário escolar da Instituição, em 1 via, para aprovação. Após a aprovação o aluno começará a pesquisa para a produção do TCC no formato monografia.

Por monografia entende-se trabalho escrito que relata estudo minucioso acerca de determinado assunto (MINIDICIONÁRIO HOUAISS, 2010, p.530).

O TCC (monografia) obedecerá à estrutura proposta neste manual, conforme NBR 14724/2011. O aluno poderá extrair ideias das suas experiências no campo de estágio e na sua participação em projetos de pesquisa da instituição. O aluno poderá também apresentar temas a partir dos assuntos abordados durante a sua formação acadêmica; apresentar abordagens originais, como relatos de experiências; ou ainda apresentar o estudo de caso. O TCC (monografia) terá no mínimo 25 páginas.

É obrigatória a apresentação de no mínimo 25 autores para fundamentar a pesquisa científica, entre documentos primários (manuscritos, leis, decretos e outros.) e documentos secundários (teses, dissertações, livros, revistas científicas, artigos publicados *on line* internet, formatos eletrônicos, dentre outros). É importante observar que a publicação *on line* tenha validade científica, ou seja, que seja publicado em páginas eletrônicas com responsabilidade intelectual, e que seja citado somente 30% do total de obras *on line* no texto do artigo.

A característica essencial da Monografia não é a sua extensão, cujos elementos textuais geralmente se situam nos limites de 25 a 50 páginas, excluídos os eventuais anexos e apêndices. Severino (2011) salienta que um fator importante na elaboração de uma

monografia “é ater-se ao substancial da pesquisa, não se perdendo em grandes retomadas históricas, em repetições, em contextualizações muito amplas”. A delimitação e a atualidade do tema do trabalho requerem como suporte a investigação científica, estando intimamente ligada aos objetivos propostos para sua elaboração.

2.1 DA ORGANIZAÇÃO DO TCC, ESTILO MONOGRAFIA

Texto é a parte do trabalho em que o assunto é apresentado e desenvolvido. Pode ser dividido em seções e subseções, e cada seção deve iniciar em folha própria. Escrito em norma culta. A estruturação do texto depende da finalidade, mas de forma geral ele consiste em Introdução, Desenvolvimento e Conclusão, não necessariamente com essas denominações, mas nesta sequência.

2.1.1 Formato, digitação e impressão

Os textos devem ser digitados em cor preta, podendo utilizar outras cores somente para as ilustrações. Se impresso, utilizar papel branco ou reciclado, no formato A4 (21 cm × 29,7 cm).

Os elementos pré-textuais devem iniciar no anverso da folha, com exceção dos dados internacionais de catalogação-na-publicação que devem vir no verso da folha de rosto. Recomenda-se que os elementos textuais e pós-textuais sejam digitados no anverso e verso das folhas.

As margens devem ser: para o anverso, superior e esquerda de 3 cm e direita e inferior de 2 cm; para o verso, direita e superior de 3 cm e esquerda e inferior de 2 cm.

Na Folha de Rosto deve constar o tipo do trabalho, o nome da instituição e a área de concentração, tudo alinhado no meio da mancha gráfica à direita.

Recomenda-se, quando digitado, a fonte em tamanho 12 para todo o trabalho, inclusive capa, excetuando-se citações com mais de três linhas, notas de rodapé, paginação, dados internacionais de catalogação na-publicação, legendas e fontes das ilustrações e das tabelas, que devem ser em tamanho menor e uniforme.

2.1.2 Espaçamento

Todo texto deve ser digitado ou datilografado com espaçamento 1,5 entre as linhas, excetuando-se as citações de mais de três linhas, notas de rodapé, referências, legendas das ilustrações e das tabelas, natureza (tipo do trabalho, objetivo, nome da instituição a que é submetido e área de concentração), que devem ser digitados ou datilografados em espaço simples. As referências no final do trabalho devem ser separadas entre si por um espaço simples em branco.

Na folha de rosto e na folha de aprovação, o tipo do trabalho, o objetivo, o nome da instituição e a área de concentração devem ser alinhados do meio da mancha gráfica para a margem direita.

2.1.2.1 Notas de rodapé

As notas devem ser digitadas ou datilografadas dentro das margens, ficando separadas do texto por um espaço simples de entre as linhas e por filete de 5 cm, a partir da margem esquerda. Devem ser alinhadas, a partir da segunda linha da mesma nota, abaixo da primeira letra da primeira palavra, de forma a destacar o expoente, sem espaço entre elas e com fonte menor.

2.1.2.2 Indicativos de seção

O indicativo numérico, em algarismo arábico, de uma seção precede seu título, alinhado à esquerda, separado por um espaço de caractere. Os títulos das seções primárias devem começar em página ímpar (anverso), na parte superior da mancha gráfica e ser separados do texto que os sucede por um espaço entre as linhas de 1,5. Da mesma forma, os títulos das subseções devem ser separados do texto que os precede e que os sucede por um espaço entre as linhas de 1,5. Títulos que ocupem mais de uma linha devem ser, a partir da segunda linha, alinhados abaixo da primeira letra da primeira palavra do título.

2.1.2.3 Títulos sem indicativo numérico

Os títulos, sem indicativo numérico – errata, agradecimentos, lista de ilustrações, lista de abreviaturas e siglas, lista de símbolos, resumos, sumário, glossário, apêndice (s), anexo (s) e índice (s) – devem ser centralizados.

Elementos sem título e sem indicativo numérico

Fazem parte desses elementos a folha de aprovação, a dedicatória e a (s) epígrafe (s).

2.1.3 Paginação

As folhas ou páginas pré-textuais devem ser contadas, mas não numeradas. As Folhas contadas e não numeradas são: Folha de Rosto, Errata, Termo de Aprovação, Dedicatória, Agradecimento, Epígrafe, Resumo em língua vernácula, Resumo em língua estrangeira, Lista de Ilustrações, Lista de Abreviaturas e Siglas, Lista de Símbolos, Sumário.

Para as Folhas contadas e numeradas temos: Introdução, Revisão da Literatura, Material e Métodos ou Metodologia, Resultados, Discussão, Conclusão, Referências, Glossário, Índice, Apêndices e Anexos.

Para trabalhos digitados todas as folhas, a partir da folha de rosto, devem ser contadas sequencialmente, considerando somente o anverso. A numeração deve figurar a partir da primeira folha da parte textual, em algarismos arábicos, no canto superior direito da folha, a 2 cm da borda superior ficando o último algarismo a 2 cm da borda direita da folha.

Quando o trabalho for digitado em anverso e verso, a numeração das páginas deve ser colocada no anverso da folha, no canto superior direito; e no verso, no canto superior esquerdo.

No caso de o trabalho ser constituído de mais de um volume, deve ser mantida uma única sequência de numeração das folhas ou páginas, do primeiro ao último volume. Havendo apêndice e anexo, as suas folhas ou páginas devem ser numeradas de maneira contínua e sua paginação deve dar seguimento à do texto principal.

2.1.4 Numeração Progressiva

A NBR 6024 (2003) recomenda que, para evidenciar a sistematização do conteúdo do trabalho, deve-se adotar a numeração progressiva para as seções textuais. Os títulos das seções primárias devem ser precedidos do indicativo numérico e separados dele, unicamente, por um espaço de caractere.

Por serem as principais divisões de um texto iniciam em folha distinta e recebem números inteiros a partir no número 1 (um). O indicativo da seção secundária é constituído pelo indicativo da seção primária a que pertence, seguido do número que lhe for atribuído na sequência do assunto e separado por um ponto.

Quando o texto exigir a inserção de uma subdivisão sem título, usam-se as alíneas indicadas por letra minúscula seguida de parênteses com o trecho iniciando em letra maiúscula e terminando em ponto e vírgula, exceto a última que termina em ponto.

Quando houver necessidade, a alínea pode ser subdividida em sub-alíneas que devem começar com um hífen colocado abaixo e na mesma direção da primeira letra do texto da alínea correspondente, e dele separado por um espaço de caractere. Os textos das sub-alíneas começam com letra minúscula. É preciso observar para a organização do TCC, estilo monografia, os elementos que compõem a sua parte externa e interna.

Apresenta-se a seguir os elementos da parte externa e interna com a finalidade de orientar os usuários.

As referências, ao final do trabalho, devem ser separadas entre si por um espaço simples em branco.

Os capítulos recebem o nome de seções primárias, podendo ser divididos e subdivididos em seções secundárias, terciárias, etc. Os títulos das seções pré-textuais e pós-textuais, que não são numerados, devem ser escritos com letras maiúsculas, em corpo 12, negritados.

Os títulos das seções textuais que recebem indicativos numéricos devem ser alinhados na margem esquerda, precedidos da numeração correspondente e separados dela por um espaço, sem adição de ponto, traço, etc., escritos no mesmo corpo de letra do trabalho, podendo receber destaque gradativo, usando letras maiúsculas em negrito, maiúsculas, minúsculas em negrito, itálico, e minúsculas normais.

Exemplo de numeração progressiva das seções:

1, 2, 3, 4, 5 etc.	MAIÚSCULO E NEGRITO
1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5 etc.	MAIÚSCULO
1.1.1, 1.2.1, 1.3.1, 1.4.1, 1.5.1 etc	Minúsculo e negrito
1.1.1.1, 1.2.1.1, 1.3.1.1, 1.4.1.1, 1.5.1.1 etc.	Minúsculo
1.1.1.1.1, 1.2.1.1.1, 1.3.1.1.1, 1.4.1.1.1, 1.5.1.1.1 etc	<i>Minúsculo e itálico</i>

2.1.5 Parte Externa

Deve ser apresentada conforme 2.1.5.1 e 2.1.5.2.

2.1.5.1 Capa

Elemento obrigatório. As informações são apresentadas na seguinte ordem:

- a) nome da instituição (opcional);
- b) nome do curso;
- c) nome do autor;

¹A nomenclatura dos títulos dos elementos textuais fica a critério do autor.

d) título: deve ser claro e preciso com a finalidade de identificar seu conteúdo e possibilitando a indexação e recuperação da informação;

e) subtítulo: se houver, deve ser precedido de dois pontos, evidenciando a sua subordinação ao título;

f) local (cidade) da instituição onde deve ser apresentado;

NOTA. No caso de cidades homônimas recomenda-se o acréscimo da sigla da unidade da federação.

g) ano de depósito (da entrega).

2.1.5.2 Lombada

Elemento opcional. Apresentada conforme a ABNT NBR 12225.

Capa (obrigatório)

Lombada (opcional)

2.1.6 Parte Interna

Deve ser apresentada conforme 2.1.6.1 a 2.7.3.

Elementos pré-textuais

Folha de rosto (obrigatório)

Errata (opcional)

Folha de aprovação (obrigatório)

Dedicatória (opcional)

Agradecimentos (opcional)
Epígrafe (opcional)
Resumo na língua vernácula (obrigatório)
Resumo em língua estrangeira (obrigatório)
Lista de ilustrações (opcional)
Lista de tabelas (opcional)
Lista de abreviaturas e siglas (opcional)
Lista de símbolos (opcional)
Sumário (obrigatório)

2.1.6.1 Elementos pré-textuais

A ordem dos elementos pré-textuais deve ser apresentada conforme 2.1.6.1.1 a 2.1.6.1.13.

2.1.6.1.1 *Folha de rosto*

Elemento obrigatório. Apresentada conforme 2.7.1.1.1 e 2.7.1.1.2.

2.1.6.1.1.1 *Anverso*

Os elementos devem ser apresentados na seguinte ordem:

- a) nome do autor;
- b) título;
- c) subtítulo, se houver;
- d) número do volume, se houver mais de um, deve constar em cada folha de rosto a especificação do respectivo volume;
- e) natureza: tipo do trabalho (tese, dissertação, trabalho de conclusão de curso e outros) e objetivo (aprovação em disciplina, grau pretendido e outros); nome da instituição a que é submetido; área de concentração;
- f) nome do orientador e, se houver, do co-orientador;
- g) local (cidade) da instituição onde deve ser apresentado;
- h) ano de depósito (da entrega).

2.1.6.1.1.2 *Verso*

Deve conter os dados de catalogação-na-publicação, conforme o Código de Catalogação Anglo-Americano vigente. **Elaborada por um (a) profissional Bibliotecário (a).**

EXEMPLO

S000	Sobrenome, Nome do Aluno Planejamento Tributário como alternativa para a Economia Tributária visando resultados positivos de Caixa / Nome do aluno. _____. Manaus: ESBAM, 2016. 25 p. Monografia (Graduação em Direito) – Escola Superior Batista do Amazonas (ESBAM). Orientador: Prof. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX 1. Planejamento tributário. 2. Economia de tributos 3.Carga tributária. 4. Redução I. Título CDD0000000
------	--

2.1.6.1.2 Errata

Elemento opcional. Deve ser inserida logo após a folha de rosto, constituída pela referência do trabalho e pelo texto da errata. Apresentada em papel avulso ou encartado, acrescida ao trabalho depois de impresso.

EXEMPLO

ERRATA

FERRIGNO, C. R. A. Tratamento de neoplasias ósseas apendiculares com reimplantação de enxerto ósseo autólogo autoclavado associado ao plasma rico em plaquetas: estudo crítico na cirurgia de preservação de membro em cães. 2011. 128 f. Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Folha Linha Onde se lê Leia-se 16 10 auto-clavado autoclavado.

2.1.6.1.3 Folha de aprovação

Elemento obrigatório. Deve ser inserida após a folha de rosto, constituída pelo nome do autor do trabalho, título do trabalho e subtítulo (se houver), natureza (tipo do trabalho,

objetivo, nome da instituição a que é submetido, área de concentração) data de aprovação, nome, titulação e assinatura dos componentes da banca examinadora e instituições a que pertencem. A data de aprovação e as assinaturas dos membros componentes da banca examinadora devem ser colocadas após a aprovação do trabalho.

2.1.6.1.4 Dedicatória

Elemento opcional. Deve ser inserida após a folha de aprovação.

2.1.6.1.5 Agradecimentos

Elemento opcional. Devem ser inseridos após a dedicatória.

2.1.6.1.6 Epígrafe

Elemento opcional. Elaborada conforme a ABNT NBR 10520. Deve ser inserida após os agradecimentos. Podem também constar epígrafes nas folhas ou páginas de abertura das seções primárias.

2.1.6.1.7 Resumo na língua vernácula

Elemento obrigatório. Elaborado conforme a ABNT NBR 6028.

2.1.6.1.8 Resumo em língua estrangeira

Elemento obrigatório. Elaborado conforme a ABNT NBR 6028.

2.1.6.1.9 Lista de ilustrações

A lista de ilustração, que inclui desenhos, esquemas, fluxogramas, organogramas, plantas, quadros, retratos, fotografias, gráficos e mapas, devem ser escritas em minúsculo, somente a primeira letra da palavra em maiúscula, em fonte 12, iniciando com o nome específico, seguido do número indicativo no texto, travessão, a legenda que segue a ilustração e o número da página, como segue no exemplo.

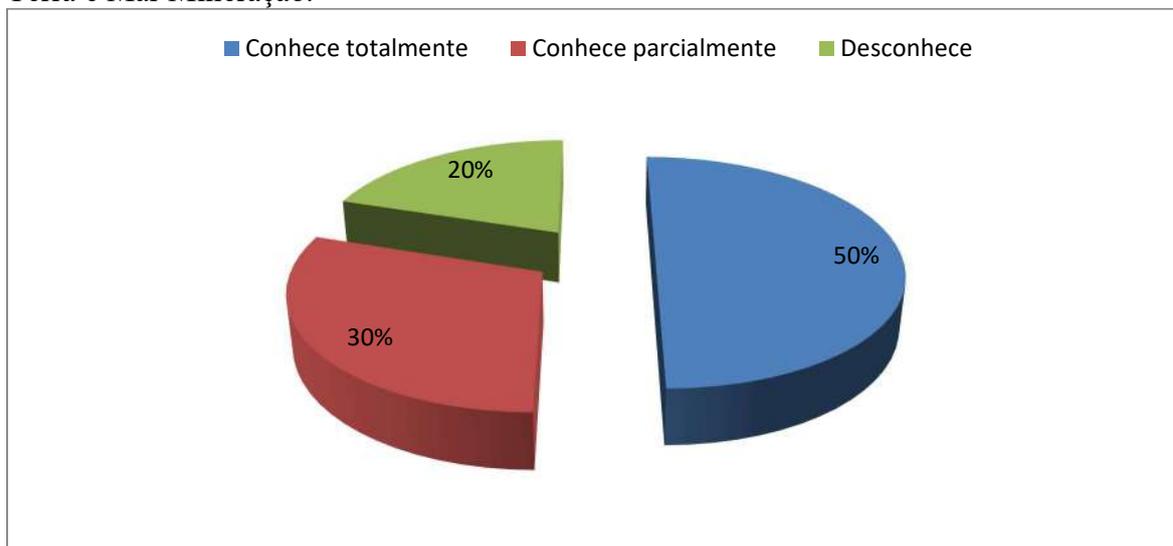
EXEMPLO

LISTA DE FIGURAS	
Figura 1 – Modelo de capa	06
Figura 2 – Modelo de página de rosto	07
Figura 3 – Ficha catalográfica	08
Figura 4 – Exemplo de dedicatória	09
Figura 5 – Exemplo de agradecimento	10
Figura 6 – Modelo de resumo	11
Figura 7 – Modelo de abstract	12
Figura 8 – Exemplo de lista de figuras	13

No texto, qualquer que seja o tipo de ilustração sua identificação aparece na parte superior, precedida da palavra designativa (desenho, esquema, fluxograma, fotografia, gráfico, mapa, organograma, planta, quadro, retrato, figura, imagem, entre outros), seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, travessão e do respectivo título.

Após a ilustração, na parte inferior, indicar a fonte consultada (elemento obrigatório, mesmo que seja produção do próprio autor), notas e outras informações necessárias à sua compreensão (se houver). A ilustração deve ser citada no texto e inserida o mais próximo possível do trecho a que se refere.

Figura 1 - Conhecimento do Regulamento Interno pelos funcionários da empresa Terra e Mar Mineração.



Fonte: Sanches, 2012.

2.1.6.1.10 Lista de tabelas

Elemento opcional. Elaborada de acordo com a ordem apresentada no texto, com cada item designado por seu nome específico, acompanhado do respectivo número. Devem ser citadas no texto, inseridas o mais próximo possível do trecho a que se referem e padronizadas conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

EXEMPLO

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparação entre inteligência natural e artificial.....	34
Tabela 2 – Comparação entre IA e computação convencional	35
Tabela 3 – Tabela de decisão	45
Tabela 4 – Configuração dos cenários produtivos.....	89
Tabela 5 – Estrutura dos arquivos PARAM.ATD e BACK.ATD	95
Tabela 6 – Tabela de decisão implementada no SE	101
Tabela 7 – Banco de dados da máquina-ferramenta	111
Tabela 8 – Banco de dados da ferramenta (produto)	112

No texto, recomenda-se que tabelas e figuras ocupem, no máximo, uma única página, evitando-se a continuação em páginas seguintes. Se necessário, podem ser dispostas no formato paisagem, permanecendo a numeração da página como no restante do texto. Tabelas ou figuras que ocupem menos de meia página podem ser inseridas no texto, mas devem ser separadas deste, acima e abaixo, por uma linha em branco. Notas explicativas do tratamento estatístico ou símbolos e abreviações usadas devem ser colocadas ao fim da tabela ou quadro, abaixo da borda inferior, e podem ter tamanho de letra menor que a do texto, conforme exemplo anterior.

Tabela 1 – Resultado da análise bacteriológica da mão dominante dos profissionais da área da saúde de um hospital particular de Itumbiara (GO) e perfil de resistência bacteriana, no período de março a junho de 2008.

	Microorganismos detectados		Resistência à oxacilina	
	n	%	n	%
<i>Staphylococcus coagulase negativa</i>	20	44,4	15	75,0
<i>Staphylococcus aureus</i>	18	40,0	13	72,2
<i>Enterococcus</i>	6	13,3	-	-
<i>Bacillus spp</i>	1	2,2	-	-
Total	45	100,0	-	-

Fonte: Custódio et al., 2009.

Mapas de tamanho superior ao formato adotado de página (A4) devem ser dobrados de forma a resultar em dimensões ligeiramente inferiores, sem ultrapassar as bordas da encadernação. Os mapas devem incluir coordenadas geográficas e escala.

Fotografias e outras ilustrações deverão ser inseridas no exemplar definitivo na forma eletrônica e com boa resolução (imagem de câmara digital, uso de “scanner”, ou cópia xerográfica de alta resolução). Recomenda-se, no exemplar definitivo, o uso de papel branco e brilhante especial para impressão de imagens. Não serão admissíveis ilustrações fixadas ao papel por cola, fita adesiva ou similar.

Fotografias ou imagens, notadamente aquelas de estruturas, tecidos etc, obtidas por meio de equipamentos de microscopia, devem conter a escala final.

Figuras contendo gráficos devem ser preferencialmente apresentadas em preto e cinza, com padrões de linhas, símbolos ou preenchimento nítidos e possíveis de serem diferenciados, sem dificuldade, em reprodução xerográfica (preto e branco) dos mesmos, exemplo a seguir. As cores das figuras e imagens podem ser mantidas no arquivo em meio digital, desde que na impressão em papel as mesmas estejam em tons de cinza e não haja comprometimento da qualidade da informação apresentada. Deve ser evitado o uso de padrões de gráficos em três dimensões, exceto quando relevante para a informação neles contida. Não utilizar bordas, linhas transversais e verticais nos gráficos, e a área dos mesmos deve ser sem preenchimento.

2.1.6.1.11 Lista de abreviaturas, siglas e símbolos

Elemento opcional. Consiste na relação alfabética das abreviaturas e siglas utilizadas no texto, seguidas das palavras ou expressões correspondentes grafadas por extenso. Recomenda-se a elaboração de lista própria para cada tipo.

A sigla, quando mencionada pela primeira vez no texto, deve ser indicada entre parênteses, precedida do nome completo.

EXEMPLO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	
Crd	Crédito
Fil.	Filosofia
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

2.1.6.1.12 Equações e fórmulas

Para facilitar a leitura, devem ser destacadas no texto e, se necessário, numeradas com algarismos arábicos entre parênteses, alinhados à direita. Na sequência normal do texto, é permitido o uso de uma entrelinha maior que comporte seus elementos (expoentes, índices, entre outros).

EXEMPLO

$$x y z 2 2 2 + = (1)$$

$$x y /5 n 2 2 + = () (2)$$

2.1.6.1.13 Sumário

Elemento obrigatório. Elaborado conforme a ABNT NBR 6027.

2.1.7 Elementos Textuais

Introdução

Desenvolvimento

Conclusão

2.1.7.1 Introdução

O texto é composto de uma parte introdutória, que apresenta os objetivos do trabalho e as razões de sua elaboração; o desenvolvimento, que detalha a pesquisa ou estudo realizado; e uma parte conclusiva.

2.1.7.2 Desenvolvimento

Parte principal da monografia, que contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto tratado. Divide-se em seções e subseções, conforme a NBR 6024:2003 - Numeração progressiva das seções de um documento escrito, que variam em função da abordagem do tema e do método.

O desenvolvimento é composto do **referencial teórico**, dividido em **subseções**; da **metodologia**, dividida em **subseções** e do **resultado da pesquisa** dividido em **subseções**. O

texto do desenvolvimento é digitado em fonte Times new Roman ou Arial em tamanho 12, para as citações com mais de 3 linhas usar fonte menor (NBR 14 724/2011).

O espaço entre os títulos e subtítulos e deste para o texto é de 1 toque de 1,5, assim como do texto que os precedem e que os sucedem, conforme a NBR14724/2011. Os títulos das seções e subseções são posicionados a esquerda a 3 cm da borda da folha de papel A4 (21cm x 29,7cm).

2.1.7.2.1 Referencial Teórico

SEÇÃO PRIMÁRIA	2 REFERENCIAL TEÓRICO
SEÇÃO SECUNDÁRIA	2.1 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
Seção Terciária	2.1.1 O que é?
Seção Quaternária	2.1.1.1
<i>Seção Quinária</i>	<i>2.1.1.1.1</i>

2.1.7.2.1.1 Citações

As citações são apresentadas conforme a NBR 10520/2002 – Citações em documento. Conforme a NBR 10520/2002:

Citação: Menção de uma informação extraída de outra fonte.

Citação de citação: Citação direta ou indireta de um texto em que não se teve acesso ao original. Se possível, evitar o uso desse tipo de citação. É importante que se tenha o documento original para pesquisar.

Citação direta: Transcrição textual de parte da obra do autor consultado. Pode ser grafada no texto, quando tiver até 3 linhas, e com recuo de 4 cm a partir da margem esquerda para a direita, com mais de 3 linhas.

Exemplo de citação direta no texto ou textual:

Silva Junior (2003, p.38) ressalta que quando se refere a planejamento tributário “significa que devemos analisar examinar e refletir sobre as operações e fatos com antecedência, para anteciparmos a solução que melhor se ajuste ao potencial problema identificado”.

Exemplo de citação com recuo

Fabretti (2006, p.32) diz que:

Planejamento tributário é o estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas, denomina-se Planejamento Tributário, que exige antes de tudo, bom senso do planejador.

Citação indireta: Texto baseado na obra do autor consultado.

Exemplo de citação indireta

É uma atividade empresarial que é desenvolvida somente de forma preventiva, projetando os atos e fatos administrativos com a finalidade de informar quais os ônus tributários em cada uma das ações disponíveis. (OLIVEIRA, 2003).

Neste Manual usa-se o Sistema autor-data. **No sistema autor-data a indicação da fonte é feita:**

a) pelo sobrenome de cada autor ou pelo nome de cada entidade responsável até o primeiro sinal de pontuação, seguido (s) da data de publicação do documento e da (s) página (s) da citação, no caso de citação direta, separados por vírgula e entre parênteses;

Exemplos: No texto:

A chamada “pandectística havia sido a forma particular pela qual o direito romano fora integrado no século XIX na Alemanha em particular”. (LOPES, 2000, p. 225) ou

Segundo Lopes (2000, p.225) a chamada “pandectística havia sido a forma particular pela qual o direito romano fora integrado no século XIX na Alemanha em particular”.

Quando a citação tiver mais de 1 autor, grafa-se como abaixo. Observar que dentro do parêntesis os nomes dos autores são grafados em Maiúsculas, separados por ponto e vírgula (;). Quando os nomes dos autores forem grafados fora do parêntesis, são apresentados com a primeira letra do nome em Maiúsculas, separados pela vogal e. Observar exemplos abaixo.

“De fato, semelhante equacionamento do problema conteria o risco de se considerar a literatura meramente como uma fonte a mais de conteúdos já previamente disponíveis, em outros lugares, para a teologia”. (JOSSUA; METZ, 1976, p. 3).

Merriam; Caffarella (1991, p.20) observam que “a localização de recursos tem um papel crucial no processo de aprendizagem autodirigida”.

Devem ser indicadas as supressões, interpolações, comentários, ênfase ou destaques, do seguinte modo: Apresenta-se apenas o exemplo de supressão [...].

[...] Marketing global é a disposição proativa de uma empresa para adotar uma perspectiva global, em vez de uma perspectiva país a país ou região a região de desenvolvimento de uma estratégia de marketing [...] (KOTABE; HELSEN, 2000, p. 35).

Para outros tipos como interpolações, comentários, ênfase ou destaques pesquisar a NBR 10 520/2002 da ABNT.

2.1.7.2.2 Metodologia

Nesta seção o pesquisador trata dos métodos, tipos de pesquisas, técnicas, instrumento de coleta de dados, universo e amostra da pesquisa.

Lakatos; Marconi (2003, p.83) definem método como: “O conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros - traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões dos cientistas”.

Tipos de pesquisa

Pesquisa é definida como o procedimento realizado com objetivo de adquirir conhecimento sobre algo.

A pesquisa científica é dividida em **quantitativa e qualitativa**. (Os dados coletados sobre pesquisa quantitativa e qualitativa foram obtidos em: FEITOSA, Maria Lenir Oran Fonseca Feitosa (Organizadora). **Metodologia do trabalho científico**. Manaus: ESBAM, 2012.)

Quando a pesquisa é do tipo **Quantitativa**, são incluídos na metodologia, de modo geral, métodos de abordagem e de procedimentos, a área da pesquisa, tipo de pesquisa, instrumentos de coleta de dados, universo e amostra.

Os métodos de procedimentos usados na pesquisa quantitativa são: estatístico, comparativo, histórico. A utilização do método depende do tipo de pesquisa realizada, pois há outros métodos para serem usados na pesquisa quantitativa como: o experimental e o funcionalista.

Os tipos de pesquisa quanto à forma de estudo usada com a pesquisa quantitativa são: descritiva, pesquisa exploratória e pesquisa experimental.

A **pesquisa descritiva** também chamada quantitativo-descritiva tem por finalidade o delineamento ou a análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave. É subdividida em quatro momentos: estudos de verificação de hipótese, estudos de avaliação de programa, estudos de descrição de população e estudos de relações de variáveis.

A **pesquisa exploratória** corresponde ao estudo de investigações empíricas, tendo como objetivo a formulação de questões ou de um problema com três finalidades: desenvolvimento de hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos. Neste tipo de pesquisa obtêm-se como resultados, descrições tanto quantitativas quanto qualitativas do objeto em estudo.

Pesquisa Experimental consiste em estudos investigativos de pesquisa empírica que tem como objeto principal o teste de hipóteses que dizem respeito a relações de tipo causa-efeito. Todos os estudos desse tipo utilizam projetos experimentais que incluem os seguintes fatores: grupo controle, seleção da amostra por técnica probabilística e manipulação de variáveis independentes com a finalidade de controlar ao máximo os fatores pertinentes. Os estudos experimentais tanto podem ser desenvolvidos em campo, chamado de ambiente natural, como também em laboratórios onde o ambiente é rigorosamente controlado.

Instrumentos de Coleta de Dados da Pesquisa Quantitativa. Os elementos para a coleta de dados na pesquisa quantitativa são os questionários fechados, os elementos básicos para a análise dos dados são as escalas, os números, as estatísticas etc.

Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia ao informante por meio do correio, via email, ou por um portador, depois de preenchido é devolvido ao pesquisador.

Pesquisa quanto ao levantamento de dados usada nas pesquisas quantitativas. O levantamento de dados é o primeiro passo de qualquer pesquisa científica. É feito a partir da pesquisa documental ou de fontes primárias, pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias e a pesquisa de campo. A importância da pesquisa documental e bibliográfica para a pesquisa de campo porque serve de direção para obter informações sobre o objeto de estudo, além da opinião sobre o assunto.

Pesquisa Qualitativa. Pesquisa qualitativa é a modalidade de pesquisa na qual os dados são coletados por meio de interações sociais, (por exemplo: estudos etnográficos e pesquisas participantes), e analisados subjetivamente pelo pesquisador.

A **pesquisa qualitativa** estuda os fenômenos. O estudo de um fenômeno remete à interpretação de um fato feita por um observador, isto é, o fenômeno tratando-se da interpretação subjetiva do fato.

O pressuposto metodológico da pesquisa qualitativa é o indutivo. O método indutivo analisa o objeto em estudo particularmente, para se tirar conclusões gerais, ou seja, parte do particular para o geral. Enquanto na dedução a certeza das premissas é transferida para a conclusão, em virtude do emprego correto das regras lógicas, na indução, uma vez que as premissas sejam consideradas verdadeiras, a conclusão será provavelmente verdadeira. O método indutivo é o resultado das observações sobre determinado fato, tem por finalidade a obtenção de resultados capazes de explicar a realidade. A indução é um processo inferencial capaz de gerar informações novas, ao contrário da dedução que simplesmente reorganiza o conhecimento já existente.

Questões norteadoras no lugar das hipóteses nas pesquisas qualitativas. Nas pesquisas qualitativas as hipóteses usadas na pesquisa quantitativas são substituídas por questões norteadoras. Estas questões são formuladas sem um número pré-estabelecido, entretanto como diz Gonçalves (2003 apud FEITOSA, 2012) podem variar de 5 a 8 perguntas, organizadas cronologicamente e hierarquicamente de acordo com o assunto em questão. Para toda questão formulada, respostas serão dadas como solução do assunto, isto é para toda questão formulada uma resposta será encontrada.

Os instrumentos de coleta de dados na pesquisa qualitativa são: entrevistas abertas e não direcionadas; histórias de vida; análise de discurso; estudo de casos e observação participante.

Entrevistas abertas e não direcionadas, aberta ou informal. Consiste em uma conversação envolvendo duas ou mais pessoas com o propósito de se obter informações para uma investigação. O entrevistador tem um objetivo específico, que procura atingir sem impor uma estrutura ao respondente. Este tipo de entrevista é o mais sujeito a vieses ou erros resultantes da inexperiência.

Observação não participante e participante. É uma técnica de coletas de dados para obter informações e utiliza os sentidos para captar aspectos da realidade. Não se resume apenas a ver ou ouvir superficial. Diferente das percepções cotidianas, não intencionais (espontâneas) e passivas, compreende uma busca deliberada, levada a efeito com cautela e predeterminação. Ela é o instrumento básico de coleta de dados em todas as ciências. Esta modalidade de observação pode ser sistemática ou assistemática. Segue uma ordenação e busca atingir um fim determinado. A observação não participante é usada também em pesquisas quantitativas, e é conhecida como observação *in loco* (*no lugar*).

Análise de discurso. Recobre um amplo espectro de teorias e práticas que corresponde a objetivos e finalidades muito diversas e nutrem uma diversidade de orientações de pesquisa e disciplinas.

Estudo de caso. Pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida, como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social. Visa conhecer o seu “como” e os seus “porquês”, evidenciando a sua unidade e identidade próprias. Trata-se de um tipo de pesquisa que tem sempre um forte cunho descritivo. No entanto, um estudo de caso não tem que ser meramente descritivo.

História de vida. História de vida é um relato retrospectivo da experiência pessoal de um indivíduo, oral ou escrito, relativo a fatos e acontecimentos que foram significativos e constitutivos de sua experiência vivida. História de vida pode significar muitas coisas, dependendo dos objetivos ou dos pressupostos teóricos do pesquisador. As particularidades expressam-se em diferentes termos correlatos, para discriminar diferentes particularidades teórico-metodológicas, tais como autobiografia, biografia, história de vida, relatos de vida, memória, história oral, abordagem biográfica, método biográfico, etnobiografia etc., todas, com suas especificidades, visando descobrir as possibilidades heurísticas das trajetórias de vida pessoais, inseridas em uma realidade histórica e social.

Métodos específicos da pesquisa qualitativa. Método etnográfico e clínico, outros métodos como o método histórico, comparativo, monográfico, método tipológico, método funcionalista e método estruturalista são específicos da pesquisa qualitativa.

OBSERVAÇÃO: recomenda-se que o aluno/pesquisador para melhor compor seu conhecimento sobre métodos e técnicas de pesquisa procure outras fontes informacionais.

2.1.7.2.3 Resultados e Discussão

Visa comunicar os resultados obtidos pelo autor do trabalho, análise dos mesmos, bem como oferecer subsídios para a conclusão do TCC.

A análise dos dados, sua interpretação e discussões podem ser conjugadas (Resultados e Discussão) no texto ou apresentadas separadamente. Os resultados devem ser agrupados e ordenados convenientemente, acompanhados de tabelas, figuras, mapas etc. Tabelas com dados estatísticos detalhados podem ser apresentadas em Apêndice, sendo os mesmos resumidos nas tabelas incluídas no item ‘Resultados e Discussão’.

A discussão dos resultados deve possibilitar a ligação entre novas descobertas e os conhecimentos apresentados na Revisão da Literatura. É necessário destacar a maneira como as hipóteses apresentadas na Introdução foram comprovadas ou não, e como as indagações foram respondidas. Devem ser considerados também os fatos novos e excepcionais, assim como as concordâncias e divergências de teorias e paradigmas.

2.1.7.2.4 Conclusão

Neste item, devem estar à síntese do trabalho, as conclusões relacionadas às hipóteses ou indagações e principalmente aos objetivos enunciados na Introdução. Os relatos devem ser breves, baseando-se apenas nos dados comprovados, evitando repetir ou fazer mera transcrição dos resultados obtidos. Citações não devem ser usadas neste item.

Após este item, é aceito um complemento, que pode ser identificado como ‘Considerações Finais’ ou ‘Recomendações de Pesquisa’, contendo o ponto de vista do autor destacando os principais resultados da sua pesquisa, contribuições e méritos do seu estudo, podendo sugerir novas linhas de estudo, ou apresentar um parecer a partir da própria experiência ao lidar com o tema do trabalho.

2.1.8 Elementos Pós-Textuais

Referências (obrigatório)

Glossário (opcional)

Apêndice (opcional)

Anexo (opcional)

Índice (opcional)

A ordem dos elementos pós-textuais deve ser apresentada conforme 2.1.8.1 a 2.1.8.5.

2.1.8.1 Referências

Elemento obrigatório. Elaboradas conforme a ABNT NBR 6023.

2.1.8.2 Glossário

Elemento opcional. Elaborado em ordem alfabética.

EXEMPLO

Deslocamento: Peso da água deslocada por um navio flutuando em águas tranquilas.

Duplo Fundo: Robusto fundo interior no fundo da carena.

2.1.8.3 Apêndice

Elemento opcional. Deve ser precedido da palavra APÊNDICE, identificado por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelo respectivo título. Utilizam-se letras maiúsculas dobradas, na identificação dos apêndices, quando esgotadas as letras do alfabeto.

APÊNDICE A – Avaliação numérica de células inflamatórias.

2.1.8.4 Anexo

Elemento opcional. Deve ser precedido da palavra ANEXO identificado por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelo respectivo título. Utilizam-se letras maiúsculas dobradas, na identificação dos anexos, quando esgotadas as letras do alfabeto.

EXEMPLO

ANEXO A – Representação gráfica de contagem de células inflamatórias presentes nas caudas em regeneração - Grupo de controle I (Temperatura...)

2.1.8.5 Índice

Elemento opcional. Elaborado conforme a ABNT NBR 6034.

2.2 ESTRUTURA DE UM TRABALHO ACADÊMICO

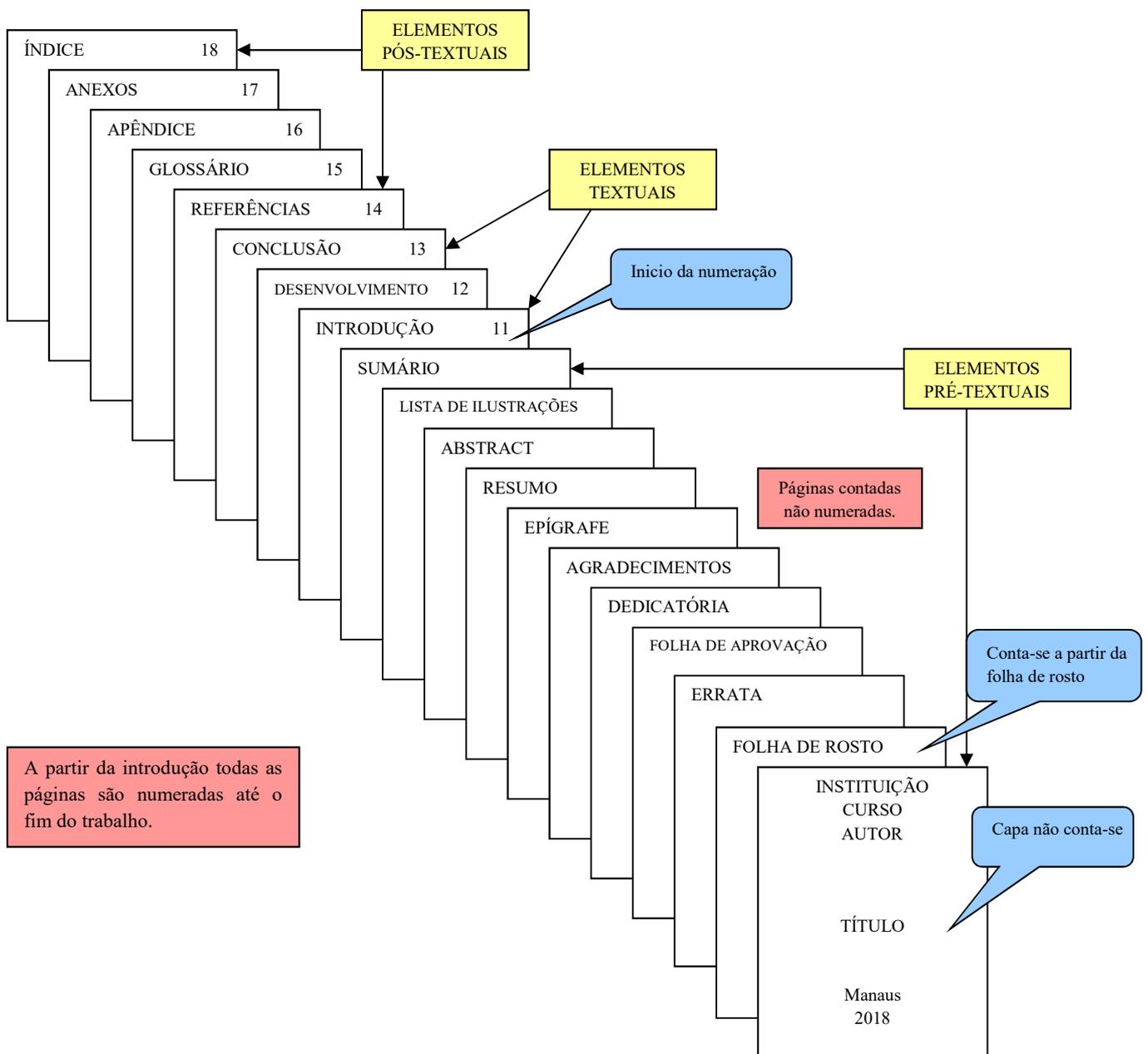
A estrutura de um trabalho acadêmico é formada pelos elementos constitutivos, definidos pela NBR 14724/2011, que compreende: elementos pré-textuais, elementos textuais e elementos pós-textuais que estão abaixo relacionados na ordem em que obrigatoriamente devem aparecer no documento1:

Quadro 1: Elementos estruturais das monografias

Parte Externa	Capa	
Parte Interna	Elementos pré-textuais	Folha de Rosto (obrigatório)
		Folha de Aprovação (obrigatório)
		Agradecimentos (opcional)
		Lista de ilustrações (opcional)
		Lista de tabelas (opcional)

		Sumário (obrigatório)
		Resumo em língua vernácula (obrigatório)
		Resumo em língua estrangeira (obrigatório)
	Elementos textuais	Introdução
		Desenvolvimento – Revisão de Literatura – Metodologia – Resultados - Discussão
		Conclusão
	Elementos pós-textuais	Referências (obrigatório)
		Anexo (opcional)

A apresentação de trabalhos acadêmicos deve ser elaborada conforme abaixo demonstra o esquema 1.



2.3 DA AVALIAÇÃO

O professor orientador, ao considerar o aluno apto para defesa do TCC preencherá o Requerimento para Defesa (modelo, anexo) e o encaminhará à Coordenação do respectivo curso de graduação e pós-graduação sugerindo os componentes da banca examinadora.

O Trabalho Acadêmico produzido será avaliado por uma comissão julgadora, composta por 03 (três) membros: o professor/orientador e dois professores convidados com domínio no assunto em questão.

O aluno defenderá o TCC usando recursos como *slide*, pôster ou outro formato condizente com a apresentação do TCC. O modelo do pôster e *slide* serão disponibilizados pelas Coordenações de Curso e pelas Coordenações dos Cursos de Pós-Graduação (caso haja modelo específico).

Após a defesa os professores da Banca Examinadora atribuirão notas ao aluno de 0 (zero) a 10 (dez), variando de meio em meio ponto (Exemplo: 7,0; 7,5) seguindo os critérios de avaliação atribuídos pelo Órgão Colegiado do respectivo curso de graduação. O aluno que conseguir média aritmética igual ou superior a 7,0 (sete, vírgula, zero), será aprovado no TCC.

As notas obtidas na avaliação da Banca Examinadora serão registradas em atas próprias (Avaliação do Relatório, Avaliação da Apresentação Oral, Atribuição da Nota Final e Parecer da Banca Examinadora) modelos anexados ao final deste Manual.

Caso o aluno seja aprovado no TCC com restrições, ele receberá de volta todas as vias do trabalho para o aperfeiçoamento necessário, do que fora sugerido pelos avaliadores. O aluno terá o prazo de quinze dias para apresentar o TCC corrigido, para que a nota do trabalho seja lançada no seu histórico.

2.3.1 Exemplares Provisórios

Os exemplares provisórios do TCC serão entregues pelo orientador do discente em quatro (4) vias à coordenação do respectivo curso de graduação sendo uma via para o orientador, uma via para cada um dos membros da banca e uma para o membro suplente.

A avaliação da estrutura, e apresentação gráfica do exemplar provisório do TCC, será de responsabilidade do professor orientador, conforme as orientações contidas neste Manual.

2.3.2 Versão Definitiva

A correção e eventuais modificações no TCC, recomendadas pela banca examinadora são de responsabilidade do candidato e deverão ser verificadas pelo orientador.

O TCC na modalidade artigo não requer elementos pré-textuais como capa, folha de rosto e folha de aprovação, porém, esses elementos serão adicionados ao artigo, por ser um trabalho de final de curso, e pela necessidade dessa formalidade para prestar informações a Instituição.

A folha de aprovação será devidamente assinada por todos os membros da banca examinadora.

Após a aprovação e revisão do TCC, o aluno entregará a Coordenação do respectivo curso de graduação e pós-graduação, conforme data estipulada pelas coordenações, 1 (uma) versão completa em CD-ROM, contendo os arquivos referentes à versão final do TCC em formato PDF. A folha de aprovação com as assinaturas dos membros da banca será devidamente escaneada e incluída no CD-ROM.

É obrigatório registrar no CD-ROM em etiqueta própria, tamanho 10, em Times New Roman, os seguintes dados:

- 1 Nome da Instituição (na parte de cima do CD-ROM).
- 2 Nome do Curso (na parte de cima do CD-ROM).
- 3 Título do TCC ou Artigo (na parte de baixo do CD-ROM)
- 4 Nome do aluno/autor (do lado esquerdo do CD-ROM)
- 5 Nome do orientador (do lado direito do CD-ROM)

O aluno entregará juntamente com o CD-ROM o termo de autorização para publicação eletrônica na biblioteca digital da INSTITUIÇÃO, (modelo anexado a este Manual), assinado pelo mesmo e por seu orientador. É obrigatória a entrega do CD-ROM, no prazo estipulado pelas coordenações dos cursos como de pós-graduação.

2.4 DA APRESENTAÇÃO DE DEFESA DO TCC

2.4.1 *Slide*

O aluno defenderá o TCC usando recursos como *slide*, pôster ou outro formato condizente com a apresentação do TCC. É importante observar a cor de fundo dos slides, recomenda-se slide com fundo branco e letras pretas para melhor visualização no momento da apresentação do TCC.

É importante colocar nos slides poucas informações, mais ou menos 6 linhas por slide. O aluno apresentará para a banca examinadora o que contém nos slides sem ler, mas explicando.

Usar letras tamanho 44 para os títulos e 28 para o texto em fonte Arial ou Times New Roman. Observar espaçamento de 1,5 entre as linhas.

Recomenda-se que seja elaborado o menor número possível de slide, número suficiente para a apresentação estipulada em 25 ± 5 minutos. Para elaboração dos slides, observar os seguintes itens:

Slide 1	Principal. Deverá conter: Nome da Instituição. Nome do curso. O título do TCC. O nome do aluno. Nome do (a) orientador (a).
Slide 2	INTRODUÇÃO. APRESENTAÇÃO DO TCC.
Slide 3	PROBLEMA
Slide 4	HIPÓTESES, SE A PESQUISA FOR UMA ABORDAGEM QUANTITATIVA. QUESTÕES NORTEADORAS, SE A PESQUISA FOR UMA ABORDAGEM QUALITATIVA.
Slide 5	OBJETIVO GERAL
Slide 6	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Slide 7	JUSTIFICATIVA
Slide 8	REFERENCIAL TEÓRICO
Slide 10	REFERENCIAL TEÓRICO
Slide 11	REFERENCIAL TEÓRICO
Slide 12	METODOLOGIA
Slide 13	METODOLOGIA
Slide 14	RESULTADOS E DISCUSSÃO
Slide 15	RESULTADOS E DISCUSSÃO
Slide 16	RESULTADOS E DISCUSSÃO
Slide 17	CONCLUSÃO
Slide 18	REFERÊNCIAS

OBSERVAÇÃO: O aluno deverá manusear os slides na hora da apresentação, de frente para a banca examinadora, podendo ficar em pé ou sentado.

2.4.2 Pôster

Os itens que devem conter no Pôster são:

- Introdução
- Metodologia
- Fundamentação teórica
- Resultados obtidos

Conclusão
Referências

OBSERVAÇÃO: O modelo de pôster e slides está disponibilizado ao final deste Manual.

2.4.3 Postura do aluno no ato da apresentação

A apresentação do TCC é um momento formal e requer que o (a) aluno (a) se apresente em vestuário simples e formal. As mulheres devem evitar decotes generosos, saias muito curtas, maquiagem carregada. Usar terninho em tom escuro. Não usar sapatilhas e nem sandálias rasteirinhas. Dar preferência a sapatos e sandálias em tons escuros com saltos. Os homens devem se apresentar em camisas de tons claros. Dar preferência ao branco. Não usar camisas sem manga ou com propaganda de alguma coisa. A calça deve ser social e de preferência em tom preto. De preferência também usar sapatos sociais. Se o aluno preferir pode utilizar terno e gravata.

É importante que o (a) aluno (a) chegue cedo ao local da sua apresentação evitando assim, contratempos. É importante que teste seu pen-drive antes da hora da apresentação. É importante também que o aluno leve uma cópia impressa no papel para acompanhar o momento da arguição da banca examinadora e anotações das sugestões. O aluno deve estar preparado para qualquer eventualidade.

Na apresentação do TCC evitar gírias, piadinhas e erros de pronúncia ou qualquer assunto que não esteja relacionado com o TCC. Procurar falar em tom compreensível. Nem tão alto e nem tão baixo. Não fazer gestos exagerados. Procurar apresentar o TCC tendo somente como auxiliar o recurso escolhido. Nada de papéis, pois desta forma pode demonstrar que não tem domínio do assunto.

Manter a calma é essencial. Para isso fixar o olhar num ponto neutro. Evitar olhar na direção da banca examinadora, pois qualquer gesto pode influenciar na sua apresentação. Não deixar o celular ligado, nem na vibração. O toque do celular mesmo no silencioso pode tirar a concentração.

Dividir os minutos da apresentação corretamente. Perder muito tempo na introdução e na revisão de literatura, prejudicará os resultados da pesquisa e a conclusão considerados os itens mais importantes do TCC. Ao ser questionado pela banca, não seja monossilábico, nada de sim ou não. Este é o momento para mostrar que tem domínio do assunto.

ANEXO A: MODELO DE MONOGRAFIA CONFORME A NBR 14724/2011
ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS
CURSO DE DIREITO
NOME DO ALUNO

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO ALTERNATIVA PARA A ECONOMIA
TRIBUTÁRIA, VISANDO RESULTADOS POSITIVOS DE CAIXA

NOME DO ALUNO

**PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO ALTERNATIVA PARA A ECONOMIA
TRIBUTÁRIA, VISANDO RESULTADOS POSITIVOS DE CAIXA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharel. Escola Superior Batista do
Amazonas. Curso de Graduação em Direito.

Orientador (a) Professor (a) XXXXXXXXXX

Manaus

2018

S000	<p data-bbox="539 1379 884 1413">Sobrenome, Nome do Aluno</p> <p data-bbox="549 1447 1262 1536">Planejamento Tributário como alternativa para a Economia Tributária visando resultados positivos de Caixa / Nome do aluno. ____ . Manaus: ESBAM, 2016.</p> <p data-bbox="596 1570 655 1603">25 p.</p> <p data-bbox="539 1630 1305 1697">Monografia (Graduação em Direito) – Escola Superior Batista do Amazonas (ESBAM).</p> <p data-bbox="576 1702 1098 1736">Orientador: Prof. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</p> <p data-bbox="555 1771 1310 1850">1. Planejamento tributário. 2. Economia de tributos 3.Carga tributária. 4. Redução I. Título</p> <p data-bbox="1059 1895 1230 1928">CDD000000</p>
------	---

NOME DO ALUNO**PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO ALTERNATIVA PARA A ECONOMIA TRIBUTÁRIA, VISANDO RESULTADOS POSITIVOS DE CAIXA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Escola Superior Batista do Amazonas. Curso de Graduação em Direito.

Aprovado em ----/----/-----

Nome do Orientador. Título. ESBAM

Nome do Membro da Banca Examinadora. Título. INSTITUIÇÃO

Nome do Membro da Banca Examinadora. Título. INSTITUIÇÃO

EPIGRAFE
Observar modelo

Como o tempo custa a passar quando a gente espera!
Principalmente, quando venta.
Parece que o vento maneia o tempo.
Érico Veríssimo

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso analisa o planejamento tributário com vistas à economia tributária, especificamente, como alternativa para que o planejador tributário projete ações que evitem a incidência, diminua, ou postergue o pagamento do tributo. Para a execução da pesquisa fez-se revisão bibliográfica em autores especialistas no assunto planejamento tributário, distinguindo planejamento tributário de economia tributária. Explica-se que planejamento tributário é alternativa para a economia de tributos, como também se demonstra a redução da carga tributária através do planejamento tributário, além de diferenciar o que é evasão fiscal, sonegação, inadimplência fiscal, simulação e fraude à Lei com a finalidade de responder o problema e as hipóteses propostas.

Palavras-chave: Planejamento tributário. Economia de tributos. Carga tributária. Redução

ABSTRACT

This course completion work analyzes the tax planning with a view to tax savings, specifically as an alternative to the tax Planner to design actions that avoid the incidence, decrease, or postergue the payment of tribute. For the execution of the research literature review was made in authors subject matter experts, distinguishing between tax planning tax savings. Explains what is tax planning is an alternative to the tax savings, but also demonstrates the reduction in the tax burden through tax planning, in addition to differentiate what is tax avoidance, tax evasion, tax delinquency, simulation and fraud to the law in order to respond to the problem and the proposed hypotheses.

Keywords: Tax planning. Tax saving. Tax burden. Reduction.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE QUADROS

RESUMO

ABSTRACT

1	INTRODUÇÃO	Nº de Página
2	REFERENCIAL TEÓRICO	Nº de Página
2.1	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO	Nº de Página
2.1.1	O que é?	Nº de Página
2.2	ECONOMIA TRIBUTÁRIA	Nº de Página
2.3	EVASÃO FISCAL X ELISÃO FISCAL	Nº de Página
2.4	SONEGAÇÃO X INADIMPLÊNCIA À LEI	Nº de Página
2.5	SIMULAÇÃO E FRAUDE À LEI	Nº de Página
3	METODOLOGIA	Nº de Página
3.1	MÉTODOS DE PROCEDIMENTO	Nº de Página
3.2	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	Nº de Página
3.3	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	Nº de Página
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	Nº de Página
4.1	O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E A ECONOMIA	
4.2	TRIBUTÁRIA	Nº de Página
	ÔNUS TRIBUTÁRIO E O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO	Nº de Página
5	CONCLUSÃO	Nº de Página
	REFERÊNCIAS	Nº de Página
	ANEXO	Nº de Página
	APÊNDICE	Nº de Página

1 INTRODUÇÃO

Toda empresa tem uma estrutura de custos, na qual se inclui o custo tributário, que representa a boa parcela de consumo do lucro. Toda empresa também busca meios legais que possam diminuir o custo tributário. Dessa, e por essa necessidade surge a figura do planejamento tributário com o objetivo de projetar os custos relativos ao pagamento dos tributos.

A Lei 6.404/76 (Lei das S/A) no artigo 153 prevê que a empresa através de seus sócios e administradores a obrigação de realizar o planejamento tributário. No Brasil, existe uma alta carga tributária que dificulta o crescimento econômico das empresas.

Desta forma, esse artigo tem a finalidade de analisar o planejamento tributário com vistas a economia tributária, especificamente, como alternativa para que o planejador tributário projete ações que evitem a incidência, diminua, ou postergue o pagamento do tributo, justificando-se assim, a realização do mesmo.

Para a execução da pesquisa, esta foi delimitada em: Planejamento tributário como alternativa para a economia tributária, visando resultados positivos de caixa.

O problema da pesquisa foi estabelecido em: É possível através do planejamento tributário a economia tributária nas empresas, uma vez que no Brasil por causa da alta carga tributária dificulta o crescimento econômico das empresas? As hipóteses respondem inicialmente ao problema: 1) O planejamento tributário possibilita a economia tributária nas empresas, evitando assim o fechamento de empresas com poucos dias ou poucos anos de abertura. 2) O planejamento tributário não possibilita a economia tributária nas empresas, por conseguinte não evita o fechamento de empresas com poucos dias ou poucos anos de abertura.

Os objetivos da pesquisa foram definidos em geral e específicos. O objetivo geral tem por finalidade analisar o planejamento tributário com vistas a economia tributária. Especificamente a pesquisa faz distinção de planejamento tributário de economia tributária, para explicar porque o planejamento tributário é uma alternativa para a economia de tributos, como também demonstrar a redução da carga tributária através do planejamento tributário, além de diferenciar o que é evasão fiscal, sonegação, inadimplência fiscal, simulação e fraude à Lei.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

2.1.1 O que é?

Toda empresa possui sua estrutura de custos, dentro da qual está incluso o custo tributário, o que representa boa parcela de consumo do lucro. Com objetivo de reduzir tais custos, houve a necessidade de buscar meios legais, meios esses que possibilitassem a redução do custo tributário. Nasce então, a figura do planejamento tributário, onde se dá o ato de projetar o pagamento do tributo.

No entanto, para se livrar do famigerado fardo tributário as empresas têm duas vias, quais sejam: a legalidade e a ilegalidade. Ao escolher a segunda, estará optando pela sonegação, evasão fiscal, ou fraude fiscal, ao passo que seguindo o caminho legal estará se utilizando da elisão fiscal, também chamada de economia legal, que se traduz no Planejamento tributário.

Para se entender melhor o que é planejamento tributário buscou-se no Código Tributário Nacional (CNT) o que é tributo. No artigo 3º do Código encontra-se a seguinte definição: “Art. 3º - Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Com base na definição do CNT, sobre tributo, é possível entender com mais precisão o que é planejamento tributário.

Fabretti (2006, p.32) diz que:

Planejamento tributário é o estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas, denomina-se Planejamento Tributário, que exige antes de tudo, bom senso do planejador.

É uma atividade empresarial que é desenvolvida somente de forma preventiva, projetando os atos e fatos administrativos com a finalidade de informar quais os ônus tributários em cada uma das ações disponíveis (OLIVEIRA, 2003).

Planejamento Tributário é a atividade empresarial que, desenvolvendo-se de forma estritamente preventiva, projeta os atos e fatos administrativos com o objetivo de informar quais os ônus tributários em cada uma das opções legais disponíveis. O objeto do planejamento tributário é, em última análise, a economia tributária. Cotejando as várias

opções legais, o administrador obviamente procura orientar os seus passos de forma a evitar, sempre que possível, o procedimento mais oneroso do ponto de vista fiscal (OLIVEIRA, 2003).

O planeamento tributário tornou-se uma ferramenta de fundamental importância para a redução das despesas e, conseqüentemente, para a tomada de decisão dos empreendedores, consistindo em excluir, diminuir e retardar os tributos.

Na visão de Borges (2002, p.75), planeamento tributário:

É uma técnica que projeta as operações, visando conhecer as obrigações fiscais pertinentes a cada uma das alternativas legais que lhes são aplicáveis, para, em seguida, adotar aquela que possibilita emprego de procedimento tributário legitimamente inserido na esfera de liberdade fiscal.

O profissional que for executar um planeamento tributário deverá dominar a legislação vigente e saber como melhor aplicá-la no contexto da entidade estudada, para dentre as alternativas escolher aquela que diminuirá ou retardará o ônus fiscal.

Borges (2002, p. 75) diz que há três tipos de planeamento tributário:

- 1) Planeamento, que tem por objetivo a anulação do ônus fiscal: nesse caso, o planeamento é voltado a impedir a concretização das hipóteses legais de incidências tributárias, mediante o emprego de estruturas e formas jurídicas, articulando o empreendimento ou a atividade econômico-mercantil.
- 2) Planeamento que tem por objetivo a redução do ônus fiscal: o planeamento tributário deve organizar o empreendimento ou atividade econômico-mercantil, de modo que possibilite a concretização de hipóteses legais de incidência tributária, resultando em uma redução do ônus fiscais.
- 3) Planeamento que tem por objetivo o adiamento do ônus fiscal: esse planeamento visa que o empreendimento ou a atividade econômica mercantil se encontre em uma das seguintes situações: - deslocamento da ocorrência do fato gerador; - procrastinação do lançamento ou pagamento do imposto.

Segundo Chaves (2010, p.28) planeamento tributário “é a escolha da ação menos onerosa em termos tributários; o contribuinte tem que evitar a simulação fiscal”.

Silva Junior (2003, p.38) ressalta que quando se refere a planeamento tributário “significa que devemos analisar examinar e refletir sobre as operações e fatos com antecedência, para anteciparmos a solução que melhor se ajuste ao potencial problema identificado”.

É importante ressaltar que o planeamento tributário evitará possíveis prejuízos a empresa. A Lei 6.404/1976 que dispõe sobre as Sociedades por Ações, estabelece a

obrigatoriedade do planejamento tributário por parte dos administradores de qualquer companhia.

Young (2008, p.31) afirma que o planejamento tributário “visa em especial a três aspectos: evitar a incidência do fato gerador; reduzir o valor do tributo a pagar, seja através da aplicação da alíquota ou formação da base de cálculo; e postergar o pagamento do tributo, sem, contudo, ocorrer a incidência de penalidades fiscais (multa e juros)”.

No dizer de Gubert (2005, 152-153, apud YOUNG, 2008, p.99) Planejamento Tributário “é o conjunto de condutas, comissivas ou omissivas, da pessoa física ou jurídica, realizadas antes ou depois da ocorrência do fato gerador, destinadas a reduzir, mitigar, transferir ou postergar legal e lícitamente os ônus dos tributos”.

O planejamento tributário, portanto, é um conjunto de prerrogativas legais que visam mitigar a geração de tributos, cabendo ao gestor tributário da empresa conhecer a legislação vigente e buscar brechas e oportunidades que lhes permita reduzir ao máximo o peso fiscal imposto pelo ente tributante.

2.2 ECONOMIA TRIBUTÁRIA

O termo economia tributária relaciona-se à obtenção, de forma lícita (legal, dentro da lei), de redução do pagamento de um ou mais tributos devidos pelo contribuinte. Se o contribuinte pretende diminuir os seus encargos tributários, poderá fazê-lo legal ou ilegalmente. A maneira legal chama-se elisão fiscal ou economia legal (planejamento tributário) e a forma ilegal denomina-se sonegação fiscal (ZANLUCA, 2012).

Como promover economia tributária com a finalidade de obtenção da redução de encargos devidos ao governo no faturamento (receita) empresarial. Como exemplo cita-se que no Brasil, há 3 sistemas de tributação: Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional. Caso o contribuinte tenha a possibilidade de optar pelo sistema mais econômico o simples nacional, poderá obter significativa economia de pagamento de tributos sobre o faturamento (ICMS, IPI, PIS e COFINS) e também sobre o lucro (IRPJ e CSLL).

O nível de tributação sobre os produtos e serviços no Brasil é absurdo, chegando a inviabilizar vários negócios. Daí a necessidade imperiosa de se promover economia tributária. É imprescindível que os gestores empresariais se debrucem em alternativas para minimizar a carga fiscal sobre suas operações, visando oferecer preços mais compatíveis (em comparação com os preços internacionais de produtos similares).

Outra possibilidade para promover economia tributária que deve ser considerada pelo contribuinte é a utilização de benefícios e incentivo fiscais previstos na legislação, como o ressarcimento do PIS e COFINS ao exportador, utilização do regime Drawback, entre outros benefícios.

2.3 EVASÃO FISCAL X ELISÃO FISCAL

Diante do exposto sobre planejamento tributário, há escolhas lícitas, decorrentes de ações ou projetos, anteriores à ocorrência do fato jurídico tributário, com o objetivo de reduzir o ônus tributário. Contudo, o ato de se planejar do contribuinte sempre foi visto pelo Fisco com ressalvas, pois pode ocorrer o chamado “abuso de direito” e, assim, é suscetível de enquadramento como simulação. Por este motivo há limites impostos ao planejamento tributário. É importante, ainda, observar quando se pretende realizar um planejamento tributário, a diferença entre elisão e evasão fiscal, pois o primeiro é a forma lícita de planejamento e o segundo é a forma ilícita (STADELLA, 2014).

De acordo com Cassone (1997, p.191) “evadir é evitar, reduzindo o pagamento do tributo devido, reduzindo-lhe o montante ou postergar o momento em que se torne exigível, por atos ou omissões do sujeito passivo, posteriores à ocorrência do fato gerador”. A evasão consiste na forma ilícita de economia de tributos, se utilizando de atos ilegais ou fraudulentos para concretizar essa economia.

Alexandre (2007, p.287-289) define evasão fiscal como:

uma conduta ilícita em que o contribuinte, normalmente após a ocorrência do fato gerador, pratica atos que visam a evitar o conhecimento do nascimento da obrigação tributária pela autoridade fiscal. Aqui o fato gerador ocorre, mas o contribuinte o esconde do Fisco, na ânsia de fugir à tributação.

O contribuinte se utiliza de maneira ardilosa objetivando o não pagamento do tributo, não importando se foi antes ou depois do nascimento da obrigação tributária. Aqui são empregados meios ilícitos, como a sonegação, simulação e fraude. A sonegação é o efeito de ocultar o fato gerador, não permitindo os mecanismos fiscais de ocorrência ao fato gerador (ALEXANDRE, 2007).

A Lei nº 4.729/1965 em seu artigo 1º define o crime de sonegação fiscal como:

Art 1º Constitui crime de sonegação fiscal: I - prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes das pessoas

jurídicas de direito público interno, com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributos, taxas e quaisquer adicionais devidos por lei; II - inserir elementos inexatos ou omitir, rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública; III - alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Fazenda Pública; IV - fornecer ou emitir documentos gratuitos ou alterar despesas, majorando-as, com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Pública, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis. V - Exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário da paga, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida do imposto sobre a renda como incentivo fiscal.

A Lei nº 4.729/1965, nos casos de sonegação, este artigo 1º prevê pena de seis meses a dois anos, e multa de duas a cinco vezes o valor do tributo.

De acordo com Magalhães e Arruda (2007, p. 92) em relação ao conceito de simulação, dizem:

Não há um único conceito para defini-la. Defendemos como aplicável ao direito tributário um conceito civilista tradicional de simulação, em que o principal requisito para caracterizá-la é a existência de um acordo simulatório, costumam ser apontados como essenciais à caracterização da simulação a finalidade de enganar terceiros e a divergência internacional entre a vontade interna e a declaração de vontade.

Desta forma, para que ocorra simulação fiscal, pressupõe-se a existência de um acordo entre as partes com a finalidade de iludir o Fisco, onde o negócio jurídico praticado não corresponde aquele efetivamente celebrado entre as partes.

Melo (1998, p. 74) prevê que “na fraude ocorre violação ao comando normativo, mediante omissão de receitas, adulteração de documentos, indicação de valores a recolher divergentes dos valores escriturados, manutenção de duplicatas a pagar, quando já foram quitadas (passivo fictício), saldo do credor de caixa etc.”.

Diante do exposto, fica claro o caráter intencional na prática da evasão como característica de um crime fiscal.

Carvalho (2009, p.32) diz que “elisão fiscal é o mesmo que planejamento tributário. É a execução de procedimentos, antes do fato gerador, legítimos, éticos, para reduzir, eliminar ou postergar a tipificação da obrigação tributária, caracterizando, assim, a legitimidade do planejamento tributário”.

Planejamento Tributário (Elisão Fiscal) é uma conduta lícita do contribuinte antes da ocorrência do fato gerador, que ele pratique sem que esteja revestida de nenhuma prática simulatória, com a qual ele obtenha uma menor carga tributária legalmente possível. O

planejamento tributário surge muitas vezes das brechas encontradas na legislação e, por isso mesmo, há defensores de que o sistema tributário deveria ser simples, acreditando que, dessa maneira, o legislador estaria protegido da elisão (CARVALHO, 2009)

Diferentemente de Elisão Fiscal a Evasão Fiscal: são procedimentos adotados após o fato gerador, por exemplo, a omissão de registros em livros fiscais próprios, utilização de documentos inidôneos na escrituração contábil e a falta de recolhimento de tributos apurados.

Em função disso causa enormes prejuízos aos negócios, ao governo e por extensão à sociedade como um todo. De acordo com Malkowski (2000, p. 32) “A evasão tributária designa a fuga de pagar tributo, onde o indivíduo adota procedimentos ilícitos como artifício para mascarar o fato gerador”.

A evasão fiscal é cometida após a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária com objetivo de fugir ou ocultá-la. A mesma está prevista na Lei nº 8137/90 que trata dos crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo (FABRETTI, 2005).

A jurisprudência se posiciona diferente de Fabretti (2005) sobre a configuração da evasão fiscal, da seguinte forma: “Se os atos praticados pelo contribuinte, para evitar, retardar ou reduzir o pagamento de um tributo, foram praticados antes da ocorrência do respectivo fato gerador, trata-se de evasão fiscal”. Isto porque, se o contribuinte agiu antes de ocorrer o fato gerador, a obrigação tributária específica ainda não tinha surgido, e, por conseguinte, o fisco nada poderá objetar se um determinado contribuinte consegue, por meios lícitos, evitar a ocorrência de fato gerador. Na verdade, a evasão pode ocorrer antes ou após o fato gerador.

2.4 SONEGAÇÃO X INADIMPLÊNCIA FISCAL

A sonegação fiscal decorre de atos simulados após a ocorrência do fato gerador, onde o indivíduo adota procedimentos ilícitos como artifício para mascarar, impedir ou retardar, total ou parcialmente a ocorrência da obrigação tributária de modo a reduzir o montante do imposto devido. Atualmente os crimes de sonegação fiscal, recebem a denominação de crimes contra a ordem tributária, com base na Lei nº 8.137 de 27 de dezembro de 1990.

É considerado crime por sonegação fiscal a apropriação indébita previdenciária, conforme a Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o plano de custeio da seguridade social. A partir da promulgação da Lei nº 9.983, de 14 de julho de 2000, contudo, o crime foi tipificado no artigo 168-A do Código Penal e a sonegação de contribuição

previdenciária também do art. 337-A do Código Penal 1º e 2º da Lei nº 8.137 de 27/12/90, encontra-se o rol de condutas que podem constituir crime contra a ordem tributária. Portanto, que os delitos considerados sonegações fiscais (crimes contra a ordem tributária e apropriação indébita previdenciária), são verdadeiras fraudes, simulações, falsificações, apropriações indevidas etc. Omissão, fraudar o Fisco, ou jamais recolher o tributo devido, nessa hipótese, fraudulenta é previsto no inciso I do artigo 1º da Lei nº 8.137/90.

Segundo o Dicionário Didático (2009, p. 442) inadimplência “é um substantivo feminino que significa: “situação de quem não pode cumprir com um contrato”. Assim, o simples fato de não pagar um tributo, dentro do prazo de vencimento, caracterizará uma mera inadimplência fiscal ou inadimplemento de uma obrigação tributária de natureza não criminal. Para exemplificar, vale transcrever decisões judiciais recentes sobre o tema.

2.5 SIMULAÇÃO E FRAUDE À LEI

Simulação é uma declaração enganosa da vontade, visando produzir efeito diverso do verdadeiro. Há simulação quando o ato existe apenas aparentemente; é um ato fictício, que encobre e disfarça a realidade. Os terceiros lesados poderão demandar a nulidade dos atos simulados, ou os representantes do Poder Público, a bem da lei, ou da Administração Tributária.

No art. 167 § 1º do Código Civil, haverá simulação nos negócios jurídicos quando: “I – aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem; II contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira; III – os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados”.

Fraude à Lei: no âmbito do Direito Tributário é mais propensa, ainda que alguns argumentem não ser a norma tributária sujeita a fraudes, pois o que se fraudava é o Fisco e não a norma.

A definição legal de fraude encontra-se no art. 72 da Lei 4.502/64, que a conceitua como sendo:

Toda ação ou omissão dolosa, tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar a suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido, ou a evitar ou diferir o seu pagamento.

A partir das diferenças expostas, não deixa dúvida que o planejamento tributário não visa simular determinada forma jurídica para instrumentar inadequadamente uma realidade econômica. Muito pelo contrário é um procedimento legal que tem por finalidade realizar atos admitidos em lei para os quais não é indagada a intenção dos agentes, ou seja, onde a conduta é irrelevante do ponto de vista fiscal. Logo, no planejamento tributário são lícitos os meios e os processos utilizados, se os atos são praticados antes da ocorrência do fato gerador e se não há simulação, tem-se por absolutamente lícito e legítimo o negócio jurídico indireto que vise à ocorrência fiscal.

3 METODOLOGIA

A pesquisa é caracterizada pela pesquisa qualitativa tendo como método de abordagem o indutivo.

Gressler (2004, apud SOUZA e FEITOSA, 2012) é de opinião que

a pesquisa qualitativa visa a compreensão de uma realidade específica, ideográfica, cujos significados são vinculados a um dado contexto. Pesquisa qualitativa pode ser considerada um estudo dinâmico, flexível, o raciocínio é dialético e também fenomenológico, a visão da realidade é o todo, sendo subjetiva, múltipla e analisada a partir da visão dos sujeitos.

O método indutivo permite que se possa analisar o objeto para se tirar conclusões gerais, ou seja, parte do particular para o geral. Na indução, uma vez que as premissas sejam consideradas verdadeiras, a conclusão será provavelmente verdadeira. (SOUZA e FEITOSA, (Orgs.), 2012).

3.1 MÉTODOS DE PROCEDIMENTO

Os métodos de procedimentos têm papéis mais concretos quanto às etapas de investigação. A finalidade desses métodos é restringir as explicações dos fenômenos e serem menos abstratos, por serem técnicas de uso mais abrangente, pressupõe atitudes concretas em relação ao fenômeno estudado e por isso estão limitados a um domínio particular (SOUZA e FEITOSA (Org.), 2012).

O método de procedimento desta pesquisa é o método comparativo que consiste em analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais.

Pode ser utilizado em todas as fases e níveis de investigação num estudo descritivo, para averiguar analogia entre elementos de uma estrutura.

No caso desta pesquisa o método comparativo direcionou a analogia entre planejamento tributário e economia tributária, evasão fiscal, sonegação, inadimplência fiscal, simulação e fraude à Lei.

Utilizou-se a técnica do fichamento das informações retiradas da pesquisa documental e bibliográfica, com o objetivo de responder ao problema da pesquisa. A partir das fichas contendo registros de dados documentais necessários ao desenvolvimento do estudo, se terá uma visão mais dinâmica do tema proposto conforme os autores que fundamentarão a pesquisa.

Os dados coletados foram retirados de livros, artigos, manuais e outros formatos como material disponível na INTERNET.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E A ECONOMIA TRIBUTÁRIA

O Planejamento Tributário é uma forma de reduzir os impostos que poderá ter resultado positivo ou negativo. Porém, é uma ferramenta necessária para responder a carga tributária imposta as empresas brasileiras. A carga tributária torna difícil a sobrevivência dessas empresas, por isso o Planejamento Tributário Empresarial é tão necessário para diminuir o impacto que os custos totais provocam as empresas. Apesar disso, O Planejamento Tributário também é uma das ferramentas utilizada para aumentar em curto prazo o montante disponível em caixa.

O Planejamento é necessário, principalmente, como diz Castro (2000, p.6) porque:

Ninguém se organiza para pagar mais impostos. No mercado competitivo das modernas relações empresariais, o processo de planejamento, como um todo, passou a ser necessidade básica. O planejamento tributário insere-se em um procedimento amplo e geral que deve preceder a qualquer novo negócio ou alteração de rumo no mundo empresarial. Ele objetiva o que qualquer outro planejamento visa: a eficiência, em termos de dispêndio com tributos significará sempre pagar menos, dentro dos limites da lei.

Na mesma linha de pensamento de Castro (2000), Fabretti (2006, p.280) destaca que a lei sempre deixa lacunas que podem ser aproveitadas, como a seguir:

Analisando as alternativas e as lacunas (brechas) existentes na legislação, verifica-se que, através dos anos, o Fisco vem eliminando-as por sucessivas alterações da lei. Entretanto, a globalização e a abertura da economia, a criação de mercados regionais, como, por exemplo, o MERCOSUL, traz mudanças muito rápidas que criam novas alternativas e novas lacunas na lei, sempre mais lentas que a dinâmica dos fatos econômicos.

Dessa forma, como acima citado, a ideia que se tem é que planejamento tributário serve para diminuir o pagamento dos impostos. No entanto, é bom que se firme que o planejamento tributário é um estudo preventivo acerca das mais distintas modalidades de tributação existentes em o país, com a finalidade de examinar cada uma dessas modalidades, objetivando especificamente verificar qual dessas modalidades traz maior conforto financeiro quanto ao recolhimento dos tributos, seja da pessoa física ou jurídica.

Na verdade, o planejamento tributário, além de organizar a vida do contribuinte, possibilita meios legais com menor incidência tributária. No entanto, é preciso estar atento as normas fixadas pela lei, para que O Planejamento Tributário / Elisão Fiscal ou Economia Fiscal seja considerado válido. Enfim, é preciso estar em conformidade com a legislação tributária em vigor para sua validade. Haja vista, que o Planejamento Tributário é previsto na Lei 6.404/76 (Lei das S/A). Portanto, a legitimação dessa ferramenta é importante e salutar a economia empresarial, pois, possibilitará maior capitalização do negócio, com preços menores, facilitando a geração de novos empregos, além de que, os recursos economizados facilitarão novos investimentos.

4.2 ÔNUS TRIBUTÁRIO E O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Como sobreviver a globalização econômica, se não houver planejamento tributário? Para a correta administração dos tributos, o planejamento tributário é um mecanismo mais que necessário, levando em consideração as suas três finalidades, segundo Silva (2013, p.285):

A primeira finalidade diz respeito a incidência do fato gerador do tributo, com o objetivo de evitar a incidência da Contribuição Previdenciária e do Imposto de Renda incidente sobre o pró-labore quando feita a distribuição como lucro.

A segunda finalidade, é direcionado às pessoas físicas, quando da apresentação da Declaração de Ajuste Anual, o planejamento contribui para redução do montante do tributo, sua alíquota ou redução da base do cálculo do tributo. Para tanto, é necessário definir qual o melhor modelo a ser seguido pelo contribuinte, isto é, optar por deduzir da renda tributável, utilizando o desconto padrão, ou seja, efetuar as deduções de dependentes, despesas médicas, plano de previdência privada, entre outros.

A terceira finalidade, é postergar o pagamento do tributo, planejar o adiamento do seu faturamento, sem ocorrência da multa, por exemplo, pagamentos a serem feitos

nos dias 30 e 31 para o mês subsequente. Dessa forma, se ganha trinta dias adicionais para os pagamentos do PIS, COFINS, SIMPLES, ICMS, ISS, IRPJ e CSLL (lucro real por estimativa), se for final de trimestre até noventa dias do IRPJ e CSLL (lucro presumido ou lucro real trimestral) e entre dez a trinta dias se a empresa pagar IPI

Em resposta à pergunta que inicia esse item, o Planejamento Tributário é um procedimento necessário para a sobrevivência das empresas. A partir dele, é possível a tomada de muitas decisões, acertadamente, uma vez, que os passos a serem dados já foram sistematizados conforme a legislação em vigor.

O Planejamento Tributário por ser projetado em conformidade com a lei, não faz apologia à sonegação fiscal, ou tem a intenção de sonegar o fisco, ao contrário, pelo fato de ser planejado rigorosamente em conformidade com a lei, cumpre com todas as obrigações tributárias exigidas pelo fisco de maneira correta, sem comprometer o controle de custos.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve por objetivo analisar o planejamento tributário com vistas à economia tributária, especificamente, como alternativa para que o planejador tributário projete ações que evitem a incidência, diminua, ou postergue o pagamento do tributo. Este direcionamento, levou a pesquisadora a formular especificamente objetivos, com a finalidade de responder ao problema da pesquisa.

Delineado o estudo como uma abordagem qualitativa, e respondendo ao problema da pesquisa, responde-se que é possível a economia tributária, pois, com a projeção dos tributos, respeitando a legislação em vigor, o planejamento tributário, possibilita novos investimentos, com resultados positivos de caixa.

Assim, o caminho percorrido pela pesquisa foi direcionado pelos objetivos específicos, os quais foram organizados numa sequência lógica, a partir do ponto fundamental do estudo o Planejamento Tributário e o alcance da Economia Tributária.

Em última análise, afirma-se, conforme as leituras e estudo sobre o assunto em pauta, que não há um tipo único de regime de tributação, para ser aplicado, ao contrário, para cada pessoa jurídica, há um tipo de planejamento de tributação. Cada pessoa jurídica deve fazer seu planejamento, considerando suas particularidades, como atividades, meios de operação que desenvolve, com a finalidade de ter uma tributação mais econômica.

REFERÊNCIAS

BORGES, Humberto Nonavides. **Planejamento tributário: IPI, ICMS, ISS e IR**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. **Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm> Acesso em 3 set. 2015.

BRASIL. **Constituição Federal da República, de 05 de outubro de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm> Acesso em 5 set. 2015.

BRASIL. **Código Tributário Nacional de 1966**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm Acesso em: 06 de ag. 2015.

BRASIL. **Código Civil**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm Acesso em: 4 de set. 2015.

BRASIL. **Código Penal**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm Acesso em: 4 de set. 2015.

BRASIL. **Lei 4.502/64**. Disponível <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm > Acesso em: 4 de set. 2015.

BRASIL. **Lei 8.137 de 27 de dezembro de 1990**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm > Acesso em: 4 de set. 2015.

BRASIL. **Lei 6.404/1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm > Acesso em: 4 de set. 2015.

CASSONE, Vittorio. **Direito tributário**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

CASTRO, Flávia de Almeida Viveiros de. **Planejamento Tributário: A Lógica do Sistema e o Manicômio Jurídico Tributário. Ordem dos Advogados do Brasil / Seção Santa Catarina**. Nº 106. Caderno de Temas Jurídico, p. 6/7. Florianópolis: Maio de 2002. Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/o-planejamento-tributario-como-ferramenta-de-administracao-empresarial-no-brasil/115886/#ixzz3qIiSDbÍu>> Acesso em 25 out.2015.

CHAVES, F.C. **Planejamento tributário na prática: gestão tributaria aplicada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CUSTÓDIO, Janaína; ALVES, Jaciele Ferreira; SILVA, Fernanda Marques; von DOLINGER, Elias José Oliveira; SANTOS, Jaqueline Gomes Souza dos; BRITO, Denise von Dolinger de. **Avaliação micriológica das mãos de profissionais da saúde de um hospital particular de Itumbiara, Goiás**. Ver. Ciênc. Méd. Campinas, 18(1):7-11, jan/fev., 2009.

DICIONÁRIO DIDÁTICO. **Inadimplente**. São Paulo: Edições SM, 2009.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Normas antielisão.** Disponível em: <<http://www.tributarista.org.br>>. Acesso em: 25 out. 2015.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Legislação Tributária.** 9. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

OLIVEIRA, José Jaime de Macêdo. **Código Tributário Nacional.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

PEIXOTO, Marcelo Magalhães; ANDRADE, José Maria Arruda de (Org.). **Planejamento Tributário.** São Paulo: MP Ed., 2007.

SILVA, Karla Santiago. **O Planejamento Tributário como Ferramenta de Administração Empresarial no Brasil.** Disponível em:< <http://www.webartigos.com/artigos/o-planejamento-tributario-como-ferramenta-de-administracao-empresarial-no-brasil/115886/#ixzz3qIdPd59P>> Acesso em: 25 out. 2015.

SILVA JÚNIOR, J. B. (Coord.). **Prática contábil:** assuntos tributários. São Paulo: Atlas, 2003.

SOUZA, Fábio Silva de; FEITOSA, Maria Lenir (Org.). **Metodologia do trabalho científico.** Manaus: ESBAM, 2012.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **Planejamento Tributário.** 4. ed. Curitiba: Editora Juruá, 2008.

ZANLUCA, Júlio César. **Economia Tributária:** uma imperiosa necessidade! 2012. Disponível em:< Portal Tributário> Acesso em 3 set, 2015.

ANEXO B

REGRAS GERAIS PARA APRESENTAÇÃO DE REFERÊNCIAS

Os elementos essenciais e complementares da referência devem ser apresentados em sequência padronizada.

As referências são alinhadas à margem esquerda e de forma a se identificar individualmente cada documento.

O recurso tipográfico (negrito, grifo ou itálico) utilizado para destacar o elemento título deve ser uniforme em todas as referências de um mesmo documento. Isto não se aplica às obras sem indicação de autoria, ou de responsabilidade, cujo elemento de entrada é o próprio título, já destacado pelo uso de letras maiúsculas na primeira palavra, com exclusão de artigos (definidos e indefinidos) e palavras monossilábicas.

As referências devem ser digitadas, usando espaço simples entre as linhas e um espaço simples para separá-las.

As abreviaturas devem seguir a NBR10522.

A ordenação das referências a serem utilizadas no artigo será a alfabética (sistema autor data). Quando for referenciado um autor com várias obras observar a ordem cronológica do menor para o maior.

As referências devem obedecer, uma padronização do início ao fim das referências. Exemplo: ao optar pela utilização de elementos complementares, estes devem ser incluídos em todas as referências daquela lista. Se optar por negritar os títulos, todos os títulos das referências devem ser negritados, assim como se usar itálico ou sublinhado. Não usar as três formas juntas nas referências. De preferências usar o negrito nos títulos principais das referências.

As referências devem ser listadas no final do trabalho.

MODELOS DE REFERÊNCIAS COMPILADOS DA NBR 6023/2002

A Numeração progressiva foi adaptada para apresentação neste Manual. Neste anexo apresenta-se parte da NBR 6023/2002, qualquer dúvida pesquisar a norma na íntegra.

1 MONOGRAFIA NO TODO

Inclui livro e/ou folheto (manual, guia, catálogo, enciclopédia, dicionário etc.) e trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, entre outros).

1.1 OS ELEMENTOS ESSENCIAIS SÃO: autor (es), título, edição, local, editora e data de publicação.

Exemplo:

GOMES, L. G. F. F. **Novela e sociedade no Brasil**. Niterói: EdUFF, 1998.

1.2 MONOGRAFIA NO TODO EM MEIO ELETRÔNICO

Inclui os mesmos tipos indicados em 1.1 em meio eletrônico (CD-ROM, *online* etc.).

1.2.1 As referências devem obedecer aos padrões indicados para os documentos monográficos no todo, acrescidas das informações relativas à descrição física do meio eletrônico.

1.2.2 Quando se tratar de obras consultadas *online*, também são essenciais as informações sobre o endereço eletrônico, apresentado entre os sinais < >, precedido da expressão **Disponível em:** e a data de acesso ao documento, precedida da expressão **Acesso em:**, opcionalmente acrescida dos dados referentes a hora, minutos e segundos.

Exemplo:

ALVES, Castro. **Navio negreiro**. [S.l.]: Virtual Books, 2000. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/virtualbooks/freebook/port/Lport2/navionegreiro.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2002, 16h30m30s.

1.3 PARTE DE MONOGRAFIA

Inclui capítulo, volume, fragmento e outras partes de uma obra, com autor (es) e/ou título próprios.

1.3.1 Os elementos essenciais são: autor (es), título da parte, seguidos da expressão “In:”, e da referência completa da monografia no todo. No final da referência, deve-se informar a paginação ou outra forma de individualizar a parte referenciada.

Exemplos:

ROMANO, Giovanni. Imagens da juventude na era moderna. In: LEVI, G.; SCHMIDT, J. (Org.). **História dos jovens 2**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 7-16.

SANTOS, F. R. dos. A colonização da terra do Tucujús. In: _____. **História do Amapá, 1o grau**. 2. ed. Macapá: Valcan, 1994. cap. 3.

1.3.2 Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

Exemplos:

ROMANO, Giovanni. Imagens da juventude na era moderna. In: LEVI, G.; SCHMIDT, J. (Org.). **História dos jovens 2: a época contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 7-16.

SANTOS, F. R. dos. A colonização da terra do Tucujús. In: _____. **História do Amapá, 1o grau**. 2. ed. Macapá: Valcan, 1994. cap. 3, p.15-24.

1.4 PARTE DE MONOGRAFIA EM MEIO ELETRÔNICO

As referências devem obedecer aos padrões indicados para, partes de monografias, de acordo com 1.3, acrescidas das informações relativas à descrição física do meio eletrônico (*online* etc.). Quando se tratar de obras consultadas *online*, proceder-se-á conforme 1.2.2.

Exemplos:

POLÍTICA. In: DICIONÁRIO da língua portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 1998. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlDLPO>>. Acesso em: 8 mar. 1999.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Tratados e organizações ambientais em matéria de meio ambiente. In: _____. **Entendendo o meio ambiente**. São Paulo, 1999. v. 1. Disponível em: <<http://www.bdt.org.br/sma/entendendo/atual.htm>>. Acesso em: 8 mar.1999.

1.5 PUBLICAÇÃO PERIÓDICA

Inclui a coleção como um todo, fascículo ou número de revista, número de jornal, caderno etc. na íntegra, e a matéria existente em um número, volume ou fascículo de periódico (artigos científicos de revistas, editoriais, matérias jornalísticas, seções, reportagens etc.).

1.5.1 Publicação periódica como um todo

A referência de toda a coleção de um título de periódico é utilizada em listas de referências e catálogos de obras preparados por livreiros, bibliotecas ou editoras.

1.5.1.1 Os elementos essenciais são: título, local de publicação, editor, datas de início e de encerramento da publicação, se houver.

Exemplo:

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, 1939.

1.5.1.2 Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

Exemplos:

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, 1939- . Trimestral. Absorveu Boletim Geográfico, do IBGE. Índice acumulado, 1939-1983. ISSN 0034-723X.

BOLETIM GEOGRÁFICO. Rio de Janeiro: IBGE, 1943-1978. Trimestral.

SÃO PAULO MEDICAL JOURNAL. São Paulo: Associação Paulista de Medicina, 1941- . Bimensal. ISSN 0035-0362.

1.5.2 Partes de revista, boletim etc.

Inclui volume, fascículo, números especiais e suplementos, entre outros, sem título próprio.

1.5.2.1 Os elementos essenciais são: título da publicação, local de publicação, editora, numeração do ano e/ou volume, numeração do fascículo, informações de períodos e datas de sua publicação.

Exemplo:

DINHEIRO. São Paulo: Ed. Três, n. 148, 28 jun. 2000.

1.5.2.2 Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

Exemplo:

DINHEIRO: revista semanal de negócios. São Paulo: Ed. Três, n.148, 28 jun. 2000. 98 p.

1.5.3 Artigo e/ou matéria de revista, boletim etc.

Inclui partes de publicações periódicas (volumes, fascículos, números especiais e suplementos, com título próprio), comunicações, editorial, entrevistas, resenhas, reportagens, resenhas e outros.

1.5.3.1 Os elementos essenciais são: autor (es), título da parte, artigo ou matéria, título da publicação, local de publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, fascículo ou número, paginação inicial e final, quando se tratar de artigo ou matéria, data ou intervalo de publicação e particularidades que identificam a parte (se houver).

Exemplos:

AS 500 maiores empresas do Brasil. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 9, set. 1984. Edição especial.

MÃO-DE-OBRA e previdência. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, Rio de Janeiro; v. 7, 1983. Suplemento.

COSTA, V. R. À margem da lei. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 12, p.131-148, 1998.

GURGEL, C. Reforma do Estado e segurança pública. **Política e Administração**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 15-21, set. 1997.

TOURINHO NETO, F. C. Dano ambiental. **Consulex**, Brasília, DF, ano 1, n. 1, p. 18-23, fev. 1997.

MANSILLA, H. C. F. La controversia entre universalismo y particularismo en la filosofia de la cultura. **Revista Latinoamericana de Filosofia**, Buenos Aires, v. 24, n. 2, primavera 1998.

SEKEFF, Gisela. O emprego dos sonhos. **Domingo**, Rio de Janeiro, ano 26, n. 1344, p. 30-36, 3 fev. 2002.

1.5.4 Artigo e/ou matéria de revista, boletim etc. em meio eletrônico.

As referências devem obedecer aos padrões indicados para artigo e/ou matéria de revista, boletim etc., de acordo com 1.5.3, acrescidas das informações relativas à descrição física do meio eletrônico (*online* etc.). Quando se tratar de obras consultadas *online*, proceder-se-á conforme 1.2.2.

Exemplos:

SILVA, M. M. L. Crimes da era digital. **Net**, Rio de Janeiro, nov. 1998. Seção Ponto de Vista. Disponível em: <<http://www.brazilnet.com.br/contexts/brasilrevistas.htm>>. Acesso em: 28 nov. 1998.

RIBEIRO, P. S. G. Adoção à brasileira: uma análise sociojurídica. **Dataveni@**, São Paulo, ano 3, n. 18, ago. 1998. Disponível em: <<http://www.datavenia.inf.br/frame.artig.html>>. Acesso em: 10 set.1998.

WINDOWS 98: o melhor caminho para atualização. **PC World**, São Paulo, n. 75, set. 1998. Disponível em: <<http://www.idg.com.br/abre.htm>>. Acesso em: 10 set. 1998.

1.5.5 Artigo e/ou matéria de jornal

Inclui comunicações, editorial, entrevistas, recensões, reportagens, resenhas e outros.

1.5.5.1 Os elementos essenciais são: autor (es) (se houver), título, título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente. Quando não houver seção, caderno ou parte, a paginação do artigo ou matéria precede a data.

Exemplos:

COSTURA x P.U.R. **Aldus**, São Paulo, ano 1, n. 1, nov. 1997. Encarte técnico, p. 8.

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p. 13.

LEAL, L. N. MP fiscaliza com autonomia total. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 25 abr. 1999.

1.5.6 Artigo e/ou matéria de jornal em meio eletrônico

As referências devem obedecer aos padrões indicados para artigo e/ou matéria de jornal, de acordo com 1.5.5, acrescidas das informações relativas à descrição física do meio eletrônico (*online* etc.). Quando se tratar de obras consultadas *online*, proceder-se-á conforme 1.2.2

Exemplos:

SILVA, Ives Gandra da. Pena de morte para o nascituro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 set. 1998. Disponível em: <http://www.providafamilia.org/pena_morte_nascituro.htm>. Acesso em: 19 set. 1998.

KELLY, R. Electronic publishing at APS: its not just online journalism. **APS News Online**, Los Angeles, Nov. 1996. Disponível em: <<http://www.aps.org/apsnews/1196/11965.html>>. Acesso em: 25 nov.1998.

ARRANJO tributário. **Diário do Nordeste Online**, Fortaleza, 27 nov. 1998. Disponível em: <<http://www.diariodonordeste.com.br>>. Acesso em: 28 nov. 1998.

1.6 DOCUMENTO JURÍDICO

Inclui legislação, jurisprudência (decisões judiciais) e doutrina (interpretação dos textos legais).

1.6.1 Legislação

Compreende a Constituição, as emendas constitucionais e os textos legais infraconstitucionais (lei complementar e ordinária, medida provisória, decreto em todas as suas formas, resolução do Senado Federal) e normas emanadas das entidades públicas e privadas (ato normativo, portaria, resolução, ordem de serviço, instrução normativa, comunicado, aviso, circular, decisão administrativa, entre outros).

1.6.1.1 Os elementos essenciais são: jurisdição (ou cabeçalho da entidade, no caso de se tratar de normas), título, numeração, data e dados da publicação. No caso de Constituições e suas emendas, entre o nome da jurisdição e o título, acrescenta-se a palavra Constituição, seguida do ano de promulgação, entre parênteses.

Exemplos:

SÃO PAULO (Estado). Decreto no 42.822, de 20 de janeiro de 1998. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

BRASIL. Medida provisória no 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p. 29514.

BRASIL. Decreto-lei no 5.452, de 1 de maio de 1943. **Lex**: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943. Suplemento.

BRASIL. **Código civil**. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

BRASIL. Congresso. Senado. Resolução no 17, de 1991. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 183, p. 1156-1157, maio/jun. 1991.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional no 9, de 9 de novembro de 1995. **Lex**: legislação federal e marginália, São Paulo, v.59, p. 1966, out./dez. 1995.

2 TRANSCRIÇÃO DOS ELEMENTOS

Os padrões indicados nesta Norma para apresentação dos elementos que compõem as referências aplicam-se a todos os tipos de documentos.

2.1 AUTORIA

Para indicação da forma correta de entrada de nomes, pessoais e/ou de entidades, deve ser utilizado o Código de Catalogação Anglo-Americano vigente.

2.1.1 Autor pessoal

Indica(m)-se o (s) autor (es), de modo geral, pelo último sobrenome, em maiúsculas, seguido do(s) prenome(s) e outros sobrenomes, abreviado(s) ou não. Recomenda-se, tanto quanto possível, o mesmo padrão para abreviação de nomes e sobrenomes, usados na mesma lista de referências. Os nomes devem ser separados por ponto-e-vírgula, seguido de espaço.

Exemplos:

ALVES, Roque de Brito. **Ciência criminal**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antonio. **Curso de direito jurídico**. São Paulo: Atlas, 1995.

PASSOS, L. M. M.; FONSECA, A.; CHAVES, M. **Alegria de saber: matemática**, segunda série, 2, primeiro grau: livro do professor. São Paulo: Scipione, 1995. 136 p.

2.1.1.1 Quando existirem mais de três autores, indica-se apenas o primeiro, acrescentando-se a expressão et al.

Exemplo:

URANI, A. et al. **Constituição de uma matriz de contabilidade social para o Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 1994.

NOTA – Em casos específicos (projetos de pesquisa científica, indicação de produção científica em relatórios para órgãos de financiamento etc.), nos quais a menção dos nomes for indispensável para certificar a autoria, é facultado indicar todos os nomes.

2.1.1.2 Quando houver indicação explícita de responsabilidade pelo conjunto da obra, em coletâneas de vários autores, a entrada deve ser feita pelo nome do responsável, seguida da abreviação, no singular, do tipo de participação (organizador, compilador, editor, coordenador etc.), entre parênteses.

Exemplos:

FERREIRA, Léslie Piccolotto (Org.). **O fonoaudiólogo e a escola**. São Paulo: Summus, 1991.

MARCONDES, E.; LIMA, I. N. de (Coord.). **Dietas em pediatria clínica**. 4. ed. São Paulo: Sarvier, 1993.

MOORE, W. (Ed.). **Construtivismo del movimiento educacional: soluciones**. Córdoba, AR.: [s.n.], 1960.

LUJAN, Roger Patron (Comp.). **Um presente especial**. Tradução Sonia da Silva. 3. ed. São Paulo: Aquariana, 1993. 167 p.

2.1.1.3 No caso da obra publicada com pseudônimo este deve ser adotado na referência, desde que seja a forma adotada pelo autor.

Exemplo:

DINIZ, Julio. **As pupilas do senhor reitor**. 15. ed. São Paulo: Ática, 1994. 263 p. (Série Bom livro).

2.1.1.4 Outros tipos de responsabilidade (tradutor, revisor, ilustrador entre outros) podem ser acrescentados após o título, conforme aparecem no documento. Quando existirem mais de três nomes exercendo o mesmo tipo de responsabilidade, aplica-se o recomendado em 8.1.1.1.

Exemplos:

DANTE ALIGHIERI. **A divina comédia**. Tradução, prefácio e notas: Hernâni Donato. São Paulo: Círculo do Livro, [1983]. 344 p.

GOMES, Orlando. **O direito de família**. Atualização e notas de Humberto Theodoro Júnior. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995. 562 p.

ALBERGARIA, Lino de. **Cinco anos sem chover**: história de Lino de Albergaria. Ilustrações de Paulo Lyra. 12. ed. São Paulo: FTD, 1994. 63 p.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**. Tradução Vera da Costa e Silva et al. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990.

2.1.2 Autor entidade

As obras de responsabilidade de entidade (órgãos governamentais, empresas, associações, congressos, seminários etc.) têm entrada, de modo geral, pelo seu próprio nome, por extenso.

Exemplos:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Catálogo de teses da Universidade de São Paulo, 1992**. São Paulo, 1993. 467 p.

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10., 1979, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Associação Bibliotecária do Paraná, 1979. 3 v.

2.1.2.1 Quando a entidade tem uma denominação genérica, seu nome é precedido pelo nome do órgão superior, ou pelo nome da jurisdição geográfica à qual pertence.

Exemplos:

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Diretrizes para a política ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1993. 35 p.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório de atividades**. Brasília, DF, 1993. 28 p.

2.1.2.2 Quando a entidade, vinculada a um órgão maior, tem uma denominação específica que a identifica, a entrada é feita diretamente pelo seu nome. Em caso de duplicidade de nomes, deve-se acrescentar no final a unidade geográfica que identifica a jurisdição, entre parênteses.

Exemplos:

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Relatório da Diretoria-Geral**: 1984. Rio de Janeiro, 1985. 40 p.

BIBLIOTECA NACIONAL (Portugal). **O 24 de julho de 1833 e a guerra civil de 1829-1834**. Lisboa, 1983. 95 p.

2.1.3 Autoria desconhecida

Em caso de autoria desconhecida, a entrada é feita pelo título. O termo anônimo não deve ser usado em substituição ao nome do autor desconhecido.

Exemplo:

DIAGNÓSTICO do setor editorial brasileiro. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1993. 64 p.

2.2 TÍTULO E SUBTÍTULO

O título e o subtítulo (se for usado) devem ser reproduzidos tal como figuram no documento, separados por dois-pontos.

Exemplos:

PASTRO, Cláudio. **Arte sacra**. São Paulo: Loyola, 1993.

PASTRO, Cláudio. **Arte sacra: espaço sagrado hoje**. São Paulo: Loyola, 1993. 343 p.

2.2.1 Em títulos e subtítulos demasiadamente longos, podem-se suprimir as últimas palavras, desde que não seja alterado o sentido. A supressão deve ser indicada por reticências.

Exemplos:

ARTE de furto... Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

LEVI, R. **Edifício Columbus...**: n. 1930-33. 1997. 108 f. Plantas diversas. Originais em papel vegetal.

GONSALVES, Paulo Eiró (Org.). **A criança: perguntas e respostas: médicos, psicólogos, professores, técnicos, dentistas...** Prefácio do Prof. Dr. Carlos da Silva Lacaz. São Paulo: Cultrix: Ed. da USP, 1971.

2.2.2 Quando o título aparecer em mais de uma língua, registra-se o primeiro. Opcionalmente, registra-se o segundo ou o que estiver em destaque, separando-o do primeiro pelo sinal de igualdade.

Exemplo:

SÃO PAULO MEDICAL JOURNAL= REVISTA PAULISTA DE MEDICINA. São Paulo: Associação Paulista de Medicina, 1941- . Bimensal. ISSN 0035-0362.

2.2.3 Quando se referenciam periódicos no todo (toda a coleção), ou quando se referencia integralmente um número ou fascículo, o título deve ser sempre o primeiro elemento da referência, devendo figurar em letras maiúsculas.

Exemplo:

REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. São Paulo: FEBAB, 1973-1992.

2.2.4 No caso de periódico com título genérico, incorpora-se o nome da entidade autora ou editora, que se vincula ao título por uma preposição entre colchetes.

Exemplo:

BOLETIM ESTATÍSTICO [da] Rede Ferroviária Federal. Rio de Janeiro, 1965- . Trimestral.

2.2.5 Os títulos dos periódicos podem ser abreviados, conforme a NBR 6032.

Exemplo:

LEITÃO, D. M. A informação como insumo estratégico. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 118-123, maio/ago. 1989.

2.2.6 Quando não existir título, deve-se atribuir uma palavra ou frase que identifique o conteúdo do documento, entre colchetes.

Exemplo:

SIMPÓSIO BRASILEIRO DE AQUICULTURA, 1., 1978, Recife. [**Trabalhos apresentados**]. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 1980. ii, 412 p.

2.3 EDIÇÃO

Quando houver uma indicação de edição, esta deve ser transcrita, utilizando-se abreviaturas dos numerais ordinais e da palavra edição, ambas na forma adotada na língua do documento.

Exemplos:

SCHAUM, Daniel. **Schaum's outline of theory and problems**. 5th ed. New York: Schaum Publishing, 1956. 204 p.

PEDROSA, Israel. **Da cor à cor inexistente**. 6. ed. Rio de Janeiro: L.Cristiano, 1995. 219 p.

2.3.1 Indicam-se emendas e acréscimos à edição, de forma abreviada.

Exemplo:

FRANÇA, Júnia Lessa et al. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 3. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1996.

2.3.2 Considerar a versão de documentos eletrônicos como equivalente à edição e transcrevê-la como tal.

Exemplo:

ASTROLOGY source. Version 1.0A. Seattle: Multicom Publishing, c1994. 1 CD-ROM.

2.4 LOCAL

O nome do local (cidade) de publicação deve ser indicado tal como figura no documento.

Exemplo:

ZANI, R. **Beleza, saúde e bem-estar**. São Paulo: Saraiva, 1995. 173 p.

2.4.1 No caso de homônimos de cidades, acrescenta-se o nome do estado, do país etc.

Exemplos:

Viçosa, AL

Viçosa, MG

Viçosa, RJ

2.4.2 Quando houver mais de um local para uma só editora, indica-se o primeiro ou o mais destacado.

Exemplo:

SWOKOWSKI, E. W.; FLORES, V. R. L. F.; MORENO, M. Q. **Cálculo de geometria analítica**. Tradução de Alfredo Alves de Faria. Revisão técnica Antonio Pertence Júnior. 2. ed. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1994. 2 v. Nota – Na obra: São Paulo – Rio de Janeiro – Lisboa – Bogotá – Buenos Aires – Guatemala –México – New York – San Juan – Santiago etc.

2.4.3 Quando a cidade não aparece no documento, mas pode ser identificada, indica-se entre colchetes.

Exemplo:

LAZZARINI NETO, Sylvio. **Cria e recria**. [São Paulo]: SDF Editores, 1994. 108 p.

2.4.4 Não sendo possível determinar o local, utiliza-se a expressão *sine loco*, abreviada, entre colchetes [S.l.].

Exemplos:

OS GRANDES clássicos das poesias líricas. [S.l.]: Ex Libris, 1981.60 f.

KRIEGER, Gustavo; NOVAES, Luís Antonio; FARIA, Tales. **Todos os sócios do presidente**. 3. ed. [S.l.]: Scritta, 1992. 195 p.

2.5 EDITORA

O nome da editora deve ser indicado tal como figura no documento, abreviando-se os prenomes e suprimindo-se palavras que designam a natureza jurídica ou comercial, desde que sejam dispensáveis para identificação.

Exemplos:

DAGHLIAN, Jacob. **Lógica e álgebra de Boole**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995. 167 p., il. Bibliografia: p.166-167. ISBN 85-224-1256-1. Nota - Na publicação: Editora Atlas.

LIMA, M. **Tem encontro com Deus**: teologia para leigos. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1985. Nota - Na publicação: Livraria José Olympio Editora.

2.5.1 Quando houver duas editoras, indicam-se ambas, com seus respectivos locais (cidades). Se as editoras forem três ou mais, indica-se a primeira ou a que estiver em destaque.

Exemplo:

ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria; MAIA, Carlos A. (Coord.) **História da ciência**: o mapa do conhecimento. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1995. 968 p. (América 500 anos, 2).

2.5.2 Quando a editora não puder ser identificada, deve-se indicar a expressão *sine nomine*, abreviada, entre colchetes [s.n.].

Exemplo:

FRANCO, I. **Discursos**: de outubro de 1992 a agosto de 1993. Brasília, DF: [s.n.], 1993. 107 p.

2.5.3 Quando o local e o editor não puderem ser identificados na publicação, utilizam-se ambas as expressões, abreviadas e entre colchetes [S.l.: s.n.].

Exemplo:

GONÇALVES, F. B. **A história de Mirador**. [S.l.: s.n.], 1993.

2.5.4 Quando a editora é a mesma instituição ou pessoa responsável pela autoria e já tiver sido mencionada, não é indicada.

Exemplos:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Catálogo de graduação, 1994-1995**. Viçosa, MG, 1994. 385 p.

RIBEIRO, Antonia Motta de Castro Memória. **AACR2, Anglo-American Cataloguing Rules**, 2nd edition: descrição e pontos de acesso. 2. ed. rev. e atual. Brasília, DF, 2001.

2.6 DATA

A data de publicação deve ser indicada em algarismos arábicos.

Exemplo:

LEITE, C. B. **O século do desempenho**. São Paulo: LTr, 1994. 160 p.

2.6.1 Por se tratar de elemento essencial para a referência, sempre deve ser indicada uma data, seja da publicação, distribuição, do copirraite, da impressão, da apresentação (depósito) de um trabalho acadêmico, ou outra.

Exemplo:

CIPOLLA, Sylvia. **Eu e a escola, 2ª série**. São Paulo: Paulinas, c1993. 63 p.

2.6.2 Se nenhuma data de publicação, distribuição, copirraite, impressão etc. puder ser determinada, registra-se uma data aproximada entre colchetes, conforme indicado:

Exemplos:

[1971 ou 1972] um ano ou outro

[1969?] data provável

[1973] data certa, não indicada no item

[entre 1906 e 1912] use intervalos menores de 20 anos

[ca. 1960] data aproximada

[197-] década certa

[197-?] década provável

[18--] século certo

[18--?] século provável

FLORENZANO, Everton. **Dicionário de idéias semelhantes**. Rio de Janeiro: Ediouro, [1993]. 383 p.

2.6.3 Nas referências de vários volumes de um documento, produzidos em um período, indicam-se as datas mais antiga e mais recente da publicação, separadas por hífen.

Exemplo:

RUCH, Gastão. **História geral da civilização: da Antigüidade ao XX século**. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1926-1940. 4 v.

2.6.4 Em listas e catálogos, para as coleções de periódicos em curso de publicação, indica-se apenas a data inicial seguida de hífen e um espaço.

Exemplo:

GLOBO RURAL. São Paulo: Rio Gráfica, 1985- . Mensal.

2.6.5 Em caso de publicação periódica, indicam-se as datas inicial e final do período de edição, quando se tratar de publicação encerrada.

Exemplo:

DESENVOLVIMENTO & CONJUNTURA. Rio de Janeiro: Confederação Nacional da Indústria, 1957-1968. Mensal.

2.6.6 Os meses devem ser indicados de forma abreviada, no idioma original da publicação, conforme anexo A.

Exemplos:

ALCARDE, J. C.; RODELLA, A. A. O equivalente em carbonato de cálcio dos corretivos da acidez dos solos. **Scientia Agricola**, Piracicaba, v. 53, n. 2/3, p. 204-210, maio/dez. 1996.

BENNETTON, M. J. Terapia ocupacional e reabilitação psicossocial: uma relação possível. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 11-16, mar.1993.

2.6.7 Se a publicação indicar, em lugar dos meses, as estações do ano ou as divisões do ano em trimestres, semestres etc., transcreve-se os primeiros tais como figuram no documento e abreviam-se os últimos.

Exemplos:

MANSILLA, H. C. F. La controversia entre universalismo y particularismo en la filosofía de la cultura. **Revista Latinoamericana de Filosofía**, Buenos Aires, v. 24, n. 2, primavera 1998.

FIGUEIREDO, E. Canadá e Antilhas: línguas populares, oralidade e literatura. **Gragoatá**, Niterói, n. 1, p. 127-136, 2. sem. 1996.

2.7 DESCRIÇÃO FÍSICA

Pode-se registrar o número da última página, folha ou coluna de cada seqüência, respeitando-se a forma encontrada (letras, algarismos romanos e arábicos).

Exemplos:

LUCCI, E. A. **Viver e aprender: estudos sociais, 3: exemplar do professor**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1994. 96, 7 p.

FELIPE, Jorge Franklin Alves. **Previdência social na prática forense**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994. viii, 236 p.

JAKUBOVIC, J.; LELLIS, M. **Matemática na medida certa, 8. série: livro do professor**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1994. 208, xxi p.

2.7.1 Quando o documento for constituído de apenas uma unidade física, ou seja, um volume, indica-se o número total de páginas ou folhas, seguido da abreviatura p. ou f.

NOTA – A folha é composta de duas páginas: anverso e verso. Alguns trabalhos, como teses e dissertações, são impressos apenas no anverso e, neste caso, indica-se f.

Exemplos:

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação**. 7. ed. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1980. 500 p.

TABAK, F. **A lei como instrumento de mudança social**. Fortaleza:Fundação Waldemar Alcântara, 1993. 17 f.

2.7.2 Quando o documento for publicado em mais de uma unidade física, ou seja, mais de um volume indica-se a quantidade de volumes, seguida da abreviatura v.

Exemplo:

TOURINHO FILHO, F. C. **Processo penal**. 16. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 1994. 4 v.

2.7.3 Se o número de volumes bibliográficos diferir do número de volumes físicos, indica-se primeiro o número de volumes bibliográficos, seguido do número de volumes físicos.

Exemplo:

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996. 5 v. em 3.

2.7.4 Quando se referenciam partes de publicações menciona-se os números das folhas ou páginas inicial e final, precedidos da abreviatura f. ou p., ou indica-se o número do volume, precedido da abreviatura v., ou outra forma de individualizar a parte referenciada.

Exemplos:

REGO, L. L. B. O desenvolvimento cognitivo e a prontidão para a alfabetização. In: CARRARO, T. N. (Org.). **Aprender pensando**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 31-40.

TURANO, J. C.; TURANO, L. M. Fatores determinantes da oclusão em prótese total. In: _____. **Fundamentos de prótese total**. 4. ed. São Paulo: Quintessence, 1998. cap. 13.

2.7.5 Quando a publicação não for paginada ou a numeração de páginas for irregular, indica-se esta característica.

Exemplos:

MARQUES, M. P.; LANZELOTTE, R. G. **Banco de dados e hipermídia**: construindo um metamodelo para o Projeto Portinari. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Informática, 1993. Paginação irregular.

SISTEMA de ensino Tamandaré: sargentos do Exército e da Aeronáutica. [Rio de Janeiro]: Colégio Curso Tamandaré, 1993. Não paginado.

2.8 ILUSTRAÇÕES

Podem-se indicar as ilustrações de qualquer natureza pela abreviatura il.; para ilustrações coloridas, usar il. color.

Exemplos:

CESAR, A. M. **A bala e a mitra**. Recife: Bagaço, 1994. 267 p., il.

AZEVEDO, Marta R. de. **Viva vida**: estudos sociais, 4. São Paulo: FTD, 1994. 194 p., il. color.

BATISTA, Z.; BATISTA, N. **O foguete do Guido**. Ilustrações de Marilda Castanha. São Paulo: Ed. do Brasil, 1992. 15 p., principalmente il. color.

CHUEIRE, C. **Marca angelical**. Ilustração Luciane Fadel. Petrópolis: Vozes, 1994. 18 p., somente il. ISBN 85-326-1087-0.

2.9 DIMENSÕES

Em listas de referências, pode-se indicar a altura do documento em centímetros e, em caso de formatos excepcionais, também a largura. Em ambos os casos, aproximam-se as frações ao centímetro seguinte, com exceção de documentos tridimensionais, cujas medidas são dadas com exatidão.

Exemplos:

DURAN, J. J. **Iluminação para vídeo e cinema**. São Paulo: [s.n.], 1993. 126 p., 21 cm.

CHEMELLO, T. **Lãs, linhas e retalhos**. 3. ed. São Paulo: Global, 1993. 61 p., il., 16 cm x 23 cm.

TAÇA de vidro à maneira de Veneza, com a imagem de Nossa Senhora e o menino no fuste também decorado com detalhes azuis. [17--?]. 1 taça, 10,7 cm de diâmetro x 24,5 cm de altura.

2.10 SÉRIES E COLEÇÕES

Após todas as indicações sobre os aspectos físicos, podem ser incluídas as notas relativas a séries e/ou coleções. Indica-se, entre parênteses, os títulos das séries e coleções, separados, por vírgula, da numeração, em algarismos arábicos, se houver.

Exemplos:

ARBEX JUNIOR, J. **Nacionalismo**: o desafio à nova ordem pós-socialista. São Paulo: Scipione, 1993. 104 p., il., 23 cm. (História em aberto).

CARVALHO, Marlene. **Guia prático do alfabetizador**. São Paulo: Ática, 1994. 95 p. (Princípios, 243).

MIGLIORI, R. **Paradigmas e educação**. São Paulo: Aquariana, 1993. 20 p. (Visão do futuro, v. 1).

AMARAL SOBRINHO, J. **Ensino fundamental**: gastos da União e do MEC em 1991: tendências. Brasília, DF: IPEA, 1994. 8 p. (Texto para discussão, n. 31).

RODRIGUES, Nelson. **Teatro completo**. Organização geral e prefácio Sábato Magaldi. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. 1134 p. (Biblioteca luso-brasileira. Série brasileira).

2.11 NOTAS

Sempre que necessário à identificação da obra deve ser incluídas, notas com informações complementares, ao final da referência, sem destaque tipográfico.

Exemplos:

LAURENTI, R. **Mortalidade pré-natal**. São Paulo: Centro Brasileiro de Classificação de Doenças, 1978. Mimeografado.

MARINS, J. L. C. Massa calcificada da naso-faringe. **Radiologia Brasileira**, São Paulo, n. 23, 1991. No prelo.

MALAGRINO, W. et al. **Estudos preliminares sobre os efeitos de baixas concentrações de detergentes amiônicos na formação do bisso em *Branchidontas solisianus***. 1985. Trabalho apresentado ao 13o Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, Maceió, 1985.

ZILBERMAN, R. A leitura e o ensino da literatura. São Paulo: Contexto, 1988. 146 p. Recensão de: SILVA, E. T. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 17, n. 2, jul./dez. 1988.

MATSUDA, C. T. **Cometas: do mito à ciência**. São Paulo: Ícone, 1986.

Resenha de: SANTOS, P. M. Cometa: divindade momentânea ou bola de gelo sujo? **Ciência Hoje**, São Paulo, v. 5, n. 30, p. 20, abr. 1987.

RESPRIN: comprimidos. Responsável técnico Delosmar R. Bastos. São José dos Campos: Johnson & Johnson, 1997. Bula de remédio.

2.11.1 Em documentos traduzidos, pode-se indicar a fonte da tradução, quando mencionada.

Exemplo:

CARRUTH, Jane. **A nova casa do Bebeto**. Desenhos de Tony Hutchings. Tradução Ruth Rocha. São Paulo: Círculo do Livro, 1993. 21 p. Tradução de: Moving house.

2.11.2 No caso de tradução feita com base em outra tradução, indica-se, além da língua do texto traduzido, a do texto original.

Exemplo:

SAADI. **O jardim das rosas...** Tradução de Aurélio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1944. 124 p., il. (Coleção Rubaiyat). Versão francesa de Franz Toussaint do original árabe.

2.11.3 As separatas devem ser transcritas como figuram na publicação.

Exemplos:

MAKAU, A. B. Esperanza de la educación hoy. Lisboa: J. Piaget, 1962. Separata de: MOORE, W. (Ed.). **Construtivismo del movimiento educacional**: soluciones. Córdoba, AR: [s.n.], 1960. p. 309-340.

LION, M. F.; ANDRADE, J. Drogas cardiovasculares e gravidez. Separata de: **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, São Paulo, v. 37,n. 2, p. 125-127, 1981.

2.11.4 Nas teses, dissertações ou outros trabalhos acadêmicos devem ser indicados em nota o tipo de documento (tese, dissertação, trabalho de conclusão de curso etc.), o grau, a vinculação acadêmica, o local e a data da defesa, mencionada na folha de aprovação (se houver).

Exemplos:

MORGADO, M. L. C. **Reimplante dentário**. 1990. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)–Faculdade de Odontologia, Universidade Camilo Castelo Branco, São Paulo, 1990.

ARAUJO, U. A. M. **Máscaras inteiriças Tukúna**: possibilidades de estudo de artefatos de museu para o conhecimento do universo indígena. 1985. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1986.

ALENTEJO, Eduardo. **Catálogo de postais**. 1999. Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação na Disciplina Catalogação III, Escola de Biblioteconomia, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

2.11.5 Outras notas podem ser incluídas, desde que sejam consideradas importantes para a identificação e localização de fontes de pesquisa.

Exemplos:

HOLANDA, S. B. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 301 p., il. Inclui índice. ISBN 85-7164-411-x.

PELOSI, T. **O caminho das cordas**. Rio de Janeiro: Amais, 1993. 158 p., il. Bibliografia: p. 115-158.

TRINGALI, Dante. **Escolas literárias**. São Paulo: Musa, 1994. 246 p. Inclui bibliografias.

CARDIM, M. S. **Constitui o ensino de 2o grau regular noturno uma verdadeira educação de adultos?** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, 1984. 3 microfichas. Redução de 1:24.000.

3 ORDENAÇÃO DAS REFERÊNCIAS

As referências dos documentos citados em um trabalho devem ser ordenadas de acordo com o sistema utilizado para citação no texto, conforme NBR 10520.

Os sistemas mais utilizados são: alfabético (ordem alfabética de entrada) e numérico (ordem de citação no texto).

3.1 SISTEMA ALFABÉTICO

Se for utilizado o sistema alfabético, as referências devem ser reunidas no final do trabalho, do artigo ou do capítulo, em uma única ordem alfabética. As chamadas no texto devem obedecer à forma adotada na referência, com relação à escolha da entrada, mas não necessariamente quanto à grafia, conforme a NBR 10520.

Exemplos: No texto:

Para Gramsci (1978) uma concepção de mundo crítica e coerente pressupõe a plena consciência de nossa historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada [...]

Nesse universo, o poder decisório está centralizado nas mãos dos detentores do poder econômico e na dos tecnocratas dos organismos internacionais (DREIFUSS, 1996). Os empresários industriais, mais até que os educadores, são, precisamente, aqueles que hoje identificam tendências na relação entre as transformações pelas quais vêm passando o processo de trabalho, o nível de escolaridade e a qualificação real exigida pelo processo produtivo (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 1993).

Na lista de referências:

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (Brasil). **Educação básica e formação profissional**. Salvador, 1993.

DREIFUSS, René. **A era das perplexidades**: mundialização, globalização e planetarização. Petrópolis: Vozes, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

3.1.1 Eventualmente, o (s) nome (s) do (s) autor (es) de várias obras referenciadas sucessivamente, na mesma página, pode(m) ser substituído(s), nas referências seguintes à primeira, por um traço sublinear (equivalente a seis espaços) e ponto.

Exemplos:

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1943. 2 v.

_____. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural no Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, 1936.

3.1.2 Além do nome do autor, o título de várias edições de um documento referenciado sucessivamente, na mesma página, também pode ser substituído por um traço sublinear nas referências seguintes à primeira (conforme 2.1.1).

Exemplos:

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural no Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, 1936. 405 p.

_____. _____. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1938. 410 p.

3.2 SISTEMA NUMÉRICO

Se for utilizado o sistema numérico no texto, a lista de referências deve seguir a mesma ordem numérica crescente.

O sistema numérico não pode ser usado concomitantemente para notas de referência e notas explicativas.

Exemplos: No texto:

De acordo com as novas tendências da jurisprudência brasileira¹, é facultado ao magistrado decidir sobre a matéria.¹

Todos os índices coletados para a região escolhida foram analisados minuciosamente².

Na lista de referências:

1 CRETELLA JÚNIOR, José. **Do impeachment no direito brasileiro**. [São Paulo]: R. dos Tribunais, 1992. p. 107.

2 BOLETIM ESTATÍSTICO [da] Rede Ferroviária Federal. Rio de Janeiro, 1965. p. 20.

ABREVIATURAS DOS MESES EM LÍNGUA PORTGUESA

JANEIRO	JAN
FEVEREIRO	FEV.
MARÇO	MAR.
ABRIL	ABR.
MAIO	MAIO
JUNHO	JUN.

JULHO	JUL.
AGOSTO	AGO.
SETEMBRO	SET.
OUTUBRO	OUT.
NOVEMBRO	NOV.
DEZEMBRO	DEZ.

OBSERVAÇÃO: o aluno/pesquisador deverá pesquisar a NBR6023/2002, para casos não citados aqui nestes exemplos de REFERÊNCIAS.

ANEXO C

O QUE É CONSIDERADO PLÁGIO

Texto coletado em:

http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/arquivos/PLAGIO_EsclarecimentoSobre

O que é considerado plágio e o que não é considerado plágio

Abaixo segue uma pequena exemplificação das principais posturas que são adotadas quando se escreve uma monografia, trabalho de diplomação, dissertação ou tese. Algumas vezes, por falta de clareza são cometidos deslizes que podem ser considerados plágio.

Este guia serve como uma orientação, a fim de evitar que seja cometido plágio nos trabalhos do curso. Salienta-se que devem ser observadas as regras vigentes da ABNT para redação científica.

É considerado plágio:

1) Texto original, reproduzido exatamente como aparece no livro e não referenciado: é interpretado pelo leitor como um texto de autoria daquele que escreve o trabalho.

Exemplo: A administração de produção trata da maneira pela qual as organizações produzem bens e serviços. Tudo o que você veste, come, senta em cima, usa, lê ou lança na prática de esportes chega a vocês graças aos gerentes de operações que organizaram sua produção. Todos os livros que você toma emprestados da biblioteca, os tratamentos recebidos no hospital, os serviços esperados nas lojas e as aulas na universidade também foram produzidos. Embora nem sempre as pessoas que supervisionaram sua ‘produção’ sejam chamadas gerentes de produção (também denominadas neste livro de operações). Isso é o que elas realmente são.

2) Texto original, reproduzido exatamente como aparece no livro e referenciado: quando se escreve um trabalho a intenção é compreender a ideia do autor e dissertar sobre ela empregando as próprias palavras, não copiar literalmente. Alguns trechos podem ser copiados literalmente, mas existem regras para isso (ver normas ABNT).

Exemplo: A administração de produção trata da maneira pela qual as organizações produzem bens e serviços. Tudo o que você veste, come, senta em cima, usa, lê ou lança na prática de esportes chega a vocês graças aos gerentes de operações que organizaram sua produção. Todos os livros que você toma emprestados da biblioteca, os tratamentos recebidos no hospital, os serviços esperados nas lojas e as aulas na universidade também foram produzidos. Embora nem sempre as pessoas que supervisionaram sua ‘produção’ sejam chamadas gerentes de produção (também denominadas neste livro de operações). Isso é o que elas realmente são (SLACK, 2002).

3) Descrever com suas palavras o trecho do livro, porém não citar a referência: é interpretado pelo leitor, incorretamente, como uma ideia de autoria daquele que escreve o trabalho.

Exemplo: Qualquer organização que tenha como função a produção de bens ou serviços orienta a mesma através de uma administração de produção. Esta administração é coordenada por pessoal especializado denominados gerentes de produção.

4) Transcrever vários parágrafos referenciados do trabalho de um determinado autor sem referenciar este autor: quando copiamos os parágrafos referenciados do trabalho de alguém e não citamos este ‘alguém’ é como se nós tivéssemos escrito tais parágrafos, o que não é verdade. Citação de outra citação se chama apud e deve ser adequadamente referenciada. Atenção!! Usa-se apud quando percebemos que o autor referenciado por alguém é muito importante e que não conseguimos, EFETIVAMENTE, ter acesso direto ao texto do autor, seja por que se trata de um livro esgotado ou raro. Em outras palavras, apud deve ser uma exceção em nossos trabalhos. Um TD, artigo, dissertação escritos com muitos apud denotam falta de qualidade, revisão bibliográfica malfeita e costumam ser rejeitados.

Exemplo: A dissertação de mestrado de um autor chamado Arantes (2008) contém o seguinte trecho – “Qualquer organização que tenha como função a produção de bens ou serviços orienta a mesma através de uma administração de produção. Esta administração é coordenada por pessoal especializado denominado gerentes de produção” (SLACK, 2002, p. 58).

4.1) Um aluno que está cursando o TD faz uma cópia idêntica do texto de Arantes (2008) e referencia (SLACK, 2002, p. 58):

Exemplo: “Qualquer organização que tenha como função a produção de bens ou serviços orienta a mesma através de uma administração de produção. Esta administração é coordenada por pessoal especializado denominado gerentes de produção” (SLACK, 2002, p. 58).

4.2) Um aluno que está cursando o TD se inspira no texto de Arantes (2008), mas usa como referência (SLACK, 2002, p. 58):

Exemplo: “A administração da produção é a área funcional que centraliza responsabilidades pela produção de bens ou serviços em uma organização e esta área é coordenada por gerentes de produção” (SLACK, 2002, p. 58).

O CORRETO!!!

4.3) O aluno que está cursando o TD deveria se inspirar no texto de Arantes (2008) e referenciar (SLACK, 2002 apud Arantes, 2008, p. 32), caso não tenha EFETIVAMENTE como encontrar a obra de SLACK (2002) para ler e elaborar um texto a partir da sua própria interpretação do autor.

Exemplo: “A administração da produção é a área funcional que centraliza responsabilidades pela produção de bens ou serviços em uma organização e esta área é coordenada por gerentes de produção” (SLACK, 2002 apud Arantes, 2008, p. 32).

Ver mais informações sobre regras de apud nas normas ABNT, entretanto EVITAR o uso de APUD.

Não são plágios:

5) Descrever com suas palavras o trecho do livro citando a referência: forma correta de agir durante a redação de um trabalho;

Exemplo: Segundo Slack (2002), qualquer organização que tenha como função a produção de bens ou serviços orienta a mesma por meio de uma administração de produção. Esta administração é coordenada por pessoal especializado denominados gerentes de produção.

6) Descrever com suas palavras o trecho do livro citando as referências: pode ser um ou mais autores que trazem a mesma ideia, neste caso, eles devem ser citados conjuntamente no início do parágrafo ou no final do parágrafo.

Exemplo: Segundo Slack (2002) e Kotler (2000), qualquer organização que tenha como função a produção de bens ou serviços orienta a mesma através de uma administração de produção. Esta administração é coordenada por pessoal especializado denominados gerentes de produção.

OU

Exemplo: Qualquer organização que tenha como função a produção de bens ou serviços orienta a mesma através de uma administração de produção. Esta administração é coordenada por pessoal especializado denominados gerentes de produção (SLACK, 2002; KOTLER, 2000).

Concluindo:

Prezados alunos, estes são alguns exemplos de plágio, podem existir outros!

Se ainda tiverem dúvidas quanto a plágio durante a redação de seus textos, consultem seus professores orientadores, tutores, consultem a bibliotecária ou outros professores das disciplinas de metodologia de pesquisa, TD e atividades complementares, os quais terão prazer em esclarecer suas dúvidas.

ANEXO D
CONECTORES

Sugestões de uso dos seguintes conectores para anteceder o processo de citação textual	
<p>Na opinião de De acordo com Afirma Para Na visão de Do ponto de vista de Segundo Exemplifica Quando afirma Como caracteriza</p>	<p>No dizer de Explicita seus pressupostos Utiliza-se da seguinte argumentação Como descrito por Outro ensinamento de Alega que Caracteriza Conceitua Em ... vamos encontrar O seguinte esclarecimento</p>
Exemplos de conectores para uso entre parágrafos Conectores de adição	
<p>E Mais Além disso Também</p>	<p>Somando Acrescentamos A propósito Em adição Some-se a isto</p>
Conectores de conclusão ou consequência	
<p>Portanto Assim Dessa forma Concluimos Resumindo Dessa feita Dessa forma</p>	<p>Então Por outro lado Ao passo que Recomenda-se Devido Por isso Por sua vez</p>

Conectores de semelhança ou ênfase	
Do mesmo modo Igualmente Com certeza Possivelmente De muito De pouco	De todo Bastante Demasiadamente Profundamente Qualquer que seja
Conectores de tempo	
Assim que Em seguida Até que Quando Por fim Depois de Antes que Por ora De repente	De vez em quando A tempo Às vezes De quando em quando De vez em vez Em algum momento Mais adiante Durante Todavia Após
Conectores de Exemplificação	
Por exemplo Isto é Como Decerto Provavelmente	Por certo Quer saber Quando se fala O referido
Conectores de Reafirmação ou resumo	
Em outras palavras Em resumo De fato Em síntese Na verdade	Deveras Certamente Realmente Efetivamente...

Conectores de Contraste ou concessão	
Mas	Ao passo que
Porém	Ora
Entretanto	Talvez
Todavia	Porventura
Ao contrário	Ademais
Em vez de	Tais cuidados
Ainda que	Desde
Por outro lado	Enquanto
Conectores de Espaço	
Ao lado de	À entrada
Sobre	À saída
Sob	Ao fundo
À direita	Ao longo
No centro	De fora
No fundo	De lado
À frente	Por fora
À esquerda	Em frente
À tona	Por dentro
À distância	Por perto

ANEXO E

MODELO DE BANNER

**LOGOTIPOS DO
EVENTO**

NOME DO EVENTO

TÍTULO DO TRABALHO

AUTOR¹; AUTOR²; AUTOR³; AUTOR⁴

**LOGOTIPOS DAS
INSTITUIÇÕES**

¹ Filiação exemplo Faculdades Integradas Torricelli; Curso de graduação em Direito, autor@provedor.com.br
² Filiação exemplo Faculdades Integradas Torricelli; Curso de graduação em Direito, autor@provedor.com.br
³ Filiação exemplo Faculdades Integradas Torricelli; Curso de graduação em Direito, autor@provedor.com.br
⁴ Filiação exemplo Faculdades Integradas Torricelli; Curso de graduação em Direito, autor@provedor.com.br

INTRODUÇÃO

- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto



FIGURA

Figura 1. Legenda da figura

Materiais e Métodos

- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto

Objetivos

- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto



Figura 2. Legenda da figura



Figura 3. Legenda da figura

Fundamentação teórica

- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto



FIGURA

Figura 4. Legenda da figura

Resultados

- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto
- Texto texto



Figura 5. Legenda da figura



Figura 6. Legenda da figura

Apoio:

Aqui você pode colocar o logotipo dos seus patrocinadores, se tiver.

Referências (exemplos)

ALMEIDA, F. F. M. Os fundamentos geológicos do relevo paulista. *Boletim GGG*, São Paulo, v. 41, p. 169-263, 1964.

AUDEMARD, F. A.; SANTOS, F. de. Survey of tectonics structures indicated by recent moderate earthquakes. *Bulletin of the International Association of Engineering Geology*, n. 44, p. 5-16, 1991.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - IPT. Comparação estrutural e evolução tectônica do Estado de São Paulo. São Paulo: IPT, 1989. 2v. Relatório 27.394.

ETCHEBERE, M. L. C. *Terraços miocenários no vale do Rio do Peixe, Planalto Oriental, Paraná: implicações estratigráficas e tectônicas*. 2000. 2 v. Tese (Doutorado em Geociências) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

MOTO, J. A. Escorpos sobre risco sísmico no Estado de São Paulo. *Revista Universidade Guarulhos, Geociências*, Guarulhos, SP, n. 3, p. 18-23, 1996.

SAAD, A. R. *Análise da produção científico-tecnológica*. 1997. 150 f. (Concurso para obtenção do título de Livre-Docente) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1997.

SANTOS, L.F.F.; GUEDES, I.C.; ETCHEBERE, M.L.C. *Análise tectônica na Ponta do Paranaíba (SP) mediante aplicação de parâmetros flexionofrênticos*. Trabalho em andamento para publicação na *Revista Geociências*, 2010. (inibrimido)

1,20 cm

0,90 cm

Modelo de Banner tirado da página <<http://www.seufuturonapratica.com.br/portal>> Acesso em nov. 2017.



ANEXO F
MODELOS DE FICHAS

À Coordenação do Curso de

Assunto: Requerimento de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso

Data: __/__/____.

Senhor (a) Coordenador (a)

Comunico que o (a) aluno (a) _____

do Curso de _____ está apto(a) a apresentar seu Trabalho de Conclusão de Curso,
intitulado _____

_____ no dia
____ de _____ de ____.

Proponho que a Banca Examinadora seja composta pelos professores (Nome Completo, titulação) como orientador (a); (Nome Completo, titulação) membro; (Nome Completo, titulação) membro e como suplente de professor (a) (Nome Completo, titulação).

Atenciosamente,

Professor (a) orientador (a)



ANEXO G
AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO ESCRITA E ORAL PELA BANCA
AVALIADORA

AUTOR:

CURSO:

TÍTULO DO TCC:

AVALIAÇÃO

Avaliadores	ESCRITA	ORAL
	Nota	Nota
1º		
2º		
3º		

Média da nota do trabalho escrito: _____

Média da nota da apresentação oral: _____

Sugestões ao Orientador e Orientando:

Manaus, ____ de _____ de ____.

Assinaturas

1º Avaliador

2º Avaliador

3º Avaliador
(Orientador)



ANEXO H

ATRIBUIÇÃO DA NOTA FINAL E PARECER DA BANCA AVALIADORA

AUTOR:

CURSO:

TÍTULO DO TCC:

ATRIBUIÇÃO DA NOTA FINAL

Nota do professor orientador (N1): _____

Nota média da Banca Avaliadora, decorrente do exame do relatório (N2): _____.

Nota média da Banca Avaliadora, decorrente da apresentação oral (N3): _____.

Média Final = $(0,3 \times N1) + (0,3 \times N2) + (0,4 \times N3)$

Média Final = _____

PARECER DA BANCA AVALIADORA

A Banca Avaliadora, abaixo assinada, considerando o resultado do Julgamento da Defesa Pública do Trabalho de Conclusão de Curso do aluno (a)

_____,
intitulado _____

_____ apresenta parecer

_____ à sua aprovação com nota _____.

Manaus, ___ de _____ de _____.

Assinaturas

1º Avaliador _____
2º Avaliador _____
3º Avaliador _____
(Orientador) _____



ANEXO I

ROTEIRO DE AVALIAÇÃO DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

AUTOR:

CURSO:

TÍTULO DO TCC:

CRITÉRIOS – TRABALHO ESCRITO		VALOR
1	O trabalho de conclusão de curso apresenta mérito científico?	
2	O título sintetiza o conteúdo do trabalho e indica suas principais delimitações?	
3	A introdução esclarece o atual estado de conhecimento sobre o problema?	
4	A justificativa apresenta detalhamento das motivações, interesses e importância do estudo?	
5	As hipóteses propostas foram citadas com clareza e atendem ao problema?	
6	A revisão da literatura apresenta-se suficientemente adequada?	
7	A metodologia do trabalho atende aos objetivos propostos e apresenta detalhamento completo do planejamento?	
8	Houve definição da precisão ou escala, no emprego de dados quantitativos ou qualitativos?	
9	Foi empregada uma estrutura padronizada quanto ao tratamento, simbologia, unidades e estética adequando-se às normas em vigor na ESBAM?	
10	Houve concordância entre título, hipótese, objetivos, metodologia e conclusão?	
(Valor de cada item: 0 a 1 ponto)		Valor total
CRITÉRIOS – APRESENTAÇÃO ORAL		VALOR
1	Apresentou postura e trajes adequados?	
2	A apresentação foi clara e precisa?	
3	A forma de linguagem utilizada foi apropriada?	
4	Houve utilização de uma sequência lógica?	
5	O emprego de recursos didáticos foi apropriado?	
6	Cumpriu o tempo regulamentado para apresentação (20 ± 5 minutos)?	
7	A apresentação contemplou todos os tópicos e aspectos de importância abordados?	
8	Houve uma definição da precisão, escala e unidades na apresentação gráfica ou tabular de dados quantitativos ou qualitativos?	
9	Demonstrou conhecimento do assunto abordado durante a apresentação?	
10	Demonstrou conhecimento do assunto abordado durante a arguição?	
(Valor de cada item: 0 a 1 ponto)		Valor total
Data: / /	Nome	Assinatura
Avaliador		



ANEXO J
ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS
BIBLIOTECA CENTRAL
BIBLIOTECA DIGITAL DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA NA
BIBLIOTECA DIGITAL DA ESBAM

1. Identificação do Material Bibliográfico: Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

2. Identificação do Autor/TCC

Curso: _____

Título: _____

Palavras – Chave: _____

Autor: _____

RG: _____

CPF: _____

Orientador: _____

RG: _____

CPF: _____

Co-Orientador: _____

RG: _____

CPF: _____

Número de Foliagens: _____

Data da Defesa: _____

Data da Entrega do Arquivo na Coordenação: _____

3. Informações de Acesso ao Documento

Este trabalho é confidencial?

Sim

Não

Ocasionará em Registro de Patente?

Sim

Não

Pode ser liberado para publicação? ?

Sim

Não

Em caso de publicação parcial assinale as permissões:

Sumário

Capítulos, especifique: ()

Bibliografia

Outras

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação supracitada, autorizo a Biblioteca Central da ESBAM a disponibilizar gratuitamente em qualquer meio sem ressarcimento dos direitos autorais de acordo com a Lei nº 9610/98, para fins de leitura, impressão ou download, a título de divulgação da produção científica gerada na ESBAM, a partir desta data.

Assinatura do Autor

Assinatura do Orientador

Local e Data: _____

PARTE III
ARTIGO CIENTÍFICO

3 DA ORGANIZAÇÃO DO TCC (ARTIGO)

Artigo científico, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR 6022:2003), é um texto com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, processos, técnicas e resultados nas diversas áreas do conhecimento.

A ABNT reconhece dois tipos de artigos: **artigo original**: quando apresenta temas ou abordagens próprias. Geralmente relata resultados de pesquisa e é chamado em alguns periódicos de artigo científico. E o **artigo de revisão**: quando resume, analisa e discute informações já publicadas. Por serem destinados à publicação em revistas e periódicos científicos, sejam eles impressos ou online, esta modalidade de trabalho tem por finalidade, segundo Severino (2007, p. 208), “registrar e divulgar, para público especializado, resultados de novos estudos e pesquisas sobre aspectos ainda não explorados ou que expressem novos aspectos sobre questões em discussão no meio científico.”

Alguns cursos de graduação desta IES também podem decidir em Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Artigo, fazendo uso da normatização definida pela IES, a que consta neste manual ou definida pela revista a ser escolhida pelo aluno e seu orientador. No caso de escolha utilizando normatização de revista indexada, como no caso do curso de Medicina Veterinária, o TCC deve ser em dois capítulos, sendo o primeiro a revisão de literatura e o segundo o artigo propriamente dito. Revista esta, cujo seus artigos são cadastrados em uma base de dados. Já o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas utilizará a normatização deste manual para elaboração do artigo, sendo este em dois capítulos: o primeiro a revisão de literatura e o segundo o artigo (segundo a normatização deste manual) propriamente dito.

De acordo com Testa (1998, p.234) revista indexada trata-se de:

“[...] uma revista científica cujos artigos são cadastrados em uma base de dados. As fontes indexadoras possuem critérios para a seleção dos documentos a serem indexados. No processo de avaliação e seleção de novos títulos para cobertura em bases de dados, ou para exclusão de uma publicação, fatores qualitativos e quantitativos são considerados. Os padrões na apresentação da publicação, assim como a observação de convenções editoriais internacionais, são itens que asseguram a qualidade de um periódico. "Essas convenções incluem títulos de revistas comunicativos, títulos de artigos e resumos inteiramente descritivos, dados bibliográficos completos em todas as referências citadas e endereços completos de cada autor" (Testa, 1998, p. 234).

Segundo o mesmo autor, títulos dos artigos em inglês, resumos e palavras-chave são essenciais. A aplicação do processo de revisão por pares (peer-review) é outro indicador dos

padrões de qualidade de uma publicação. A internacionalidade de uma revista, o corpo editorial representativo e, principalmente, a periodicidade regular são fatores determinantes para a seleção da revista. Os indicadores não são considerados isoladamente, mas ao contrário, a combinação e inter-relação dos dados determinam os pontos fortes e fracos de uma determinada publicação.

O curso que definir seu Trabalho de Conclusão de Curso em forma de artigo, não envolvendo a escolha de Revista Indexada, deve seguir a normatização deste manual para elaboração do Artigo.

3.1 TÍTULO E SUBTÍTULO EM LÍNGUA VERNÁCULA

O título e subtítulo (se houver) devem figurar na página de abertura do artigo, diferenciados tipograficamente ou separados por dois-pontos (:) e na língua do texto conforme NBR 6022/2003, fonte tamanho 12, em Times New Roman a 3 cm da borda superior do papel A4 (NBR 14724/2011). O título em negrito, as palavras devem ser grafadas em maiúsculas e o subtítulo em negrito, as palavras do subtítulo em minúsculas, separadas entre si por 1 espaço simples.

Exemplo nº 1 – Título e subtítulo

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: alternativa para a economia tributária, visando resultados positivos de caixa

3.2 AUTOR (ES)

A NBR 6022/2003 estabelece que o nome do autor ou nomes dos autores virá logo abaixo do título, com espaço de 1,5 (NBR14724/2011) e serão assinalados com 1 asterisco * para o autor principal e 2 asteriscos** para o orientador, conforme exemplo abaixo.

Exemplo nº 2 – Autor (es)

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: alternativa para a economia tributária, visando resultados positivos de caixa

Lucilene Moraes*

Ilsa Maria Honório Valois Coelho**

3.3 RESUMO NA LÍNGUA DO TEXTO

Em seguida dos nomes dos autores com espaço de 1 toque de 1,5 (NBR14724/2011) o resumo na língua do texto, com no mínimo de 100 e no máximo de 250 palavras (NBR 6028/2003). A palavra RESUMO será grafada em maiúscula e em negrito, posicionada a 3 cm da margem esquerda da folha. O texto do resumo será digitado em tamanho 12, tendo as linhas do texto separadas por 1 espaço simples. O texto será separado da palavra RESUMO por 1 espaço de 1,5 (NBR14 724/2011). O texto do RESUMO será digitado em um parágrafo justificado a direita, com vários tópicos frasais, conforme modelo. (NBR 6028/2003).

Exemplo nº 3 – Resumo

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: alternativa para a economia tributária, visando resultados positivos de caixa

Lucilene Moraes*

Ilsa Maria Honório Valois Coelho**

RESUMO

Este artigo analisa o planejamento tributário com vistas à economia tributária, especificamente, como alternativa para que o planejador tributário projete ações que evitem a incidência, diminua, ou postergue o pagamento do tributo. Para a execução da pesquisa fez-se revisão bibliográfica em autores especialistas no assunto planejamento tributário, distinguindo planejamento tributário de economia tributária. Explica-se que planejamento tributário é alternativa para a economia de tributos, como também se demonstra a redução da carga tributária através do planejamento tributário, além de diferenciar o que é evasão fiscal, sonegação, inadimplência fiscal, simulação e fraude à Lei com a finalidade de responder o problema e as hipóteses propostas.

3.4 PALAVRAS-CHAVE NA LÍNGUA DO TEXTO

Elemento obrigatório, serão apresentadas na língua do texto no mínimo de 3 e máximo de 5 palavras-chave, conforme a NBR 6028/2008. Ao final do resumo a 1 espaço de 1,5 do texto do resumo serão posicionadas as palavras-chave, antecedidas da expressão em negrito **Palavras-chave:** separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto, conforme exemplo.

Exemplo nº 4 – Palavras-chave

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: alternativa para a economia tributária, visando resultados positivos de caixa

Lucilene Moraes*

Ilsa Maria Honório Valois Coelho**

RESUMO

Este artigo analisa o planejamento tributário com vistas à economia tributária, especificamente, como alternativa para que o planejador tributário projete ações que evitem a incidência, diminua, ou postergue o pagamento do tributo. Para a execução da pesquisa fez-se revisão bibliográfica em autores especialistas no assunto planejamento tributário, distinguindo planejamento tributário de economia tributária. Explica-se que planejamento tributário é alternativa para a economia de tributos, como também se demonstra a redução da carga tributária através do planejamento tributário, além de diferenciar o que é evasão fiscal, sonegação, inadimplência fiscal, simulação e fraude à Lei com a finalidade de responder o problema e as hipóteses propostas.

Palavras-chave: Planejamento tributário. Economia de tributos. Carga tributária. Redução

3.5 BREVE CURRÍCULO DOS AUTORES

Ao pé da página, posicionar uma linha de 5 cm a contar da margem esquerda para a direita, 3 cm, em tamanho 10, um breve currículo do autor e orientador, indicando graduação, pós-graduação, titulação e a instituição onde realizou os cursos, além do endereço eletrônico. Da linha para os dados dos autores 1 espaço simples, conforme exemplo. Estes dados serão digitados a 2 cm da margem inferior.

Exemplo 5 – Breve Currículo dos Autores**PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: alternativa para a economia tributária, visando resultados positivos de caixa**

Lucilene Moraes*

Ilsa Maria Honório Valois Coelho**

RESUMO

Este artigo analisa o planejamento tributário com vistas à economia tributária, especificamente, como alternativa para que o planejador tributário projete ações que evitem a incidência, diminua, ou postergue o pagamento do tributo. Para a execução da pesquisa fez-se revisão bibliográfica em autores especialistas no assunto planejamento tributário, distinguindo planejamento tributário de economia tributária. Explica-se que planejamento tributário é alternativa para a economia de tributos, como também se demonstra a redução da carga tributária através do planejamento tributário, além de diferenciar o que é evasão fiscal, sonegação, inadimplência fiscal, simulação e fraude à Lei com a finalidade de responder o problema e as hipóteses propostas.

Palavras-chave: Planejamento tributário. Economia de tributos. Carga tributária. Redução

* Graduanda em Direito pela.....

* Professora orientadora de TCC do Curso de Graduação

3.6 TÍTULO, E SUBTÍTULO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

O título, e subtítulo (se houver) serão traduzidos em língua estrangeira, pode ser em língua inglesa ou língua espanhola. Não é necessário colocar a autoria.

Exemplo 6 – Título em língua inglesa

TAX PLANNING: Alternative to the tax economy, aiming at positive cash results

3.7 RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Elemento obrigatório, versão do resumo na língua do texto, para idioma de divulgação internacional, com as mesmas características (em inglês *Abstract*, em espanhol *Resumen*, em francês *Résumé*, por exemplo).

Exemplo 7 – Resumo em língua estrangeira

ABSTRACT

This article presents globalization as a factor of great influence on the development of micro and small enterprises. Keep up with the changes brought by it is fundamental to what a company can survive in the current competitive market. A company that works only in the home is subject to the threats of the external environment, this is the reality of micro and small businesses in the Federal District. Global marketing strategies proposed for the homogenias conquest of global customers, however, it also analyzes the factors that contribute to the non-acceptance of the product by international customers, forcing the company to adapt to the needs and demands of the market.

3.7 PALAVRAS-CHAVE EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Elemento obrigatório, versão das palavras-chave na língua do texto para a mesma língua do resumo em língua estrangeira (em inglês *Keywords*, em espanhol *Palabras clave*, em francês *Mots-clés*, por exemplo).

Exemplo 8 – Palavras-chave em língua estrangeira

ABSTRACT

This article presents globalization as a factor of great influence on the development of micro and small enterprises. Keep up with the changes brought by it is fundamental to what a company can survive in the current competitive market. A company that works only in the home is subject to the threats of the external environment, this is the reality of micro and small businesses in the Federal District. Global marketing strategies proposed for the homogenias conquest of global customers, however, it also analyzes the factors that contribute to the non-acceptance of the product by international customers, forcing the company to adapt to the needs and demands of the Market

Keywords: Tax planning. Tax saving. Tax burden. Reduction

3.8 OS ELEMENTOS QUE COMPÕEM O TEXTO

Os elementos que compõem o texto conforme a NBR 6022/2003, são: introdução, desenvolvimento e conclusão.

INTRODUÇÃO

Parte inicial do artigo, onde deve constar a delimitação do assunto tratado, os objetivos da pesquisa e outros elementos necessários para situar o tema do artigo. A palavra introdução será grafada **1 INTRODUÇÃO**. Conforme orientação da NBR 14 724/2011 e NBR 6022/2003, o indicativo numérico, em algarismo arábico, de uma seção precede seu título, alinhado à esquerda, separado por um espaço de caractere.

O texto da **1 INTRODUÇÃO** será digitado em Times New Roman, fonte tamanho 12, observar o espaço de 1 toque de 1,5 da palavra INTRODUÇÃO para o texto. Entre as linhas 1 espaço de 1,5. É obrigatório o recuo do parágrafo conforme as Regras Gramaticais da Língua Portuguesa falada no Brasil. Fazer o recuo para o parágrafo de 1,25 cm de entrada da margem esquerda para a direita. Observar exemplo nº 06

OBSERVAÇÃO: somente os títulos: errata, agradecimentos, lista de ilustrações, lista de abreviaturas e siglas, lista de símbolos, resumos, sumário, glossário, apêndice (s), anexo (s) e índice (s) **são considerados títulos sem indicativo numérico**, portanto, não se usa números nesses títulos, conforme a NBR 14 724/2011, os demais títulos como: introdução, desenvolvimento (dividido em seção e subseção) e conclusão **tem indicativo numérico em arábico**.

DESENVOLVIMENTO

Parte principal do artigo, que contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto tratado. Divide-se em seções e subseções, conforme a NBR 6024:2003 - Numeração progressiva das seções de um documento escrito, que variam em função da abordagem do tema e do método.

O desenvolvimento é composto do referencial teórico, dividido em subseções, da metodologia, dividida em subseções e do resultado da pesquisa dividido em subseções. O texto do desenvolvimento é digitado em fonte Times new Roman em tamanho 12, para as citações com mais de 3 linhas usar fonte menor (NBR 14 724/2011).

O espaço entre os títulos e subtítulos e deste para o texto é de 1 toque de 1,5, assim como do texto que os precedem e que os sucedem, conforme a NBR14724/2011. Os títulos das seções e subseções são posicionados a esquerda a 3 cm da borda da folha de papel A4 (21cm x 29,7cm).

A numeração progressiva observar as instruções da NBR 6024:2003-Numeração progressiva das seções de um documento escrito. Serão usados de preferência até 3 dígitos na numeração progressiva das seções e subseções, porém, se necessário, deve-se limitar a numeração progressiva até a seção quinária, conforme recomendação da NBR 6024/2003.

Os títulos das seções primárias são digitados em tamanho12, letras maiúsculas negritadas. Os títulos das seções secundárias são digitados em tamanho12, letras maiúsculas sem negrito. Os títulos das seções terciárias serão digitados em tamanho 12, em negrito, tendo apenas a primeira letra em maiúscula, excetuando-se no caso de nomes próprios e simulares. Os títulos da seção quaternária serão digitados em tamanho 12, sem negrito, tendo apenas a primeira letra em maiúscula, excetuando-se no caso de nomes próprios e simulares. E os títulos da seção quinária serão digitados sem negrito, tendo apenas a letra inicial do título em maiúsculas e em itálico. Observar exemplos retirados do texto do artigo que serve de modelo neste Manual.

METODOLOGIA

Nesta seção o pesquisador trata dos métodos, tipos de pesquisas, técnicas, instrumento de coleta de dados, universo e amostra da pesquisa.

Lakatos; Marconi (2003, p.83) definem método como: “O conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo –

conhecimentos válidos e verdadeiros - traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões dos cientistas”.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção o aluno/pesquisador apresenta os resultados, análise e interpretação dos dados, além de oferecer informações para a conclusão do artigo.

CONCLUSÃO

Parte final do artigo, na qual se apresentam as conclusões correspondentes aos objetivos e hipóteses. Nesta seção devem estar a síntese do trabalho, as conclusões relacionadas às hipóteses ou indagações e principalmente aos objetivos enunciados na Introdução. Os relatos devem ser breves, baseando-se apenas nos dados comprovados, evitando repetir ou fazer mera transcrição dos resultados obtidos. Citações não devem ser usadas neste item.

Evitar usar no texto da conclusão os termos: Acredito, sabe-se. Na conclusão não cabe esses termos, porque aqui, o autor/pesquisador finaliza a pesquisa confirmando as indagações, ou as afirmações iniciais (hipóteses), por isso, tem que ser categórico.

REFERENCIAS

Elemento obrigatório, elaborado conforme a NBR 6023. Segundo a NBR6023/2002 - Informação e documentação - Referências - Elaboração, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, referência é o conjunto padronizado de elementos descritivos, retirados de um documento, que permite sua identificação individual.

A NBR 6023 tem por objetivo estabelecer elementos a serem incluídos em referências, fixando a ordem dos elementos das referências estabelecendo convenções para transcrição e apresentação da informação originada de documentos e outras fontes de informação.

A finalidade da NBR6023/2002 é a orientação para a preparação e compilação de referências de material utilizado na produção de documentos.

3.9 ELEMENTOS DA REFERÊNCIA

A referência é constituída de elementos essenciais e quando necessário de elementos complementares.

1.1 Elementos essenciais: são informações indispensáveis à identificação do documento. Estão estritamente vinculados ao suporte documental e variam, portanto, conforme o tipo.

1.2 Elementos complementares: são informações que, acrescentadas aos elementos essenciais, permitem melhor caracterizar o documento.

3.9.1 Regras Gerais de Apresentação

3.9.1.1 Os elementos essenciais e complementares da referência devem ser apresentados em sequência padronizada.

3.9.1.2 As referências são alinhadas à margem esquerda e de forma a se identificar individualmente cada documento.

3.9.1.3 O recurso tipográfico (negrito, grifo ou itálico) utilizado para destacar o elemento título deve ser uniforme em todas as referências de um mesmo documento. Isto não se aplica às obras sem indicação de autoria, ou de responsabilidade, cujo elemento de entrada é o próprio título, já destacado pelo uso de letras maiúsculas na primeira palavra, com exclusão de artigos (definidos e indefinidos) e palavras monossilábicas.

3.9.1.4 As referências devem ser digitadas, usando espaço simples entre as linhas e um espaço simples para separá-las.

3.9.1.5 As abreviaturas devem seguir a NBR10522.

3.9.1.6 A ordenação das referências a serem utilizadas no artigo será a alfabética (sistema autor data). Quando for referenciado um autor com várias obras observar a ordem cronológica do menor para o maior.

3.9.1.7 As referências devem obedecer, uma padronização do início ao fim das referências. Exemplo: ao optar pela utilização de elementos complementares, estes devem ser incluídos em todas as referências daquela lista. Se optar por negritar os títulos, todos os títulos das referências devem ser negritados, assim como se usar itálico ou sublinhado. Não usar as três formas juntas nas referências. De preferências usar o negrito nos títulos principais das referências.

3.9.1.8 As referências devem ser listadas no final do trabalho.

ANEXO A: MODELO DE ARTIGO**PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO ALTERNATIVA PARA A ECONOMIA TRIBUTÁRIA, VISANDO RESULTADOS POSITIVOS DE CAIXA****TAX PLANNING AS AN ALTERNATIVE TO THE TAX SAVINGS, AIMING AT POSITIVE RESULTS OF BOX**

Lucilene Moraes*

Ilsa Maria Honório Valois Coelho**

RESUMO

Este artigo analisa o planejamento tributário com vistas à economia tributária, especificamente, como alternativa para que o planejador tributário projete ações que evitem a incidência, diminua, ou postergue o pagamento do tributo. Para a execução da pesquisa fez-se revisão bibliográfica em autores especialistas no assunto planejamento tributário, distinguindo planejamento tributário de economia tributária. Explica-se que planejamento tributário é alternativa para a economia de tributos, como também se demonstra a redução da carga tributária através do planejamento tributário, além de diferenciar o que é evasão fiscal, sonegação, inadimplência fiscal, simulação e fraude à Lei com a finalidade de responder o problema e as hipóteses propostas.

Palavras-chave: Planejamento tributário. Economia de tributos. Carga tributária. Redução

ABSTRACT

This article analyzes the tax planning with a view to tax savings, specifically as an alternative to the tax Planner to design actions that avoid the incidence, decrease, or delay the payment of tribute. For the execution of the research literature review was made in authors subject matter experts, distinguishing between tax planning tax planning tax savings. Explains what is tax planning is an alternative to the tax savings, but also demonstrates the reduction in the tax burden through tax planning, in addition to differentiate what is tax avoidance, tax evasion, tax delinquency, simulation and fraud to the law in order to respond to the problem and the proposed hypotheses.

Keywords: tax planning. Tax saving. Tax burden. Reduction

* Graduanda em Direito pela ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS.

**Professora orientadora de TCC do Curso de Graduação da ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS

1 INTRODUÇÃO

Toda empresa tem uma estrutura de custos, na qual se inclui o custo tributário, que representa a boa parcela de consumo do lucro. Toda empresa também busca meios legais que possam diminuir o custo tributário. Dessa, e por essa necessidade surge a figura do planejamento tributário com o objetivo de projetar os custos relativos ao pagamento dos tributos.

A Lei 6.404/76 (Lei das S/A) no artigo 153 prevê que a empresa através de seus sócios e administradores a obrigação de realizar o planejamento tributário. No Brasil, existe uma alta carga tributária que dificulta o crescimento econômico das empresas.

Desta forma, esse artigo tem a finalidade de analisar o planejamento tributário com vistas a economia tributária, especificamente, como alternativa para que o planejador tributário projete ações que evitem a incidência, diminua, ou postergue o pagamento do tributo, justificando-se assim, a realização do mesmo.

Para a execução da pesquisa, esta foi delimitada em: Planejamento tributário como alternativa para a economia tributária, visando resultados positivos de caixa.

O problema da pesquisa foi estabelecido em: É possível através do planejamento tributário a economia tributária nas empresas, uma vez que no Brasil por causa da alta carga tributária dificulta o crescimento econômico das empresas? As hipóteses respondem inicialmente ao problema: 1) O planejamento tributário possibilita a economia tributária nas empresas, evitando assim o fechamento de empresas com poucos dias ou poucos anos de abertura. 2) O planejamento tributário não possibilita a economia tributária nas empresas, por conseguinte não evita o fechamento de empresas com poucos dias ou poucos anos de abertura.

Os objetivos da pesquisa foram definidos em geral e específicos. O objetivo geral tem por finalidade analisar o planejamento tributário com vistas a economia tributária. Especificamente a pesquisa faz distinção de planejamento tributário de economia tributária, para explicar porque o planejamento tributário é uma alternativa para a economia de tributos, como também demonstrar a redução da carga tributária através do planejamento tributário, além de diferenciar o que é evasão fiscal, sonegação, inadimplência fiscal, simulação e fraude à Lei.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

2.1.1 O que é?

Toda empresa possui sua estrutura de custos, dentro da qual está incluso o custo tributário, o que representa boa parcela de consumo do lucro. Com objetivo de reduzir tais custos, houve a necessidade de buscar meios legais, meios esses que possibilitassem a redução do custo tributário. Nasce então, a figura do planejamento tributário, onde se dá o ato de projetar o pagamento do tributo.

No entanto, para se livrar do famigerado fardo tributário as empresas têm duas vias, quais sejam: a legalidade e a ilegalidade. Ao escolher a segunda, estará optando pela sonegação, evasão fiscal, ou fraude fiscal, ao passo que seguindo o caminho legal estará se utilizando da elisão fiscal, também chamada de economia legal, que se traduz no Planejamento tributário.

Para se entender melhor o que é planejamento tributário buscou-se no Código Tributário Nacional (CNT) o que é tributo. No artigo 3º do Código encontra-se a seguinte definição: “Art. 3º - Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Com base na definição do CNT, sobre tributo, é possível entender com mais precisão o que é planejamento tributário. Fabretti (2006, p.32) diz que:

Planejamento tributário é o estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas, denomina-se Planejamento Tributário, que exige antes de tudo, bom senso do planejador.

É uma atividade empresarial que é desenvolvida somente de forma preventiva, projetando os atos e fatos administrativos com a finalidade de informar quais os ônus tributários em cada uma das ações disponíveis. (OLIVEIRA, 2003).

Planejamento Tributário é a atividade empresarial que, desenvolvendo-se de forma estritamente preventiva, projeta os atos e fatos administrativos com o objetivo de informar quais os ônus tributários em cada uma das opções legais disponíveis. O objeto do planejamento tributário é, em última análise, a economia tributária. Cotejando as várias opções legais, o administrador obviamente procura orientar os seus passos de forma a evitar, sempre que possível, o procedimento mais oneroso do ponto de vista fiscal. (OLIVEIRA, 2003).

O planejamento tributário tornou-se uma ferramenta de fundamental importância para a redução das despesas e, conseqüentemente, para a tomada de decisão dos empreendedores, consistindo em excluir, diminuir e retardar os tributos.

Na visão de Borges (2002, p.75), planejamento tributário:

É uma técnica que projeta as operações, visando conhecer as obrigações fiscais pertinentes a cada uma das alternativas legais que lhes são aplicáveis, para, em seguida, adotar aquela que possibilita emprego de procedimento tributário legitimamente inserido na esfera de liberdade fiscal.

O profissional que for executar um planejamento tributário deverá dominar a legislação vigente e saber como melhor aplicá-la no contexto da entidade estudada, para dentre as alternativas escolher aquela que diminuirá ou retardará o ônus fiscal.

Borges (2002, p. 75) diz que há três tipos de planejamento tributário:

- 1) Planejamento, que tem por objetivo a anulação do ônus fiscal: nesse caso, o planejamento é voltado a impedir a concretização das hipóteses legais de incidências tributárias, mediante o emprego de estruturas e formas jurídicas, articulando o empreendimento ou a atividade econômico-mercantil.
- 2) Planejamento que tem por objetivo a redução do ônus fiscal: o planejamento tributário deve organizar o empreendimento ou atividade econômico-mercantil, de modo que possibilite a concretização de hipóteses legais de incidência tributária, resultando em uma redução do ônus fiscais.
- 3) Planejamento que tem por objetivo o adiamento do ônus fiscal: esse planejamento visa que o empreendimento ou a atividade econômica mercantil se encontre em uma das seguintes situações: - deslocamento da ocorrência do fato gerador; - procrastinação do lançamento ou pagamento do imposto.

Segundo Chaves (2010) planejamento tributário “é a escolha da ação menos onerosa em termos tributários; o contribuinte tem que evitar a simulação fiscal”.

Silva Junior (2003, p.38) ressalta que quando se refere a planejamento tributário “significa que devemos analisar examinar e refletir sobre as operações e fatos com antecedência, para anteciparmos a solução que melhor se ajuste ao potencial problema identificado”.

É importante ressaltar que o planejamento tributário evitará possíveis prejuízos a empresa. A Lei 6.404/1976 que dispõe sobre as Sociedades por Ações, estabelece a obrigatoriedade do planejamento tributário por parte dos administradores de qualquer companhia.

Young (2008) afirma que o planejamento tributário “visa em especial a três aspectos: evitar a incidência do fato gerador; reduzir o valor do tributo a pagar, seja através da aplicação

da alíquota ou formação da base de cálculo; e postergar o pagamento do tributo, sem, contudo, ocorrer a incidência de penalidades fiscais (multa e juros)”.

No dizer de Gubert (2005, 152-153, apud YOUNG, 2008, p.99) Planejamento Tributário “é o conjunto de condutas, comissivas ou omissivas, da pessoa física ou jurídica, realizadas antes ou depois da ocorrência do fato gerador, destinadas a reduzir, mitigar, transferir ou postergar legal e licitamente os ônus dos tributos”.

O planejamento tributário, portanto, é um conjunto de prerrogativas legais que visam mitigar a geração de tributos, cabendo ao gestor tributário da empresa conhecer a legislação vigente e buscar brechas e oportunidades que lhes permita reduzir ao máximo o peso fiscal imposto pelo ente tributante.

2.2 ECONOMIA TRIBUTÁRIA

Zanluca (PORTAL TRIBUTÁRIO) diz que o termo economia tributária relaciona-se à obtenção, de forma lícita (legal, dentro da lei), de redução do pagamento de um ou mais tributos devidos pelo contribuinte. Se o contribuinte pretende diminuir os seus encargos tributários, poderá fazê-lo legal ou ilegalmente. A maneira legal chama-se elisão fiscal ou economia legal (planejamento tributário) e a forma ilegal denomina-se sonegação fiscal.

Como promover economia tributária com a finalidade de obtenção da redução de encargos devidos ao governo no faturamento (receita) empresarial. Como exemplo cita-se que no Brasil, há 3 sistemas de tributação: Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional. Caso o contribuinte tenha a possibilidade de optar pelo sistema mais econômico o simples nacional, poderá obter significativa economia de pagamento de tributos sobre o faturamento (ICMS, IPI, PIS e COFINS) e também sobre o lucro (IRPJ e CSLL).

O nível de tributação sobre os produtos e serviços no Brasil é absurdo, chegando a inviabilizar vários negócios. Daí a necessidade imperiosa de se promover economia tributária. É imprescindível que os gestores empresariais se debrucem em alternativas para minimizar a carga fiscal sobre suas operações, visando oferecer preços mais compatíveis (em comparação com os preços internacionais de produtos similares).

Outra possibilidade para promover economia tributária que deve ser considerada pelo contribuinte é a utilização de benefícios e incentivo fiscais previstos na legislação, como o [ressarcimento do PIS e COFINS ao exportador](#), utilização do regime [Drawback](#), entre outros benefícios.

2.3 EVASÃO FISCAL X ELISÃO FISCAL

Diante do exposto sobre planejamento tributário, há escolhas lícitas, decorrentes de ações ou projetos, anteriores à ocorrência do fato jurídico tributário, com o objetivo de reduzir o ônus tributário. Contudo, o ato de se planejar do contribuinte sempre foi visto pelo Fisco com ressalvas, pois pode ocorrer o chamado “abuso de direito” e, assim, é suscetível de enquadramento como simulação. Por este motivo há limites impostos ao planejamento tributário. É importante, ainda, observar quando se pretende realizar um planejamento tributário, a diferença entre elisão e evasão fiscal, pois o primeiro é a forma lícita de planejamento e o segundo é a forma ilícita. (STADELLA, 2014).

De acordo com Cassone (1997, p.191) “evadir é evitar, reduzindo o pagamento do tributo devido, reduzindo-lhe o montante ou postergar o momento em que se torne exigível, por atos ou omissões do sujeito passivo, posteriores à ocorrência do fato gerador”. A evasão consiste na forma ilícita de economia de tributos, se utilizando de atos ilegais ou fraudulentos para concretizar essa economia.

Alexandre (2007, p.287-289) define evasão fiscal como:

uma conduta ilícita em que o contribuinte, normalmente após a ocorrência do fato gerador, pratica atos que visam a evitar o conhecimento do nascimento da obrigação tributária pela autoridade fiscal. Aqui o fato gerador ocorre, mas o contribuinte o esconde do Fisco, na ânsia de fugir à tributação.

Conforme explicado por Alexandre (2007) o contribuinte se utiliza de maneira ardilosa objetivando o não pagamento do tributo, não importando se foi antes ou depois do nascimento da obrigação tributária. Aqui são empregados meios ilícitos, como a sonegação, simulação e fraude. A sonegação é o efeito de ocultar o fato gerador, não permitindo os mecanismos fiscais de ocorrência ao fato gerador.

A Lei nº 4.729/1965 em seu artigo 1º define o crime de sonegação fiscal como:

Art 1º Constitui crime de sonegação fiscal: I - prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributos, taxas e quaisquer adicionais devidos por lei; II - inserir elementos inexatos ou omitir, rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública; III - alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Fazenda Pública; IV - fornecer ou emitir documentos gratuitos ou alterar despesas, majorando-as, com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Pública, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis. V - Exigir,

pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário da paga, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida do imposto sobre a renda como incentivo fiscal.

A Lei nº 4.729/1965, nos casos de sonegação, este artigo 1º prevê pena de seis meses a dois anos, e multa de duas a cinco vezes o valor do tributo.

De acordo com Magalhães e Arruda (2007, p. 92) em relação ao conceito de simulação, dizem:

Não há um único conceito para defini-la. Defendemos como aplicável ao direito tributário um conceito civilista tradicional de simulação, em que o principal requisito para caracterizá-la é a existência de um acordo simulatório, costumam ser apontados como essenciais à caracterização da simulação a finalidade de enganar terceiros e a divergência internacional entre a vontade interna e a declaração de vontade.

Desta forma, para que ocorra simulação fiscal, pressupõe-se a existência de um acordo entre as partes com a finalidade de iludir o Fisco, onde o negócio jurídico praticado não corresponde aquele efetivamente celebrado entre as partes.

Melo (1998, p. 74) prevê que na fraude ocorre violação ao comando normativo, mediante omissão de receitas, adulteração de documentos, indicação de valores a recolher divergentes dos valores escriturados, manutenção de duplicatas a pagar, quando já foram quitadas (passivo fictício), saldo do credor de caixa etc.

Diante do exposto, fica claro o caráter intencional na prática da evasão como característica de um crime fiscal.

Carvalho (2009) diz que elisão fiscal é o mesmo que planejamento tributário. É a execução de procedimentos, antes do fato gerador, legítimos, éticos, para reduzir, eliminar ou postergar a tipificação da obrigação tributária, caracterizando, assim, a legitimidade do planejamento tributário.

Planejamento Tributário (Elisão Fiscal) é uma conduta lícita do contribuinte antes da ocorrência do fato gerador, que ele pratique sem que esteja revestida de nenhuma prática simulatória, com a qual ele obtenha uma menor carga tributária legalmente possível. O planejamento tributário surge muitas vezes das brechas encontradas na legislação e, por isso mesmo, há defensores de que o sistema tributário deveria ser simples, acreditando que, dessa maneira, o legislador estaria protegido da elisão. (CARVALHO, 2009)

Diferentemente de Elisão Fiscal a Evasão Fiscal: são procedimentos adotados após o fato gerador, por exemplo a omissão de registros em livros fiscais próprios, utilização de documentos inidôneos na escrituração contábil e a falta de recolhimento de tributos apurados.

Em função disso causa enormes prejuízos aos negócios, ao governo e por extensão à sociedade como um todo. De acordo com Malkowski (2000, p. 32) “A evasão tributária designa a fuga de pagar tributo, onde o indivíduo adota procedimentos ilícitos como artifício para mascarar o fato gerador”.

Segundo Fabretti (2005) a evasão fiscal é cometida após a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária com objetivo de fugir ou ocultá-la. A mesma está prevista na Lei nº 8137/90 que trata dos crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo.

A jurisprudência se posiciona diferente de Fabretti (2005), sobre a configuração da evasão fiscal, da seguinte forma: “Se os atos praticados pelo contribuinte, para evitar, retardar ou reduzir o pagamento de um tributo, foram praticados antes da ocorrência do respectivo fato gerador, trata-se de evasão fiscal”. Isto porque, se o contribuinte agiu antes de ocorrer o fato gerador, a obrigação tributária específica ainda não tinha surgido, e, por conseguinte, o fisco nada poderá objetar se um determinado contribuinte consegue, por meios lícitos, evitar a ocorrência de fato gerador. Na verdade, a evasão pode ocorrer antes ou após o fato gerador.

2.4 SONEGAÇÃO X INADIMPLÊNCIA FISCAL

A sonegação fiscal decorre de atos simulados após a ocorrência do fato gerador, onde o indivíduo adota procedimentos ilícitos como artifício para mascarar, impedir ou retardar, total ou parcialmente a ocorrência da obrigação tributária de modo a reduzir o montante do imposto devido. Atualmente os crimes de sonegação fiscal, recebem a denominação de crimes contra a ordem tributária, com base na Lei nº 8.137 de 27 de dezembro de 1990.

É considerado crime por sonegação fiscal a apropriação indébita previdenciária, conforme a Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o plano de custeio da seguridade social. A partir da promulgação da Lei nº 9.983, de 14 de julho de 2000, contudo, o crime foi tipificado no artigo 168-A do Código Penal e a sonegação de contribuição previdenciária também do art. 337-A do Código Penal 1º e 2º da Lei nº 8.137 de 27/12/90, encontra-se o rol de condutas que podem constituir crime contra a ordem tributária. Portanto, que os delitos considerados sonegações fiscais (crimes contra a ordem tributária e apropriação

indébita previdenciária), são verdadeiras fraudes, simulações, falsificações, apropriações indevidas etc. Omissão, fraudar o Fisco, ou jamais recolher o tributo devido, nessa hipótese, fraudulenta é previsto no inciso I do artigo 1º da Lei nº 8.137/90.

Segundo o Dicionário Didático (2009, p. 442) inadimplência é um substantivo feminino que significa: “situação de quem não pode cumprir com um contrato”. Assim, o simples fato de não pagar um tributo, dentro do prazo de vencimento, caracterizará uma mera inadimplência fiscal ou inadimplemento de uma obrigação tributária de natureza não criminal. Para exemplificar, vale transcrever decisões judiciais recentes sobre o tema.

2.5 SIMULAÇÃO E FRAUDE À LEI

Simulação é uma declaração enganosa da vontade, visando produzir efeito diverso do verdadeiro. Há simulação quando o ato existe apenas aparentemente; é um ato fictício, que encobre e disfarça a realidade. Os terceiros lesados poderão demandar a nulidade dos atos simulados, ou os representantes do Poder Público, a bem da lei, ou da Administração Tributária.

No art. 167 § 1º do Código Civil, haverá simulação nos negócios jurídicos quando: “I – aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem; II contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira; III – os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados”.

Fraude à Lei: no âmbito do Direito Tributário é mais propensa, ainda que alguns argumentem não ser a norma tributária sujeita a fraudes, pois o que se frauda é o Fisco e não a norma.

A definição legal de fraude encontra-se no art. 72 da Lei 4.502/64, que a conceitua como sendo: “Toda ação ou omissão dolosa, tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar a suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido, ou a evitar ou diferir o seu pagamento”.

A partir das diferenças expostas, não deixa dúvida que o planejamento tributário não visa simular determinada forma jurídica para instrumentar inadequadamente uma realidade econômica. Muito pelo contrário é um procedimento legal que tem por finalidade realizar atos admitidos em lei para os quais não é indagada a intenção dos agentes, ou seja, onde a conduta é irrelevante do ponto de vista fiscal. Logo, no planejamento tributário são lícitos os meios e

os processos utilizados, se os atos são praticados antes da ocorrência do fato gerador e se não há simulação, tem-se por absolutamente lícito e legítimo o negócio jurídico indireto que vise à ocorrência fiscal.

3 METODOLOGIA

A pesquisa é caracterizada pela pesquisa qualitativa tendo como método de abordagem o indutivo.

Gressler (2004, apud SOUZA; FEITOSA, 2012) é de opinião que a pesquisa qualitativa visa a compreensão de uma realidade específica, ideográfica, cujos significados são vinculados a um dado contexto. Pesquisa qualitativa pode ser considerada um estudo dinâmico, flexível, o raciocínio é dialético e também fenomenológico, a visão da realidade é o todo, sendo subjetiva, múltipla e analisada a partir da visão dos sujeitos.

O método indutivo permite que se possa analisar o objeto para se tirar conclusões gerais, ou seja, parte do particular para o geral. Na indução, uma vez que as premissas sejam consideradas verdadeiras, a conclusão será provavelmente verdadeira. (SOUZA; FEITOSA, (Orgs.), 2012).

3.2 MÉTODOS DE PROCEDIMENTO

Os métodos de procedimentos têm papéis mais concretos quanto às etapas de investigação. A finalidade desses métodos é restringir as explicações dos fenômenos e serem menos abstratos, por serem técnicas de uso mais abrangente, pressupõe atitudes concretas em relação ao fenômeno estudado e por isso estão limitados a um domínio particular. (SOUZA; FEITOSA (Org.), 2012).

O método de procedimento desta pesquisa é o método comparativo que consiste em analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais. Pode ser utilizado em todas as fases e níveis de investigação num estudo descritivo, para averiguar analogia entre elementos de uma estrutura.

No caso desta pesquisa o método comparativo direcionou a analogia entre planejamento tributário e economia tributária, evasão fiscal, sonegação, inadimplência fiscal, simulação e fraude à Lei.

Utilizou-se a técnica do fichamento das informações retiradas da pesquisa documental e bibliográfica, com o objetivo de responder ao problema da pesquisa. A partir das fichas contendo registros de dados documentais necessários ao desenvolvimento do estudo, se terá uma visão mais dinâmica do tema proposto conforme os autores que fundamentarão a pesquisa.

Os dados coletados foram retirados de livros, artigos, manuais e outros formatos como material disponível na INTERNET.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E A ECONOMIA TRIBUTÁRIA

O Planejamento Tributário é uma forma de reduzir os impostos que poderá ter resultado positivo ou negativo. Porém, é uma ferramenta necessária para responder a carga tributária imposta as empresas brasileiras. A carga tributária torna difícil a sobrevivência dessas empresas, por isso o Planejamento Tributário Empresarial é tão necessário para diminuir o impacto que os custos totais provocam as empresas. Apesar disso, O Planejamento Tributário também é uma das ferramentas utilizada para aumentar em curto prazo o montante disponível em caixa.

O Planejamento é necessário, principalmente, como diz Castro (2000, p.6) porque:

Ninguém se organiza para pagar mais impostos. No mercado competitivo das modernas relações empresariais, o processo de planejamento, como um todo, passou a ser necessidade básica. O planejamento tributário insere-se em um procedimento amplo e geral que deve preceder a qualquer novo negócio ou alteração de rumo no mundo empresarial. Ele objetiva o que qualquer outro planejamento visa: a eficiência, em termos de dispêndio com tributos significará sempre pagar menos, dentro dos limites da lei.

Na mesma linha de pensamento de Castro (2000), Fabretti (2006, p.280) destaca que a lei sempre deixa lacunas que podem ser aproveitadas, como a seguir:

Analisando as alternativas e as lacunas (brechas) existentes na legislação, verifica-se que, através dos anos, o Fisco vem eliminando-as por sucessivas alterações da lei. Entretanto, a globalização e a abertura da economia, a criação de mercados regionais, como, por exemplo, o MERCOSUL, traz mudanças muito rápidas que criam novas alternativas e novas lacunas na lei, sempre mais lentas que a dinâmica dos fatos econômicos.

Dessa forma, como acima citado, a ideia que se tem é que planejamento tributário serve para diminuir o pagamento dos impostos. No entanto, é bom que se firme que o planejamento tributário é um estudo preventivo acerca das mais distintas modalidades de tributação existentes em o país, com a finalidade de examinar cada uma dessas modalidades, objetivando especificamente verificar qual dessas modalidades traz maior conforto financeiro quanto ao recolhimento dos tributos, seja da pessoa física ou jurídica.

Na verdade, o planejamento tributário, além de organizar a vida do contribuinte, possibilita meios legais com menor incidência tributária. No entanto, é preciso estar atento as normas fixadas pela lei, para que O Planejamento Tributário / Elisão Fiscal ou Economia Fiscal seja considerado válido. Enfim, é preciso estar em conformidade com a legislação tributária em vigor para sua validade. Haja vista, que o Planejamento Tributário é previsto na Lei 6.404/76 (Lei das S/A). Portanto, a legitimação dessa ferramenta é importante e salutar a economia empresarial, pois, possibilitará maior capitalização do negócio, com preços menores, facilitando a geração de novos empregos, além de que, os recursos economizados facilitarão novos investimentos.

4.2 ÔNUS TRIBUTÁRIO E O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Como sobreviver a globalização econômica, se não houver planejamento tributário? Para a correta administração dos tributos, o planejamento tributário é um mecanismo mais que necessário, levando em consideração as suas três finalidades, segundo Silva (2013).

A primeira finalidade diz respeito a incidência do fato gerador do tributo, com o objetivo de evitar a incidência da Contribuição Previdenciária e do Imposto de Renda incidente sobre o pró-labore quando feita a distribuição como lucro.

A segunda finalidade, é direcionado às pessoas físicas, quando da apresentação da Declaração de Ajuste Anual, o planejamento contribui para redução do montante do tributo, sua alíquota ou redução da base do cálculo do tributo. Para tanto, é necessário definir qual o melhor modelo a ser seguido pelo contribuinte, isto é, optar por deduzir da renda tributável, utilizando o desconto padrão, ou seja, efetuar as deduções de dependentes, despesas médicas, plano de previdência privada, entre outros.

A terceira finalidade, é postergar o pagamento do tributo, planejar o adiamento do seu faturamento, sem ocorrência da multa, por exemplo, pagamentos a serem feitos nos dias 30 e 31 para o mês subsequente. Dessa forma, se ganha trinta dias adicionais para os pagamentos

do PIS, COFINS, SIMPLES, ICMS, ISS, IRPJ e CSLL (lucro real por estimativa), se for final de trimestre até noventa dias do IRPJ e CSLL (lucro presumido ou lucro real trimestral) e entre dez a trinta dias se a empresa pagar IPI.

Em resposta à pergunta que inicia esse item, o Planejamento Tributário é um procedimento necessário para a sobrevivência das empresas. A partir dele, é possível a tomada de muitas decisões, acertadamente, uma vez, que os passos a serem dados já foram sistematizados conforme a legislação em vigor.

O Planejamento Tributário por ser projetado em conformidade com a lei, não faz apologia à sonegação fiscal, ou tem a intenção de sonegar o fisco, ao contrário, pelo fato de ser planejado rigorosamente em conformidade com a lei, cumpre com todas as obrigações tributárias exigidas pelo fisco de maneira correta, sem comprometer o controle de custos.

5 CONCLUSÃO

Este artigo teve por objetivo analisar o planejamento tributário com vistas à economia tributária, especificamente, como alternativa para que o planejador tributário projete ações que evitem a incidência, diminua, ou postergue o pagamento do tributo. Este direcionamento, levou a pesquisadora a formular especificamente objetivos, com a finalidade de responder ao problema da pesquisa.

Delineado o estudo como uma abordagem qualitativa, e respondendo ao problema da pesquisa, responde-se que é possível a economia tributária, pois, com a projeção dos tributos, respeitando a legislação em vigor, o planejamento tributário, possibilita novos investimentos, com resultados positivos de caixa.

Assim, o caminho percorrido pela pesquisa foi direcionado pelos objetivos específicos, os quais foram organizados numa sequência lógica, a partir do ponto fundamental do estudo o Planejamento Tributário e o alcance da Economia Tributária.

Em última análise, afirma-se, conforme as leituras e estudo sobre o assunto em pauta, que não há um tipo único de regime de tributação, para ser aplicado, ao contrário, para cada pessoa jurídica, há um tipo de planejamento de tributação. Cada pessoa jurídica deve fazer seu planejamento, considerando suas particularidades, como atividades, meios de operação que desenvolve, com a finalidade de ter uma tributação mais econômica.

REFERÊNCIAS

BORGES, Humberto Nonavides. **Planejamento tributário: IPI, ICMS, ISS e IR**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. **Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm> Acesso em 3 set. 2015.

BRASIL. **Constituição Federal da República, de 05 de outubro de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm> Acesso em 5 set. 2015.

BRASIL. **Código Tributário Nacional de 1966**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm Acesso em: 06 de ag. 2015.

BRASIL. **Código Civil**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm Acesso em: 4 de set. 2015.

BRASIL. **Código Penal**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm Acesso em: 4 de set. 2015.

BRASIL. **Lei 4.502/64**. Disponível <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm > Acesso em: 4 de set. 2015.

BRASIL. **Lei 8.137 de 27 de dezembro de 1990**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm > Acesso em: 4 de set. 2015.

BRASIL. **Lei 6.404/1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm > Acesso em: 4 de set. 2015.

CASSONE, Vittorio. **Direito tributário**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

CASTRO, Flávia de Almeida Viveiros de. **Planejamento Tributário: A Lógica do Sistema e o Manicômio Jurídico Tributário. Ordem dos Advogados do Brasil / Seção Santa Catarina**. Nº 106. Caderno de Temas Jurídico, p. 6/7. Florianópolis: Maio de 2002. Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/o-planejamento-tributario-como-ferramenta-de-administracao-empresarial-no-brasil/115886/#ixzz3qIiSDbIu>> Acesso em 25 out.2015.

CHAVES, F.C. **Planejamento tributário na prática: gestão tributaria aplicada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DICIONÁRIO DIDÁTICO. **Inadimplente**. São Paulo: Edições SM, 2009.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Normas antielisão**. Disponível em: <<http://www.tributarista.org.br>>. Acesso em: 25 out. 2015.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Legislação Tributária**. 9. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

OLIVEIRA, José Jaime de Macêdo. **Código Tributário Nacional**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

PEIXOTO, Marcelo Magalhães; ANDRADE, José Maria Arruda de (Org.). **Planejamento Tributário**. São Paulo: MP Ed., 2007.

SILVA, Karla Santiago. **O Planejamento Tributário como Ferramenta de Administração Empresarial no Brasil**. Disponível em:< <http://www.webartigos.com/artigos/o-planejamento-tributario-como-ferramenta-de-administracao-empresarial-no-brasil/115886/#ixzz3qIdPd59P>> Acesso em: 25 out. 2015

SILVA JÚNIOR, J. B. (Coord.). **Prática contábil: assuntos tributários**. São Paulo: Atlas, 2003.

SOUZA, Fábio Silva de; FEITOSA, Maria Lenir (Org.). **Metodologia do trabalho científico**. Manaus: ESBAM, 2012.

TESTA, J. (1998). A base de dados ISI e seu processo de seleção de revistas. *Ciência da Informação*, 27(2), 233-235.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **Planejamento Tributário**. 4. ed. Curitiba: Editora Juruá, 2008.

ZANLUCA, Júlio César. **Economia Tributária: uma imperiosa necessidade!** Disponível em:< Portal Tributário> Acesso em 3 set, 2015.

GLOSSÁRIO

Elemento pós-textual, opcional. Segundo a NBR 14 724/2011 é uma relação de palavras ou expressões técnicas de uso restrito ou de sentido obscuro, utilizadas no texto, acompanhadas das respectivas definições.

APÊNDICE (S)

Apêndice, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR 14724) é o texto ou documento elaborado pelo autor, a fim de complementar sua argumentação, sem prejuízo da unidade do trabalho. OBS: O item ‘APÊNDICE’ não receberá numeração. Trata-se de um item opcional, porém, seguirá as mesmas regras que os demais itens primários sendo centralizado, em negrito. Virá após o item ‘GLOSSÁRIO’, caso exista.

Estes itens são identificados, segundo a ABNT (NBR 14724), por letras maiúsculas consecutivas, travessão (itens em negrito) e pelos respectivos títulos, conforme exemplo abaixo.

Exemplo:

APÊNDICE A

Avaliação numérica de células inflamatórias totais aos quatro dias de evolução

APÊNDICE B

Avaliação de células musculares presentes nas caudas em regeneração

ANEXO (S)

Anexo segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR 14724) é o texto ou documento não elaborado pelo autor, que serve de fundamentação, comprovação e ilustração. É um elemento pós-textual em que são incluídos materiais complementares tais como descrições ou dados da área ou objeto de estudo, tabelas e modelos estatísticos, programas, leis, cópias de documentos, mapas e outros que acrescentam conteúdo ao trabalho, sem, no entanto, constituir parte essencial do mesmo. Trata-se de um item opcional. Deve ser centralizado e sempre estar ao final do TCC.

A paginação deve seguir a do texto. A listagem dos quadros, tabelas e figuras, contidos no anexo é opcional.

O (s) anexo (s) é identificado por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelos respectivos títulos. Excepcionalmente utilizam-se letras maiúsculas dobradas, na identificação dos anexos, quando esgotadas as 26 letras do alfabeto.

Exemplo:

ANEXO A

Representação gráfica de contagem de células inflamatórias presentes nas caudas em regeneração – Grupo de controle I (Temperatura...)

ANEXO B

Representação gráfica de contagem de células inflamatórias presentes nas caudas em regeneração – Grupo de controle II (Temperatura...)